

RELATÓRIO DE POBREZA PARA ANGOLA

INQUÉRITO SOBRE DESPESAS E RECEITAS



2020

República de Angola
Instituto Nacional de Estatística

Relatório de Pobreza para Angola

Dezembro 2019

FICHA TÉCNICA

Director Geral

Camilo Ceita

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Rua Ho-Chin-Minh,

Caixa Postal n.º 1215

Tel.: (+244) 226 420 730/1

Luanda – Angola

<https://www.ine.gov.ao>

Análise de Qualidade

Camilo Ceita

Ana Paula Machado

Paulo Fonseca

Equipa Técnica

Ana Paula Machado

Paulo Fonseca

Margarida Lourenço

Orlanda Bernardo

Teresa Spinola

Eliana Quintas

Alfredo José

Orlanda Bernardo

Sandra Oliveira

Patrick Pedro

Ezequiel Luis

Filomena Ventura

Adilson Gaspar

Naulila Papasseco

Nani Kina

Carlos Afonso

Nelson Balanga

Ebivonia Cassule

Guilherme Nicolau

Silvio de Carvalho

Dionísio Manuel

Engrácia Costa

Domba Santos

Noé Fiança

Joaquim Caculo

Francisco Miguel

Chissola Carvalho

Eugénia Ulo

Composição, Reprodução e Difusão

Instituto Nacional de Estatística

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Departamento de informação e Difusão

Tiragem

100 Exemplares

Preço

4 000 00 Kz

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com Indicação da fonte bibliográfica

INE - Luanda, Angola – 2018

Para esclarecimento e informação adicional sobre o conteúdo desta publicação contactar:

Departamento de Informação e Difusão: geral@ine.gov.ao

ÍNDICE

ÍNDICE.....	5
GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE ABREVIACÕES.....	ix
1 INTRODUÇÃO	10
2 NOTA DE AGRADECIMENTOS.....	11
3 METODOLOGIA	12
3.1. BASE DE AMOSTRAGEM	12
3.2. COBERTURA	12
3.3. UNIDADES AMOSTRAIS E DE OBSERVAÇÃO	12
3.4. SELECÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA	12
3.5. DESENHO E TAMANHO DA AMOSTRA	14
3.6. TAXA DE RESPOSTA.....	15
3.7. ERROS DE AMOSTRAGEM.....	15
3.8. CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE CAMPO	15
3.9. ASPECTOS ORGANIZATIVOS	15
3.10. RECOLHA DE DADOS	16
3.11. PRINCIPAIS PERÍODOS DE REFERÊNCIA DOS DADOS	18
3.12. PROCESSAMENTO DE DADOS.....	19
3.13. PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES	19
4 RECEITAS E DESPESAS	20
4.1. RECEITAS	20
4.1.1. FONTES DE RENDIMENTO	21
4.1.2. RECEITAS MÉDIAS MENSAS	21
4.1.3. FONTES DE RENDIMENTO POR (...) CHEFE DO AGREGADO.....	22
4.1.4. DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA	24
4.2. DESPESAS	25
4.2.1. CONSUMO MÉDIO MENSAL.....	26
4.2.2. COMPOSIÇÃO DO CABAZ DE CONSUMO	26
4.3. POBREZA	28
4.3.1. ÍNDICES DE POBREZA	29
4.3.2. DETERMINANTES DA POBREZA.....	32
5 QUADROS DE RESULTADOS	34
5.1. RECEITAS.....	34
5.2. DESPESAS	51
5.3. POBREZA.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	59

ANEXO 1	60
1.1 A ESCOLHA DO INDICADOR MONETÁRIO	60
1.1.1. ASPECTOS TEÓRICOS.....	60
1.1.2. ASPECTOS PRÁTICOS	61
1.2. A CONSTRUÇÃO DO AGREGADO DE CONSUMO	61
1.2.1. COMPONENTE ALIMENTAR	61
1.2.2. COMPONENTE NÃO ALIMENTAR	62
1.2.2.1. BENS DURÁVEIS	63
1.2.2.2. HABITAÇÃO.....	64
1.3. AJUSTE DE PREÇOS	64
1.4. AJUSTE DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR	66
1.5. A LINHA DA POBREZA.....	68
1.6. MEDIDAS DE POBREZA	71
ANEXO 2	73
MODELOS DE ESTIMAÇÃO DA POBREZA.....	73
ANEXO 3	75
ERROS PADRÃO E INTERVALOS DE CONFIANÇA.....	75
Quadro 1 - Modelo 1 (IBEP)	75
Quadro 2 - Modelo 2 (IBEP), urbana.....	75
Quadro 3 - Modelo 2 (IBEP), rural.....	75
Gráfico 1 - Modelo 3 (IBEP)	76
Quadro 4 - Modelo 4 (IBEP), Urbana	76
Quadro 5 - Modelo 4 (IBEP), Rural	76
Quadro 6 - Estimativas nacionais de pobreza do IDR, por modelo	77
Quadro 7 - Estimativas de pobreza do IDR, por área de residência e modelo.....	77
Quadro 8 - Estimativas de pobreza do IDR, por região e modelo	78

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da Amostra de Secções do IDR, 2018 - 2019	13
Figura 2 - Desigualdade na distribuição da receita	25
Figura 3 – Incidência da pobreza por província	30
Figura 4 – Profundidade da pobreza por província	31

GRÁFICOS

Gráfico 1.1- Receita média mensal por pessoa por fontes de rendimento	21
Gráfico 1.2 - Receitas médias mensais por idade (em Kwanzas)	22
Gráfico 1.3 - Rendimento médio mensal segundo actividade laboral do chefe do agregado familiar	23
Gráfico 1.4 - Consumo médio mensal per capita (Kwanzas)	26
Gráfico 2.1- Consumo médio mensal per capita (Kwanzas)	26
Gráfico 3.1- Índices de pobreza por área de residência	29
Gráfico 3.2 - índices de pobreza segundo a composição do agregado familiar	32
Gráfico 3.3 - índices de pobreza segundo o tamanho do agregado familiar	32

QUADROS

Quadro M1 - Amostra inicial e final dos (...) por província, segundo a área de residência.....	14
Quadro 1.1 - Receita média mensal por pessoa, (...) de rendimento do agregado (Kwanzas).....	21
Quadro 1.2 - Receitas médias mensais por pessoa (em kwanzas).....	22
Quadro 1.3 – Fontes de rendimento por características do agregado (Kwanzas)	23
Quadro 1.4 - Fontes de rendimento do agregado por características económicas (Kwanzas).....	23
Quadro 1.5 - Desigualdade na distribuição da receita	24
Quadro 2.1 - Consumo médio mensal per capita	26
Quadro 2.2 - Consumo médio real de alimentos (...),de alimentos segundo a área de residência	27
Quadro 2.3 - Consumo médio real não alimentos por pessoas por mês (...) a área de residência.....	27
Quadro 2.4 - índices de pobreza	29
Quadro 3.1 - Índices de pobreza por idade e escolaridade.....	31
Quadro 3.2 - Índices de pobreza por características perante o emprego.....	33
Quadro 4.1.1 - Quintis de receitas (Kwanzas)	34
Quadro 4.1.2 - Quintis de receitas (%).....	35
Quadro 4.1.3 - Fontes de rendimento do agregado (Kwanzas).....	36
Quadro 4.1.4 - Fontes de rendimento do agregado (%)	38
Quadro 4.1.5 - Fontes de rendimento do agregado por área de residencia (Kwanzas).....	40

Quadro 4.1.6 - Fontes de rendimento do agregado por área de residência (%)	42
Quadro 4.1.7 - Fontes de rendimento do agregado por sexo e idade (Kwanzas)	44
Quadro 4.1.8 - Fontes de rendimento do agregado por sexo e idade (%)	45
Quadro 4.1.9 - Receita média mensal por características do agregado (Kwanzas).....	46
Quadro 4.1.10 - Receita média mensal por características do agregado (%).....	47
Quadro 4.1.11 - Receita média mensal por características económicas (Kwanzas).....	48
Quadro 4.1.12 - Receita média por características económicas (%).....	49
Quadro 4.1.13 - Desigualdade da receita (%).....	50
Quadro 4.2.1 - Despesa média mensal mensal per capita de água para beber (kwanzas)	51
Quadro 4.2.2 - Despesa média mensal per capita com renda da habitação (kwanzas)	52
Quadro 4.2.3 - Despesa média mensal per capita com a saúde (kwanzas)	53
Quadro 4.3.1 - Características dos agregados familiares	54
Quadro 4.3.2 - Determinantes da pobreza.....	55
Quadro 4.3.3 - Índices de pobreza.....	56
Quadro 4.3.4 - Taxa de incidência da pobreza	57
Quadro 4.3.5 - Índices de pobreza por características do agregado.....	57
Quadro 4.3.6 - Índices de pobreza por condição no emprego.....	58
Quadro 4.3.7 - Índices de pobreza por características da habitação	58

LISTA DE ABREVIACÕES

CAPi	Computer Assisted Personal Interview
FGT	Foster-Greere-Thorbeck
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDREA	Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola
IDR	Inquérito sobre Despesas e Receitas
INE	Instituto Nacional de Estadisticas
OPM	Oxford Policy Management

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, realizou o Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR) e Inquérito sobre Despesas e Receitas e Emprego em Angola (IDREA), de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.

O IDR destina-se a medir e a comparar a pobreza mediante o consumo e usou o método diário, que consistiu em realizar visitas alternadas, ao agregado familiar, durante 7 dias registando as suas despesas; metodologia similar usada no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008/2009.

O IDREA, que foi realizado nos mesmos conglomerados e teve a mesma representatividade e usou as mesmas perguntas que o IDR tendo usado o método recall, ou seja, solicitou-se ao chefe do agregado que informasse sobre as despesas realizadas nos últimos 7 dias. O IDREA poderá ser a referência da medição da pobreza no futuro e será usado na produção de indicadores socioeconómicos referentes ao período de recolha.

Os dois inquéritos (IBEP 2008/2009 e IDR 2018/2019), podem apresentar resultados diferentes, em relação aos níveis de pobreza, devido a metodologia usada por cada um deles, mas são comparáveis e podem ser usados para fazer avaliações das tendências da pobreza ao longo do tempo.

O IDR visou produzir informação para a tomada de decisão. Mais especificamente:

- Actualizar o Perfil da Pobreza em Angola;
- Actualizar os ponderadores do Índice de Preços no Consumidor (IPC);
- Estimar o consumo das famílias para as Contas Nacionais;
- Avaliar o progresso de Angola na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015-2030, na implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e da Agenda Africana 2063.

O relatório tem como objectivo apresentar os principais resultados referentes a pobreza e desigualdade em Angola, com base no inquérito IDR. Os principais indicadores são referentes as receitas, despesas e pobreza.

2 NOTA DE AGRADECIMENTOS

Ao apresentar o “ Relatório sobre o Inquérito de Despesas e Receitas IDR-2018/2019”, particularmente, sobre a Pobreza Monetária, o INE expressa os seus mais profundos agradecimentos a todos quanto contribuíram de forma directa ou indirecta da recolha, análise e disseminação dos indicadores que resultaram neste relatório. Destacamos, os agentes de campo (inquiridores, supervisores, motoristas, cartógrafos e guias locais), supervisores nacionais (nas vestes dos técnicos seniores do INE), instituições e administrações locais que sem o seu suporte técnico prestado oportunamente e todo o apoio logístico prestado sempre que possível, respectivamente não teria sido possível a concretização deste projecto.

Aproveitamos, igualmente, a oportunidade para agradecer aos Chefes dos agregados familiares pela cooperação, na recepção dos nossos agentes de campo para recolha de informação, a Universidade Católica de Angola pela sua contribuição no desenvolvimento deste relatório.

3 METODOLOGIA

3.1. BASE DE AMOSTRAGEM

A amostra do IDR 2018-2019 é uma sub-amostra da Amostra Mãe, baseada no Recenseamento Geral da População e Habitação 2014 (RGPH 2014), realizado pelo INE. Esta Amostra Mãe foi desenhada para servir o programa de inquéritos nacionais de agregados familiares durante o período intercensitário 2014-2024.

3.2. COBERTURA

Foram entrevistados os agregados familiares residentes em habitações não colectivas e de uso principal. O IDR 2018-2019, teve cobertura nacional, abarcando áreas rurais e urbanas.

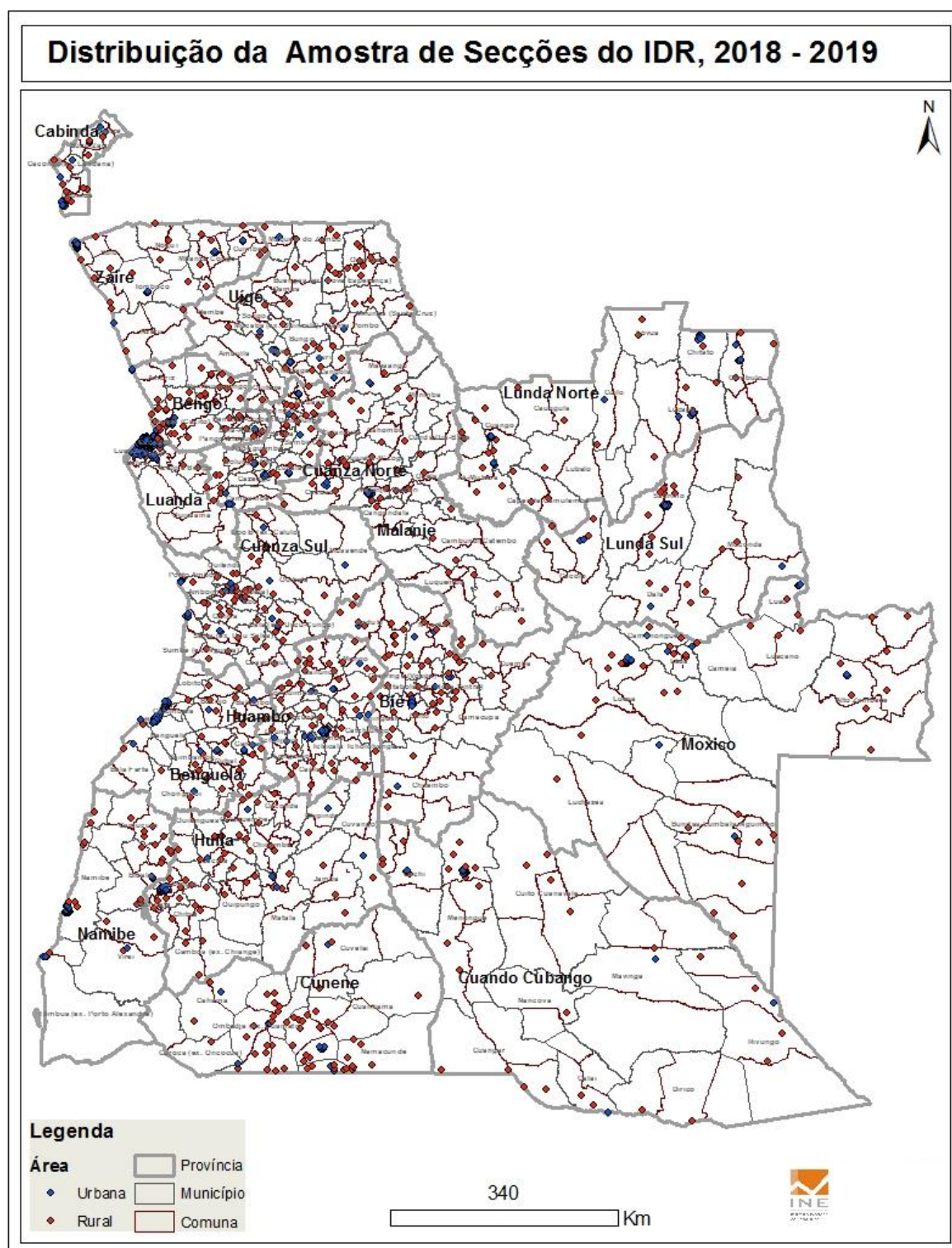
3.3. UNIDADES AMOSTRAIS E DE OBSERVAÇÃO

As unidades amostrais foram as habitações não colectivas e as unidades de observação foram os agregados familiares que vivem nas habitações seleccionadas, bem como os indivíduos que o constituem.

3.4. SELECÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra do Inquérito foi dimensionada de modo independente para cada uma das 18 províncias do país e a nível de área de residência urbano e rural. Para o dimensionamento da amostra utilizou-se a informação do IBEP 2008-2009.

Figura 1 - Distribuição da Amostra de Secções do IDR, 2018 - 2019



3.5. DESENHO E TAMANHO DA AMOSTRA

A amostra do IDR 2018-2019 foi determinado em 12.448 agregados familiares a nível nacional, com uma representatividade de 60,4% urbana de acordo com os dados da cartografia usada no RGPH 2014.

O tamanho da amostra, corresponde em média 648 agregados a cada uma das províncias do país, com excepção de Luanda, onde o tamanho da amostra é de 1.424 (Tabela 1).

Quadro M1 - Amostra inicial e final dos conglomerados e agregados familiares por província, segundo a área de residência

	Amostra inicial						Amostra final					
	Conglomerados			Agregados familiares			Conglomerados			Agregados familiares		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Angola	1 368	752	616	12 448	7 520	4 928	1 364	752	612	12 260	7 417	4 843
Província												
Cabinda	72	56	16	688	560	128	72	56	16	675	554	129
Zaire	72	52	20	680	520	160	72	52	20	685	515	162
Uíge	72	24	48	624	240	384	70	24	46	604	236	368
Luanda	144	136	8	1 424	1 360	64	144	136	8	1 384	1 318	66
Cuanza Norte	72	40	32	656	400	256	72	40	32	654	399	255
Cuanza Sul	72	24	48	624	240	384	72	24	48	620	240	380
Malange	72	32	40	640	320	320	72	32	40	639	320	319
Lunda Norte	72	44	28	664	440	224	72	44	28	665	438	227
Benguela	72	44	28	664	440	224	72	44	28	663	440	223
Huambo	72	32	40	640	320	320	72	32	40	618	304	314
Bié	72	28	44	632	280	352	72	28	44	616	270	346
Moxico	72	32	40	640	320	320	71	32	39	632	320	312
Cuando Cubango	72	40	32	656	400	256	72	40	32	632	398	234
Namibe	72	44	28	664	440	224	72	44	28	663	439	224
Huíla	72	24	48	624	240	384	72	24	48	616	235	381
Cunene	72	20	52	616	200	416	71	20	51	597	197	400
Lunda Sul	72	52	20	680	520	160	72	52	20	670	516	154
Bengo	72	28	44	632	280	352	72	28	44	627	278	349

Um **conglomerado** é constituído por uma ou mais secções censitárias ou aldeias

A amostra não inclui os agregados familiares e membros que residem em estabelecimentos colectivos, tais como quartéis, lares, hospitais, cadeias, hotéis, etc.

A amostra é aleatória e estratificada e compreende duas etapas de selecção:

Na 1ª Etapa foram seleccionadas 1.368 Unidades Primárias de Amostragem (UPAs) que correspondem os conglomerados, com Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT) de agregados familiares por estrato em cada província;

Na 2ª etapa foram seleccionados 10 AF no estrato urbano e 8 AF no rural. Foram seleccionados 4 AFs de reservas.

3.6. TAXA DE RESPOSTA

A taxa de resposta global corresponde ao quociente entre o número de entrevistas conseguidas e válidas (12.260) e a dimensão da amostra (12.448), é de 98.5%.

3.7. ERROS DE AMOSTRAGEM

Os resultados dos inquéritos por amostragem são afectados por dois tipos de erros: erros amostrais e erros não amostrais. Os primeiros são facilmente controlados e resultam do facto do inquérito não abranger toda a população, mas apenas uma parte desta.

O segundo tipo de erro ocorre no processo de recolha, processamento e validação dos dados. Este tipo de erro poderá ser minimizado com uma boa capacitação dos agentes de campo e com uma adequada supervisão.

O Anexo 3, mostra os erros padrão e os limites de confiança (95%) para a estimativa dos indicadores chave ao nível nacional e provincial. O coeficiente de variação (CV), para cada indicador é a ferramenta estatística mais usada que significa que se o inquérito fosse repetido muitas vezes, a estimativa do indicador como a despesa média mensal situar-se-ia em 95% de confiança entre o respectivo intervalo de confiança.

3.8. CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE CAMPO

O treinamento dos agentes de campo constitui uma etapa de suma importância, já que o seu sucesso ou insucesso tem normalmente um impacto directo na qualidade dos dados.

Tendo em consideração a complexidade das questões do presente inquérito, a formação dos supervisores e inquiridores foi conduzida ao mesmo tempo e num mesmo local pela equipa técnica de coordenação nacional, o que permitiu a transmissão directa do conteúdo programático do curso à todos os candidatos.

A capacitação incluiu temas como, legislação, princípios do sistema estatístico, definições e conceitos, métodos, procedimentos de controlo de qualidade, preenchimento de questionário na aplicação informática que suportou a recolha de dados, funções e normas administrativas.

3.9. ASPECTOS ORGANIZATIVOS

Para a recolha de dados do IDR 2018-2019 foram constituídas 19 equipas de campo, uma para cada província, excepto Luanda com 2 equipas. Cada uma das equipas era composta por: 1 supervisor, 4 inquiridores, sendo 1 de reserva (utilizado de forma rotativa) e 1 motorista. Cada equipa era apoiada por um cartógrafo do SPINE e guias locais para apoiar na identificação dos limites das aldeias na áreas rurais.

Cada equipa de trabalho tinha como missão entrevistar 10 agregados familiares nas áreas urbanas e 8 nas rurais em cada conglomerado. O trabalho de campo foi dividido em 24 períodos de 14 dias (incluindo dias de descanso e deslocações)

3.10. RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados teve a duração de 12 meses com início a 05 de Março de 2018 e término a 10 de Fevereiro de 2019 e foi pelo método diário onde cada inquiridor foi alocado num só conglomerado para recolha de dados num período de 4 dias no máximo.

A recolha dos dados nos agregados seleccionados foi feita por entrevista directa e que esteve a cargo dum inquiridor devidamente capacitado e com conhecimento dos questionários do inquérito. O número de agregados entrevistados pela equipa durante um período de trabalho na área urbana, foi 10, e na área rural 8 agregados.

A recolha de dados foi operacionalizada através da administração de 4 questionários:

1. **Questionário Modelo A:** Agregado Familiar;
2. **Questionário Modelo B:** Despesas/Consumo Alimentar e não Alimentar Diário do Agregado Familiar;
3. **Questionário Modelo C:** Despesas/Consumo Alimentar e não Alimentar Diário do Membro do Agregado Familiar;
4. **Questionário Modelo D:** Questionário de Conversão das Unidades de Medidas não Padronizadas.

O questionário principal, Modelo A, integrou um total de 20 secções temáticas, definidas de acordo à unidade de observação (indivíduo ou agregado familiar) e as características sob observação foram:

1. Questionário A:

Secção 01: Características Básicas dos Membros do Agregado Familiar (aplicável a todos os membros do agregado);

Secção 02: Registo de nascimento;

Secção 3: Educação Geral (aplicável aos membros de 3 ou mais anos de idade);

Secção 04: Saúde Geral (aplicável a todos os membros do agregado);

Secção 5: Emprego (aplicável aos membros do agregado com 15 ou mais anos);

Secção 6A: Receitas do Trabalho por Conta de Outrem (aplicável aos membros do agregado de 15 ou mais anos empregados);

Secção 6B: Receitas do Trabalho por Conta Própria (aplicável aos membros do agregado de 15 anos ou mais empregados);

Secção 6C: Transferências Recebidas e Rendimentos da Propriedade (aplicável a todos os membros do agregado);

Secção 6D: Receitas Extraordinárias (aplicável a todos membros do agregado ou um representante);

Secção 7: Acesso aos Serviços Financeiros (aplicável aos membros de 15 ou mais anos);

Secção 8: Características da Habitação e do Agregado familiar;

Secção 8A: Posse de bens duradouros;

Secção 9: Despesas Não alimentar do Agregado familiar durante os últimos 30 dias (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 10: Despesa Não alimentar do Agregado Familiar nos Últimos 3 Meses (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 11: Despesa Não Alimentar do Agregado Familiar nos Últimos 12 Meses (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 12A: Agricultura - Parcelas (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 12B: Agricultura – Culturas por Parcela (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 12C: Agricultura – Disposição da Cultura (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 13: Produção Pecuária (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

Secção 14: Actividades piscatórias (aplicável ao chefe do agregado familiar ou um representante);

2. Questionário B:

Secção 1: Consumo Alimentar do agregado familiar Durante os Últimos 7 Dias;

Secção 2: Consumo Alimentar (Refeições Feitas Fora) do Agregado Familiar Durante os Últimos 7 Dias;

Secção 3: Consumo Não Alimentar do Agregado Familiar Durante os Últimos 7 Dias;

3. Questionário C:

Secção 1: Refeições Feitas Pelos Membros Fora do Agregado Familiar Durante os Últimos 7 dias;

Secção 2: Despesas não Alimentares Feitas Pelos Membros Fora do Agregado Familiar Durante os Últimos 7 dias;

4. Questionário D:

Questionário de Conversão das Unidades de Medidas não Padronizadas: foi preenchido pelo supervisor e apenas usado nas áreas rurais. Serviu para a recolha de dados sobre os preços de bens e serviços junto às principais fontes de consumo dos agregados bem como de medidas de equivalência para as unidades de medida utilizadas localmente para a venda a retalho.

3.11. PRINCIPAIS PERÍODOS DE REFERÊNCIA DOS DADOS

O período de referência dos dados assume momentos distintos, consoante as variáveis em estudo, assim foram usados os períodos abaixo:

- **Caracterização do indivíduo:** momento da entrevista;
- **Caracterização da habitação ou do agregado:** momento da entrevista;
- **Conforto e bens de equipamento:** momento da entrevista;
- **Emprego:** últimos 7 dias com referência ao momento da entrevista;
- **Disponibilidade para trabalhar:** últimos 7 dias e últimos 30 dias com referência ao momento da entrevista;
- **Procura de emprego:** últimos 30 dias anteriores ao momento da entrevista;
- **Salário:** último salário para as pessoas que trabalham;
- **Receitas monetárias:** últimos 30 dias anteriores ao momento da entrevista;
- **Receitas não monetárias:** últimos 30 dias anteriores ao momento da entrevista;
- **Consumo anual do agregado:** aplicável a bens ou serviços geralmente adquiridos com frequência reduzida, em que é expectável uma resposta correcta para os últimos 12 meses, anteriores à entrevista (365 dias anteriores ao 1º dia da semana da entrevista). Compreende as despesas com serviços de saneamento, aquisição de electrodomésticos, serviços hospitalares, aquisição de veículos ou seguros;
- **Consumo trimestral do agregado:** os últimos 3 meses (90 dias anteriores ao 1º dia da quinzena da entrevista). Destina-se aos bens ou serviços adquiridos várias vezes no ano, mas sem periodicidade mensal, como é o caso das despesas com vestuário, calçado, reparação e conservação da habitação, utensílios domésticos, transportes aéreos ou jogos e brinquedos;
- **Consumo mensal do agregado:** os últimos 30 dias anteriores ao 1º dia da semana da entrevista). Aplica-se às despesas efectuadas mensalmente, geralmente de natureza fixa, como sucede com as despesas relativas a arrendamentos, abastecimento de água, electricidade, gás e alguns tipos de serviços de transporte;
- **Consumo semanal do agregado e do indivíduo:** semana em curso no momento da entrevista (7 dias: de 2ª feira a domingo). Recolha diária retrospectiva ao dia anterior, às despesas com bens e serviços adquiridos frequentemente, nomeadamente a alimentação, bebidas, tabaco, artigos domésticos não duráveis, combustíveis, jogos de azar ou despesas em restaurantes, cafés discotecas, etc.

3.12. PROCESSAMENTO DE DADOS

O INE está amplamente engajado em garantir a recolha de dados por meio do uso de equipamentos informáticos, o qual permite uma crítica e processamento automático no momento da entrevista. A digitação dos dados no campo permite que os erros de campo sejam detectados e corrigidos na base de esclarecimento com os entrevistados, mas também um risco ligado a perda da informação armazenada electronicamente. Neste contexto, para a minimização deste risco as equipas foram orientadas a produção regular de back-ups da informação processada no campo. A recolha de dados foi feita através de dados em Tablets para os 4 tipos de Questionários.

No final de cada entrevista, os inquiridores enviavam os dados para o Supervisor, e este por sua vez, avaliava os dados e enviava ao INE Central, através da conexão do modem (Internet) no computador. A entrada de dados teve o uso do software CsPro.

3.13. PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Agregado familiar - Uma pessoa ou um grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco que vivem habitualmente na mesma casa e cujas despesas são suportadas parcial ou totalmente em conjunto.

Não serão abrangidos pelo inquérito os indivíduos que se ausentaram por um período superior a 6 meses ao longo do seu decurso. Em casos de poligamia, considera-se um agregado familiar a cada uma das mulheres e seus filhos, se estas têm as suas despesas em separado. Os empregados domésticos do agregado familiar não são considerados como seus membros.

Chefe do agregado familiar - O Chefe do Agregado é a pessoa a quem os demais membros do agregado reconhecem como tal. Pode ser um homem ou uma mulher. Se existir dúvida considerar-se-á como chefe a pessoa que tenha a maior responsabilidade económica do agregado, e em última instância com a idade mais avançada.

Agregados familiares com dependentes - Agregados com pessoas menores de 18 anos de idades.

Residente habitual - Uma pessoa é residente habitual em uma determinada habitação se pelo menos viveu 6 dos últimos 12 meses. A título excepcional, considera-se também residente habitual, aquela pessoa que tem intenção de ficar permanentemente nessa habitação embora não tenha ainda vivido 6 meses.

Área Urbana – Área constituída pelas cidades das capitais das províncias, sedes dos Municípios e algumas vilas consideradas como cidades. Para além daquelas, serão também consideradas, como áreas Urbanas, as aglomerações com 2000 ou mais habitantes e que possuam infra-estruturas básicas (escolas, estradas, posto médico, etc).

Área Rural - Parte do território Nacional não incluída na classificação urbana. Toda aldeia é considerada área rural.

4 RECEITAS E DESPESAS

Para a estimação das receitas foram utilizadas as fontes de rendimento e a capacidade de satisfazer as necessidades básicas alimentares e não-alimentares. A análise foi feita a partir da construção da medida de bem-estar da população, abrangente ao consumo obtido através de dados de vários módulos do inquérito aplicado aos agregados familiares. O bem-estar poderia ser calculado tanto a partir das medidas de rendimento como de consumo e qualquer uma delas conduziria a resultados válidos. Contudo, o consumo baseado nos gastos e auto-abastecimento de bens produzidos pelo agregado prevalece nesta análise como medida de bem-estar

4.1 RECEITAS

O rendimento per capita foi estimado a partir da receita media mensal composta por quatro fontes diferentes (salário, negócio, transferências e outras fontes extraordinárias). A medida do rendimento nominal do agregado familiar foi estimada, primeiramente, a partir do somatório de todas as fontes monetárias e não monetárias de ingressos. O rendimento per capita foi calculado dividindo o rendimento agregado pelo número de pessoas que compõem o agregado familiar. Isto significa que todos os valores de rendimento per capita neste relatório se referem às medidas de rendimento de toda a população e não apenas dos que recebem algum tipo de remuneração.

O IDR recolheu dados sobre as três fontes principais de receita: fontes ligadas ao trabalho, fontes não-laborais e fontes relativas ao auto-abastecimento. Os dados sobre as receitas laborais foram recolhidos individualmente para todas as pessoas empregadas por conta de outrem e por conta própria. As pessoas empregadas declararam os seus salários e as que trabalham por conta própria declararam os seus lucros habituais.

As receitas provenientes de fontes não laborais foram recolhidas a nível individual para todas as pessoas que declararam ter recebido tais pagamentos e comportam três componentes: transferências, receitas de propriedade e capital e receitas extraordinárias. Em primeiro lugar, a recepção de transferências, que inclui pensões de aposentação, pensão alimentícia e transferências em dinheiro provenientes de outros familiares residentes dentro ou fora do país.

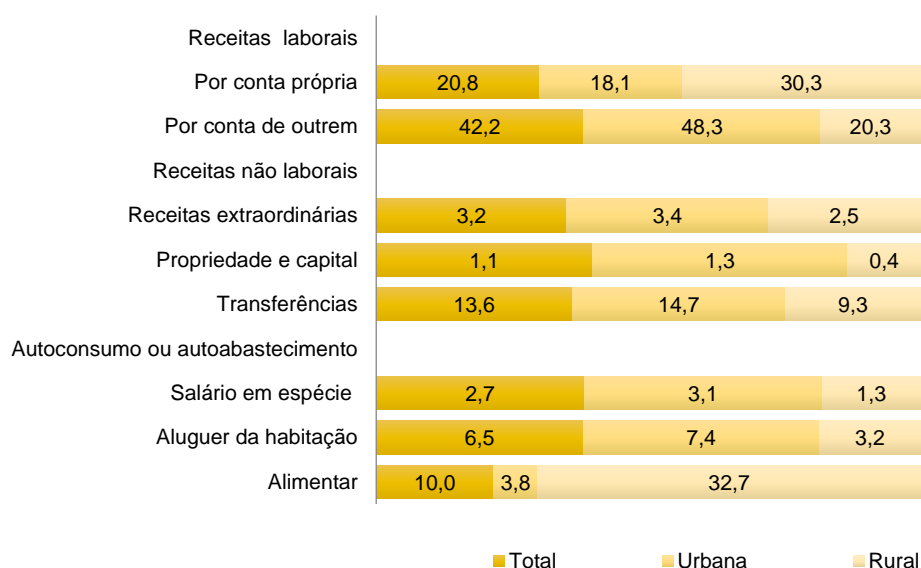
Em segundo lugar estão os rendimentos provenientes do arrendamento de propriedades, bens ou terras agrícolas. Em terceiro estão os lucros e ganhos extraordinários que incluem prémios da lotaria, os pagamentos de seguros, indemnização, heranças, o dinheiro recebido da venda de activos e o pagamento de dívidas. Por fim, a terceira maior fonte de rendimento é o auto-abastecimento. Esta é a única componente de receitas obtida a nível dos agregados e refere-se, na maior parte dos casos, a qualquer bem ou serviço produzido e consumido pelo agregado e também os pagamentos em espécie. Isso inclui, por exemplo, os alimentos produzidos e consumidos por famílias que vivem da produção agrícola. A receita média mensal por pessoa em Angola é de Kz 15.454 por mês. Existem diferenças significativas entre as áreas de residência, sendo que na área urbana a receita média por pessoa é praticamente o dobro da área rural (19,090 kwanzas e 9,149 kwanzas, respectivamente).

Quadro 1.2 - Receita média mensal por pessoa, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

	Total	Receitas laborais	Receitas não laborais	Autoconsumo ou auto-abastecimento
Angola	15,454	9,735	2,751	2,968
Área de residência				
Urbana	19,090	12,680	3,691	2,719
Rural	9,149	4,629	1,120	3,400

4.1.1 FONTES DE RENDIMENTO

Quanto a estrutura das receitas na área urbana, aparece com maior valor as receitas laborais por conta de outrem com 48% em seguida das transferências com cerca de 15%. Na rural a maior receita provem do autoconsumo em receitas alimentares com 33% e receitas laborais por conta própria a representar 30%.

Gráfico 1.1- Receita média mensal por pessoa por fontes de rendimento

4.1.2 RECEITAS MÉDIAS MENSAIS

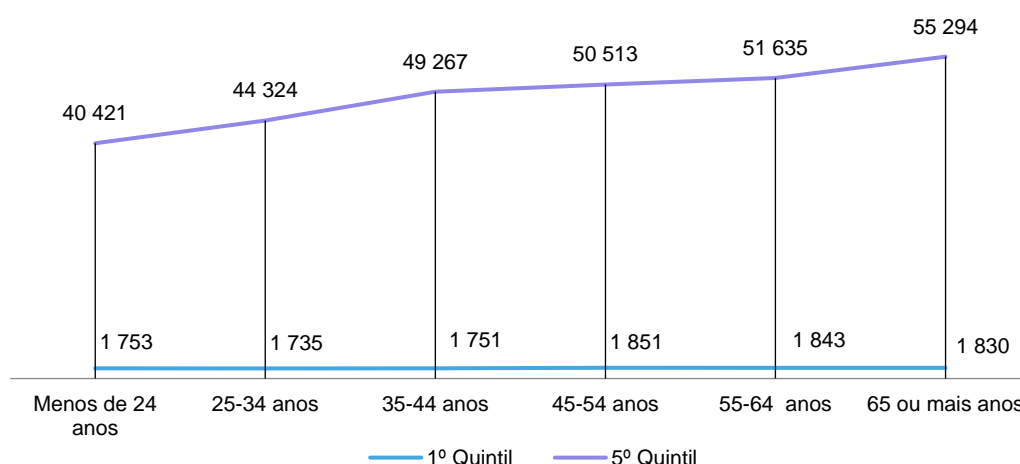
Pode-se observar no Quadro 1.2 a diferença das receitas médias mensais por pessoa de cerca e vinte e oito vezes mais entre o 1º e o 5º quintil. A receita média mensal por pessoa é superior para os agregados chefiados por homens com 16,396 kwanzas, enquanto as mulheres têm como rendimento mensal 12,832 kwanzas. O rendimento médio total dos agregados aumenta consoante o nível de escolaridade do chefe do agregado, os agregados cujo chefe possui o ensino secundário (ou mais alto) adquirem, em média, receitas mais de quatro vezes superiores aos agregados em que o chefe de família não tem nenhum nível e três vezes quando o chefe possui o nível primário de escolaridade.

Quadro 1.3 - Receitas médias mensais por pessoa (em kwanzas)

Características seleccionadas	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil	Total
Angola	1,783	4,552	7,946	14,051	48,946	15,454
Área de residência						
Urbana	1,680	4,642	8,032	14,194	50,316	19,090
Rural	1,876	4,458	7,803	13,681	41,924	9,149
Sexo						
Homens	1,788	4,550	7,969	14,059	48,939	16,396
Mulheres	1,769	4,556	7,890	14,004	48,979	12,832
Escolaridade						
Nenhum	1,737	4,465	7,873	13,895	31,466	7,277
Primário	1,837	4,523	7,861	13,838	36,785	9,294
Secundário - 1º ciclo	1,794	4,614	8,024	13,944	42,436	13,612
Secundário - 2º ciclo ou mais	1,658	4,716	8,058	14,352	55,743	28,618

A distribuição da receita média mensal por grupo de idade como mostra o gráfico 1.1, no 1º quintil observa-se pouca variação, ao passo que no 5º quintil o rendimento aumenta de forma proporcional com a idade.

Gráfico 1.2 - Receitas médias mensais por idade (em Kwanzas)



Observa-se ligeiras diferenças na distribuição das receitas por grupo etário no 1º quintil de receitas oscilando entre 1.753 kwanzas (menos de 24 anos) á 1.830 kwanzas para pessoas com 65 anos de idade ao passo que no 5º quintil de receitas a receita aumenta proporcionalmente com a idade a diferença da receita entre as pessoas com menos de 24 anos e as com pessoas com 65 ou mais anos de idade é de 14.873 kwanzas.

4.1.3 FONTES DE RENDIMENTO POR CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO

A composição do agregado familiar demonstra que a receita média mensal é mais elevada nos agregados sem crianças dependentes, isto é três vezes mais em relação as agregados com três ou mais crianças. Os agregados com menos membros apresentam receitas superiores em relação os agregados com sete ou mais membros, 35.065 kwanzas contra 12.151 kwanzas.

Quadro 1.4 – Fontes de rendimento por características do agregado (Kwanzas)

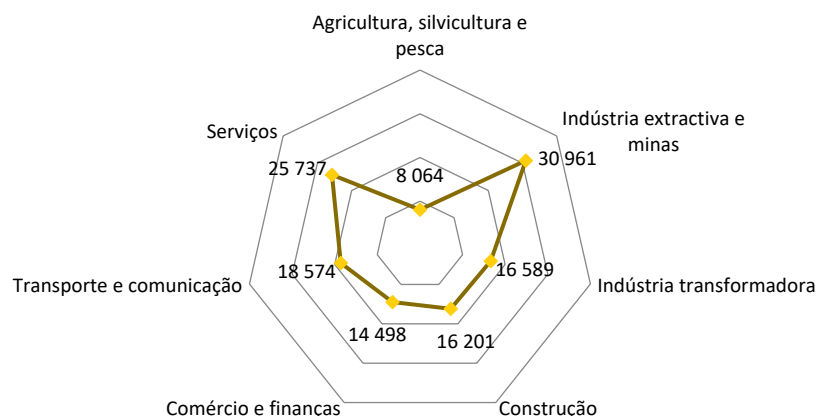
	Receitas laborais	Receitas não laborais	Autoconsumo ou auto-abastecimento	Total
Angola	9,735	2,751	2,968	15,454
Agregados sem crianças dependentes	24,660	8,939	5,756	39,355
Agregados com crianças dependentes				
Com 1 criança	14,250	4,624	4,039	22,913
Com 2 crianças	10,925	3,278	3,281	17,485
Com 3 ou + crianças	7,711	1,904	2,544	12,159
Número de membros no agregado				
1-2	22,029	7,553	5,483	35,065
3-4	11,495	3,445	3,313	18,253
5-6	9,589	2,447	2,703	14,739
7 ou mais	7,451	2,027	2,672	12,151

A população que vive com um chefe de agregado desempregado tem rendimentos per capita cerca de três vezes inferiores do que a que vive com um chefe de família empregado no mercado de trabalho. As pessoas que vivem com um chefe de família não inserido no mercado de trabalho, isto é inactivo, apresentam o rendimento per capita mais elevado que o desempregado, o que é explicável pela grande quantidade de rendimento não-laboral auferido, composto sobretudo por transferências recebidas por essas famílias. Os chefes empregados no sector público têm maior rendimento, quase duas vezes mais em relação ao sector privado e cerca de três vezes mais que o trabalhador por conta própria e empregados familiares.

Quadro 1.5 - Fontes de rendimento do agregado por características económicas (Kwanzas)

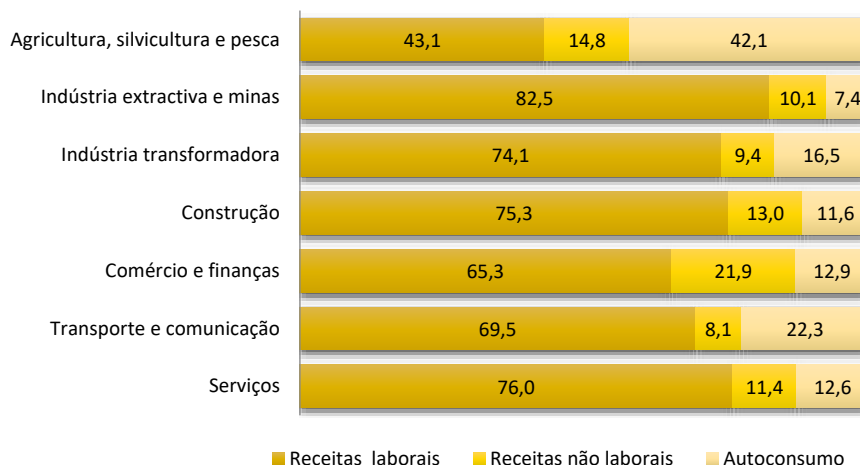
	Receitas laborais	Receitas não laborais	Autoconsumo ou auto-abastecimento	Total
Angola	9,735	2,751	2,968	15,454
Condição perante o trabalho				
Empregado	11,124	2,134	3,036	16,294
Desempregado	1,471	2,677	1,924	6,071
Inactivo	4,329	5,934	2,839	13,101
Situação perante a actividade				
Sector público	22,200	3,020	3,580	28,800
Sector privado	14,966	2,277	2,768	20,011
Trabalhador por conta própria	6,012	1,803	2,972	10,787
Família / outro	5,653	1,832	2,119	9,604

Segundo o sector de actividade económica do chefe do agregado, o rendimento per capita dos que trabalham na agricultura é menor, enquanto os que trabalham na indústria extractiva e minas têm maior rendimento per capita, seguido dos que trabalham em prestação de serviços.

Gráfico 1.3 - Rendimento médio mensal segundo actividade laboral do chefe do agregado familiar

O gráfico 1.4 mostra que a maior parte do rendimento é proveniente das receitas laborais em todas actividades económicas. Entretanto a população que vive com um chefe de família a trabalhar no sector agrícola tem mais receitas provenientes do autoconsumo. O rendimento vindo das receitas não laborais é maior se o chefe do agregado está empregado no sector do comércio e finanças.

Gráfico 1.4 - Distribuição da fonte de rendimento médio mensal segundo actividade laboral do chefe do agregado familiar



4.1.4 DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

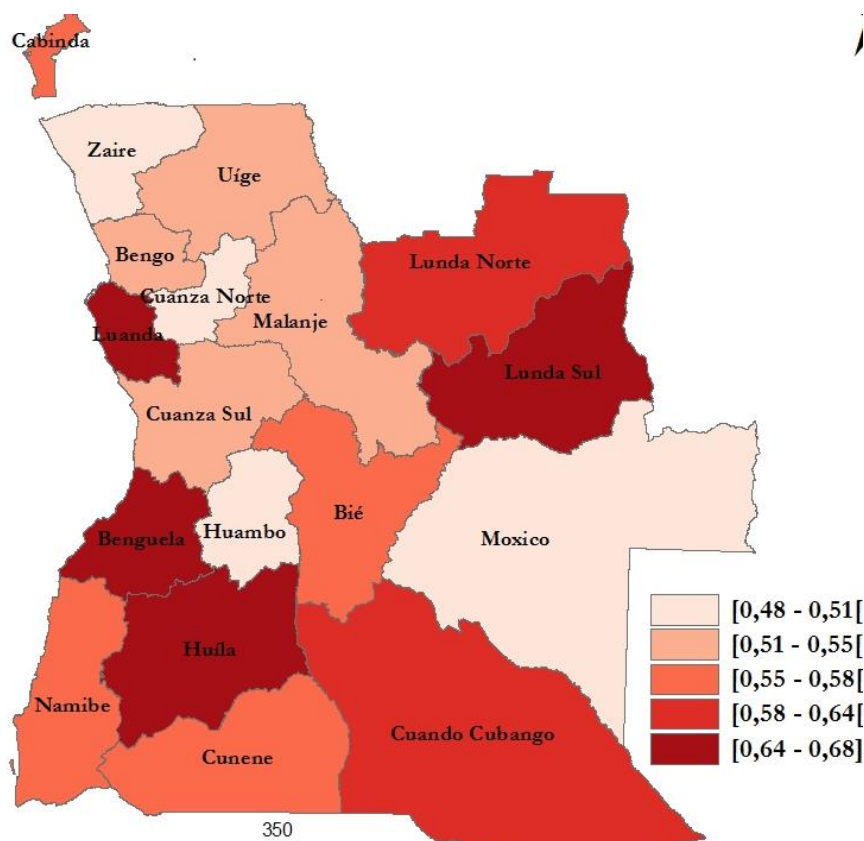
A distribuição da receita conforme indicam os dados do quadro 1.6, o quinto quintil (ou seja, os 20% de população com maiores receitas) detém 63% de todas as receitas, enquanto o primeiro quintil apenas detém 2%. Isto significa que a receita média de uma pessoa no quintil mais rico é 31 vezes mais alta do que a receita média de uma pessoa no quintil mais pobre. A desigualdade urbana é semelhante à desigualdade registada a nível nacional, enquanto a desigualdade rural é menos severa, sendo que nestas áreas a receita média da população mais rica é 20 vezes superior à da população mais pobre. Isso significa que há menos desigualdade nas áreas rurais do que nas urbanas.

Quadro 1.6 - Desigualdade na distribuição da receita

	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil	Total	Coeficiente de Gini
Angola	2.3	5.9	10.3	18.2	63.3	100	0.597
Área de residência							
Urbana	2.1	5.9	10.2	18.0	63.8	100	0.588
Rural	2.7	6.4	11.2	19.6	60.1	100	0.544
Sexo							
Homens	2.3	5.9	10.3	18.2	63.3	100	0.595
Mulheres	2.3	5.9	10.2	18.1	63.4	100	0.590

A província da Huíla apresenta o maior diferença entre a população mais pobre e a mais rica, os mais ricos detêm 67% do total de receitas (Figura 1.1). Isso significa que o nível de receitas deste grupo é 33 vezes superior ao da população mais pobre. O rendimento está distribuído de forma mais justa na província do Huambo, onde os 20% da população mais rica detêm ligeiramente mais de metade das receitas, 17 vezes mais do que o nível de receitas dos 20% da população mais pobre.

Figura 2 - Desigualdade na distribuição da receita



O Coeficiente de Gini apresenta dados condizentes com a distribuição percentual das receitas por quintis, confirmando deste modo a desigualdade acentuada no país. O Coeficiente de Gini para receitas em Angola é 0,59. Para as áreas urbanas é aproximadamente igual ao nacional e nas áreas rurais é relativamente inferior (0,54). Isto indica que existe diferenças significativas entre os 20% da população mais pobre e os 20% mais ricos nas áreas urbanas. As províncias da Huíla, Luanda, Lunda Sul, Lunda Norte, Benguela e Cuando cubango apresentam o coeficiente de Gini significativamente alto, acima do nacional(0,60-0,67).

4.2 DESPESAS

As despesas correspondem ao volume de rendimentos gastos para fazer face às necessidades de consumo alimentar e não-alimentar, de bem-estar e de conforto e, para efeitos deste relatório, a análise baseia-se no consumo per capita. A estimativa do consumo foi efectuada, em primeiro lugar, mediante o cálculo do consumo total do agregado familiar, composto pelo valor de todos os bens alimentares e não-alimentares e serviços consumidos pela família. No caso dos bens comprados, apenas a quantidade realmente consumida entra no consumo combinado. Se o bem provém de auto-abastecimento, troca ou pagamento em espécie, solicita-se à família que estime o valor desse consumo. Os dados sobre bens não-alimentares foram recolhidos usando diferentes períodos (semana anterior ao inquérito, mês anterior ao inquérito, trimestre anterior ao inquérito e ano anterior do inquérito), que foram definidos com base na frequência esperada dessas compras.

O segundo passo tratou da conversão do consumo nominal para consumo real. O ajuste relativamente a diferenças no custo de vida foi realizado utilizando um índice de preços

temporal e espacial. Todos os números de consumo estão expressos em preços nacionais de Dezembro de 2018. O último passo envolveu desde medidas de consumo ao nível doméstico a medidas individuais de consumo. O consumo real per capita foi calculado dividindo o consumo total real do agregado pelo número de pessoas em casa.

4.2.1 CONSUMO MÉDIO MENSAL

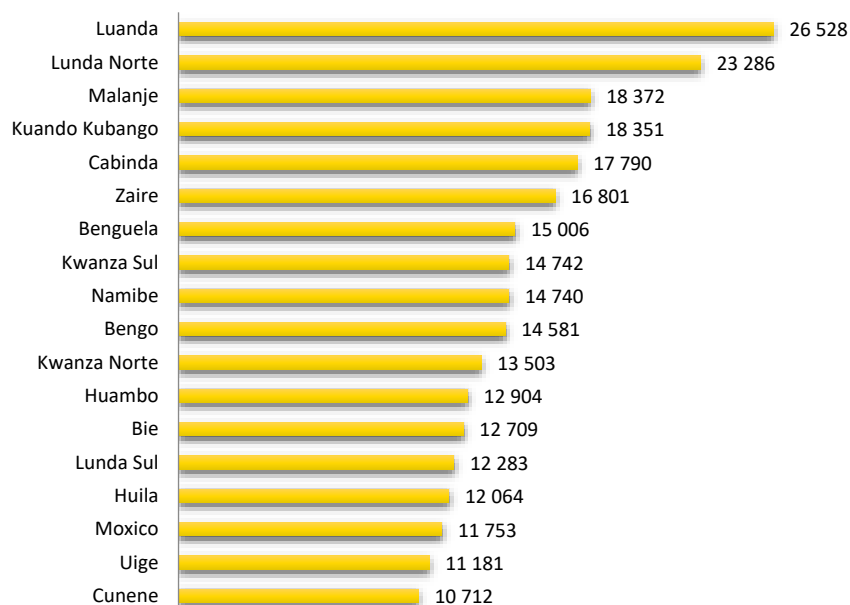
O Quadro 2.1. Mostra que o consumo médio mensal por pessoa em Angola é estimado em 17.569 kwanzas. As áreas urbanas apresentam o consumo maior do que as zonas rurais.

**Quadro 2.1 - Consumo médio mensal per capita
(em Kwanzas)**

	Total	Intervalo de confiança 95%	
Angola	17,569	16,349	18,790
Área de residência			
Urbana	22,117	20,117	24,117
Rural	10,606	10,064	11,147

Entre as Províncias, a Capital é a que possui um consumo médio per capita mais elevado 26.528, seguida a província da Lunda norte, com consumos de 23.286. A província do Cunene regista o consumo mais reduzido conforme mostra o gráfico 2.1.

Gráfico 2.1- Consumo médio mensal per capita (Kwanzas)



4.2.2 COMPOSIÇÃO DO CABAZ DE CONSUMO

O quadro 2.2 apresenta a composição consumo médio mensal dos principais alimentos por pessoa no agregado. O grupo de consumo mais importante é o de alimentos e legumes, com despesas estimadas em 1.462 kwanzas, representando 19% do consumo total per capita. A importância deste grupo aumenta nas áreas rurais, e diminui nas áreas urbanas, onde encontra-se mais da metade do consumo total.

Observando por tipo de alimentos os produtos baseado de serreais tais como o pão e outros produtos de padaria constituem uma das categorias mais importante de consumo com gastos mensais per capita na ordem de (745 kwanzas) que corresponde a 10% do consumo alimentar por pessoa no país. O grupo de hortícolas também é muito importante no consumo alimentar dos agregados em Angola, representando 19% do valor total do consumo em alimentos.

Quadro 2.2 - Consumo médio real de alimentos por pessoas por mês (em preço de 2018), por tipo de alimentos segundo a área de residência

	Total	%	Urbana	%	Rural	%
Angola	7.602	100	8.396	100	6.386	100
Pão e produtos de padaria	745	10	615	7	944	15
Cereais	621	8	658	8	562	9
Carne de boi	198	3	285	3	59	1
Outra carne	511	7	638	8	307	5
Peixe	535	7	546	7	518	8
Leite, Queijo e Ovos	259	3	227	3	308	5
Óleo e gorduras	404	5	352	4	484	8
Frutas	277	4	294	4	251	4
Legumes	1.462	19	1.632	19	1.2	19
Açúcar e Doces	187	2	182	2	196	3
Outros	105	1	88	1	131	2
Bebidas não alcoólicas	159	2	163	2	152	2
Bebidas alcoólicas	381	5	376	4	389	6
Tabaco	1.049	14	1.439	17	453	7
Refeições fora da casa	776	10	957	11	499	8

O consumo médio não alimentar pode considerar como maior despesa com a manutenção da habitação: esta consome em média 2.145 kwanzas per capita ou 22% do consumo total per capita, 14% vão para aluguel o mesmo verifica-se com a saúde consumindo 1.386, 1369 kwanzas per capita). A proporção de despesas com manutenção da habitação em áreas urbanas é maior que nas zonas rurais (23% e 13% respectivamente). Para além da manutenção da habitação, nenhuma outra componente principal do consumo contribui em mais de 22% para o consumo total (Em todos estes casos, as proporções nas áreas urbanas são maiores do que nas áreas rurais). Os gastos médios com a comunicação e transporte são muito baixos, principal mente nas Zonas rurais.

Quadro 2.3 - Consumo médio real não alimentos por pessoas por mês (em preço de 2018), por tipo de alimentos segundo a área de residência

	Total	%	Urbana	%	Rural	%
Total	9.97	100	13.723	100	4.222	100
Vestuário e calçado	410	4	359	3	489	12
Manutenção da habitação	2.145	22	3.182	23	558	13
Móveis e bens duráveis	1.304	13	1.789	13	561	13
Saúde	1.369	14	1.682	12	889	21
Transporte	535	5	546	4	518	12
Comunicações	309	3	452	3	90	2
Entretenimento e cultura	476	5	522	4	405	10
Educação	447	4	610	4	199	5
Outros	1.618	16	2.41	18	404	10
Aluguel	1.386	14	2.081	15	323	8

4.3 POBREZA

A definição da privação ou pobreza pode assumir distintas abordagens, num enfoque mais geral, a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999). Pobreza refere-se a uma situação de privação de algumas dimensões do bem-estar de um indivíduo, como acesso limitado a serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, mal nutrição, falta de determinados bens e serviços, etc.

A linha de pobreza é estimada para cada espaço, composta por dois componentes: a linha de pobreza alimentar e a linha de pobreza não alimentar. A linha de pobreza alimentar é obtida através da identificação de um cabaz alimentar básico que:

- Reflecte padrões de consumo de famílias pobres dentro do espaço geográfico;
- Proporciona aproximadamente 2.100 calorias por pessoa por dia;
- Respeita uma série de condições espaciais e temporais de preferências reveladas que garantem a comparabilidade da qualidade dos cabazes entre os diferentes espaços geográficos e ao longo do tempo.

O consumo nominal total do agregado é calculado somando o valor de todos os bens alimentares e não-alimentares e serviços consumidos pelos membros do agregado. O consumo do agregado foi convertido em termos reais, mediante ajustes nas diferenças temporais e espaciais do custo de vida. O consumo real por adulto equivalente é estimado dividindo o consumo real total do agregado pelo número de adultos equivalentes do agregado familiar. São usadas escalas de adulto equivalente para ajustar as diferenças na composição demográfica das famílias e permitir a troca de uma medida de consumo ao nível doméstico por uma medida de consumo ao nível individual.

A subestimação do consumo em termos de calorias foi evidenciada como sendo uma questão problemática, porém as análises mostraram que o consumo de alimentos afectou tanto as áreas urbanas como as rurais, é provavelmente devido à existência de dietas mais diversificadas e uma maior variedade de alimentos disponíveis no mercado.

A recolha de dados detalhados do consumo alimentar de cada família é baseada nas descrições dos membros da família e não na observação directa, e a informação diária é recolhida relativamente às quantidades de bens alimentares comprados para consumo ou provenientes da produção própria. Além disso, é preciso realçar que as calorias não são reportadas directamente nos inquéritos mas são estimadas a partir das quantidades de consumo alimentar reportadas, e as estimativas de consumo calórico. De toda forma, é de esperar uma correspondência entre calorias consumidas e medidas de pobreza, ou alternativamente temos a expectativa de que os não-pobres consomem pelo menos um número mínimo razoável de calorias.

Consequentemente, as estimativas do consumo calórico podem ser vistas como uma verificação da consistência das taxas de pobreza estimadas.

Para correcção atribuiu-se á cada um dos grupos alimentares incompletos a imputação do consumo não alimentar e as características dos agregados familiares observados do mesmo conglomerado. Para os agregados dos 2 quintis inferiores foi imputado com precisão de 25% do valor real do consumo alimentar. A linha de pobreza total foi estimada por adulto equivalente

mês a preços de Dezembro de 2018, igual à soma da linha de pobreza alimentar (4.083 kwanzas) e da linha de pobreza não-alimentar (8.098 kwanzas).

4.3.1 ÍNDICES DE POBREZA

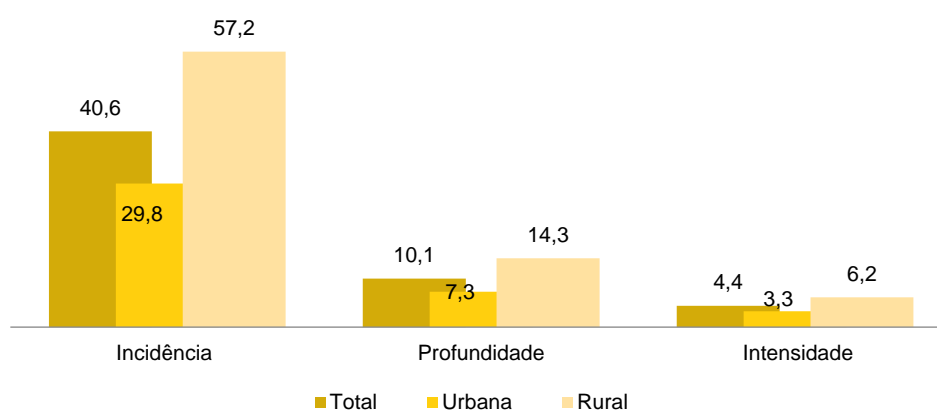
A incidência da pobreza em Angola é de 41%, o que significa que 41 de cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza (12.181 kwanzas por mês). Do total da população pobre 56% residem nas áreas rurais e 44% na urbana. O índice de profundidade da pobreza é de 10%, isto é, o défice médio do consumo por pessoa abaixo da linha da pobreza. O índice de intensidade da pobreza é de 4%, medida que reflecte a severidade da pobreza tendo em conta a desigualdade existente entre os pobres, conforme mostra o Quadro 3.1. Os índices de pobreza apresentam valor altos nas áreas rurais que na urbana. Analisando por sexo não existem diferenças significativas para ambos, sendo superior para os homens.

Quadro 2.4 - índices de pobreza

	Incidência	Profundidade	Intensidade
Total	40.6	10.1	4.4
Área de residência			
Urbana	29.8	7.3	3.3
Rural	57.2	14.3	6.2
Sexo			
Homens	40.8	10.1	4.5
Mulheres	40.2	9.9	4.3

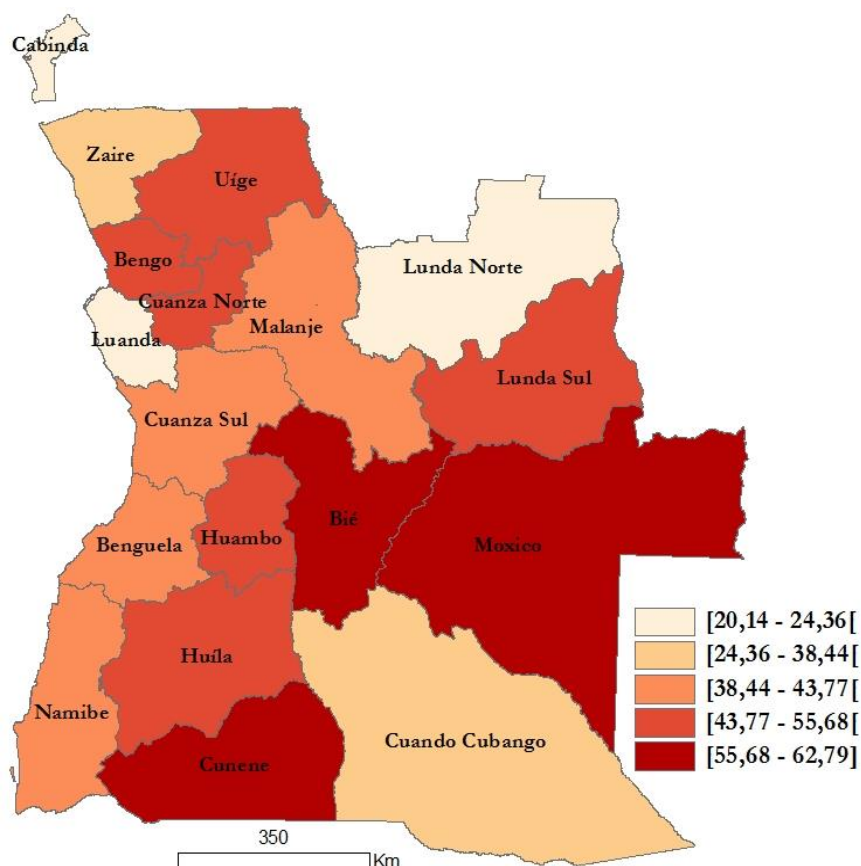
O gráfico 3.1 mostra que, a incidência da pobreza é maior nas áreas rurais, representando quase duas vezes superior comparativamente às áreas urbanas. Na área urbana um terço da população é pobre e na rural, quase dois terços da população é pobres. O mesmo nota-se no índice de profundidade, onde o défice de consumo é duas vezes superior nas áreas rurais 14% comparativamente a 7% nas áreas urbanas. O índice profundidade na área rural é duas vezes superior comparado com a área urbana.

Gráfico 3.1- Índices de pobreza por área de residência



Analisando por província destacam-se cinco com o índice de incidência inferior a média nacional Luanda, Lunda Norte, Cabinda, Cuando Cubango e Zaire).

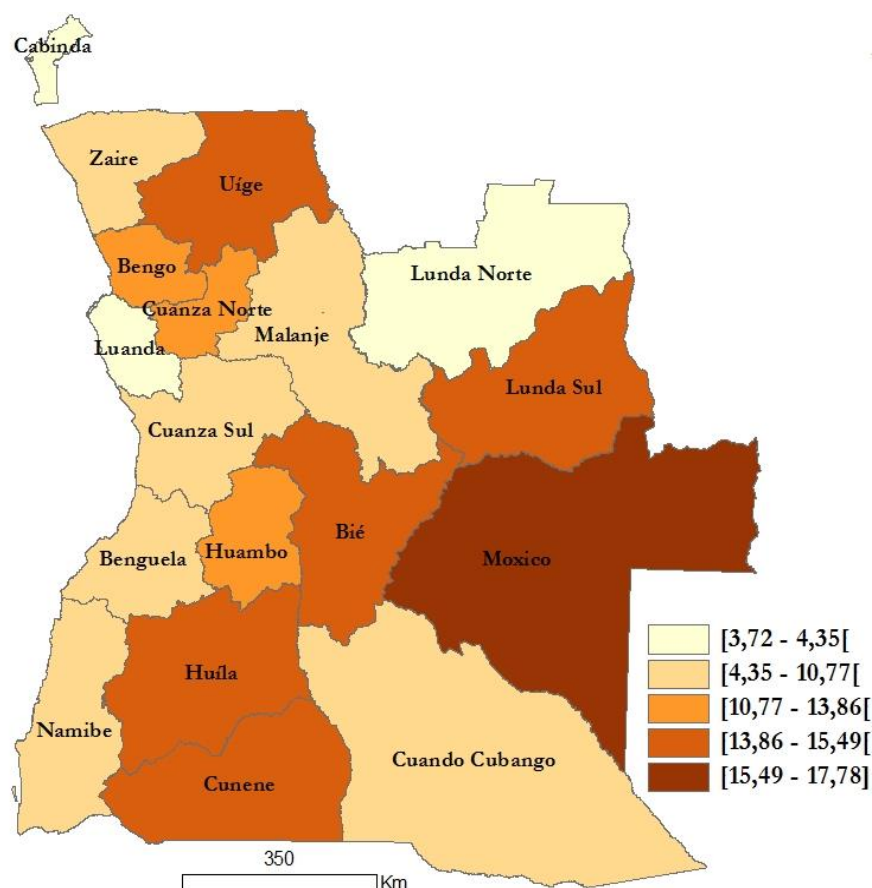
Figura 3 – Incidência da pobreza por província



A pobreza é maior nas províncias do Cuanza Sul, Lunda Sul, Huíla, Huambo, Uíge, Bié, Cunene e Moxico onde mais de metade da população é pobre. As províncias do Namibe, Benguela, Malanje, Cuanza Norte e Bengo apresentam a incidência entre 42% á 48%. Luanda apresenta o menor índice de incidência com 20%, enquanto o Cunene e Moxico apresentam o maior índice de incidência com 62%.

As províncias do Cunene, Bié e Moxico apresentam o índice de profundidade da pobreza mais elevados 16% e 18%, o mais baixo encontrando-se em Cabinda, Luanda e Lunda Norte com 4%. A distribuição do índice de incidência é acima da média nacional nas áreas urbanas das províncias do Bié (53%), Huambo (52%), Lunda Sul (49%), Uíge (45%), Cuanza Norte (44%) e Moxico (43%). Nas áreas rurais 16 províncias estão acima da média nacional excepto cabinda (39%) e Lunda Norte (32%), destacando-se as províncias do Moxico (81%) e Cunene (68%) apresentar o maior número de pobres a residirem na área rural. O índice de intensidade da pobreza é a medida que reflecte a severidade da pobreza tendo em conta a desigualdade entre os pobres. As províncias do Uíge, Lunda Sul, Huíla e Moxico apresentam os índices de intensidade mais elevados 7% e 9%.

Figura 4 – Profundidade da pobreza por província



Os índices de pobreza mais elevados na população com 65 ou mais anos de idade, incidência 43,7%, profundidade 12,7% e intensidade 5,8%. Os índices abaixo da média nacional encontram-se nas idades inferiores a 34 anos de idade.

Quadro 3.1- Índices de pobreza por idade e escolaridade

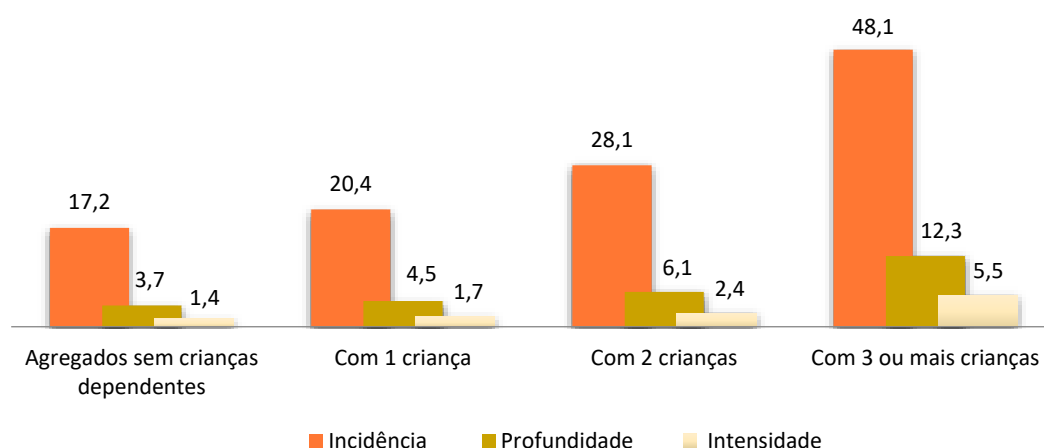
	Incidência	Profundidade	Intensidade
Total	40.6	10.1	4.4
Idade			
Menos de 24 anos	29.7	5.0	1.7
25-34 anos	34.9	7.1	2.8
35-44 anos	42.8	10.6	4.7
45-54 anos	45.3	12.4	5.6
55-64 anos	40.9	11.2	5.0
65 ou mais anos	43.7	12.7	5.8
Escolaridade			
Nenhum nível	56.5	15.9	7.5
Ensino primário	54.9	13.9	6.1
Secundário - 1º ciclo	37.0	8.5	3.5
Secundário - 2º ciclo ou mais	17.3	3.4	1.3
Outro ou não declarado	41.3	7.7	2.7

O nível de escolaridade está claramente associada à situação de pobreza. Quanto mais elevado o nível de escolaridade da população, mais baixo o nível de pobreza. 57% da população que não possui nenhum nível de escolaridade e 55% com o ensino primário é pobre, enquanto apenas 17% da população que tem ensino secundário ou mais alto é pobre, ver quadro 3.2.

4.3.2 DETERMINANTES DA POBREZA

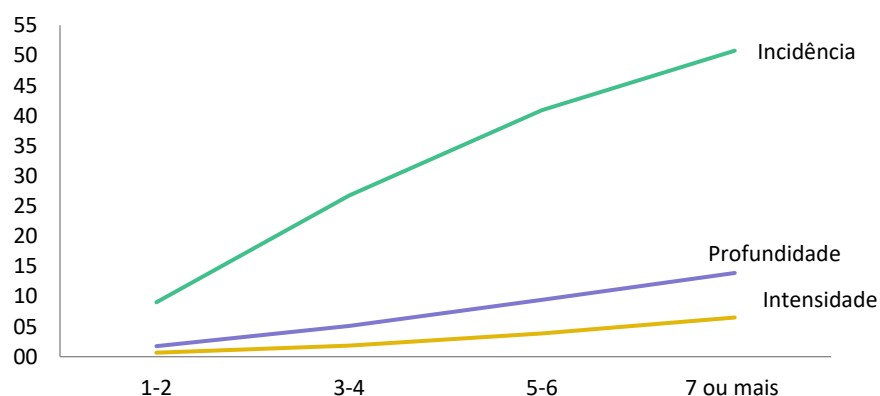
O gráfico 3.2 mostra que a pobreza está também positivamente correlacionada com a composição do agregado, ou seja, a população a viver em agregados com maior número de crianças dependentes são, em geral, mais pobres. Os agregados familiares sem crianças dependentes são menos pobres (17%), ao passo que os agregados com 3 ou mais crianças representam 48% dos pobres.

Gráfico 3.2 - índices de pobreza segundo a composição do agregado familiar



A incidência da pobreza aumenta significativamente entre a população residente quanto maior for o número de membros no agregado, a pobreza aumenta cinco vezes mais em agregados com sete ou mais membros comparado com os agregados com um ou dois membros.

Gráfico 3.3 - índices de pobreza segundo o tamanho do agregado familiar



A actividade e ocupação do chefe do agregado estão associadas à condição de pobreza. A pobreza é maior entre a população que vive em agregados cujo chefe está desempregado (43%) do que entre a população residente em agregados em que o chefe está empregado (42%), como pode-se observar na Quadro 3.3.

Relativamente à ocupação do chefe do agregado familiar, a incidência da pobreza é maior entre aqueles que vivem com um chefe de agregado que trabalha por conta própria 51% em relação aos que trabalham por conta de outrem com 27%.

Entre os chefes assalariados, os que trabalham no sector público e privado vivem situações de pobreza consideravelmente menores em comparação com os que trabalham por conta própria. A população cujo chefe do agregado trabalha com familiares representa 56% dos pobres.

Quadro 3.2 - Índices de pobreza por características perante o emprego

	Incidência	Profundidade	Intensidade
Angola	40.6	10.1	4.4
Condição perante o trabalho			
Empregado	42.1	10.3	4.5
Desempregado	43.7	11.3	5.3
Inactivo	32.4	8.1	3.5
Receitas laborais			
Trabalhador por conta de outrem	27.4	6.1	2.5
Trabalhador por conta própria	51.3	13.4	6.1
Outro emprego	63.4	14.3	5.7
Situação perante a actividade			
Sector público	24.3	5.6	2.3
Sector privado	29.4	6.5	2.7
Trabalhador por conta própria	51.3	13.4	6.1
Família/ outro	55.9	12.4	5.0

5 QUADROS DE RESULTADOS

5.1 RECEITAS

Quadro 4.1.1 - Quintis de receitas (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo os quintis de receitas (Kwanzas), IDREA 2018-2019

Características seleccionadas	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total	Número de agregados
Angola	1,783	4,552	7,946	14,051	48,946	15,454	11,974
Área de residência							
Urbana	1,680	4,642	8,032	14,194	50,316	19,090	7,410
Rural	1,876	4,458	7,803	13,681	41,924	9,149	4,564
Província							
Cabinda	1,366	4,801	8,040	14,526	54,648	26,790	667
Zaire	2,274	4,915	7,957	14,058	40,705	17,986	686
Uíge	2,182	4,471	7,851	13,625	38,012	9,184	595
Luanda	1,708	4,681	8,195	14,236	68,435	25,212	1,364
Cuanza Norte	2,159	4,622	7,688	14,635	36,505	14,286	634
Cuanza Sul	1,987	4,502	7,729	13,978	39,017	10,862	605
Malanje	1,921	4,656	7,764	13,731	41,045	12,352	624
Lunda Norte	1,676	4,642	8,230	13,936	56,858	16,686	624
Benguela	1,842	4,536	8,014	13,533	52,586	13,586	654
Huambo	1,845	4,477	8,031	13,762	32,042	8,876	630
Bié	2,097	4,440	7,888	13,873	46,269	14,691	597
Moxico	2,136	4,822	7,947	14,199	38,484	15,035	589
Cuando Kubango	1,824	4,499	7,962	13,992	47,222	14,188	628
Namibe	1,699	4,426	7,934	14,069	42,783	16,186	653
Huíla	1,564	4,263	7,800	13,662	54,603	10,144	600
Cunene	2,040	4,417	7,792	14,199	45,222	11,093	544
Lunda Sul	1,196	4,575	7,793	13,686	39,322	9,365	659
Bengo	2,086	4,576	8,082	14,127	46,719	20,873	621
Sexo							
Homens	1,788	4,550	7,969	14,059	48,939	16,396	8,326
Mulheres	1,769	4,556	7,890	14,004	48,979	12,832	3,645
Idade							
Menos de 24 anos	1,753	4,640	7,915	13,879	40,421	11,490	1,001
25-34 anos	1,735	4,542	7,986	14,174	44,324	13,686	3,385
35-44 anos	1,751	4,556	7,913	14,070	49,267	14,649	2,903
45-54 anos	1,851	4,505	7,972	14,033	50,513	18,178	2,187
55-64 anos	1,843	4,638	7,975	13,976	51,635	17,831	1,405
65 ou mais anos	1,830	4,499	7,839	13,839	55,294	15,328	1,092
Escolaridade							
Nenhum	1,737	4,465	7,873	13,895	31,466	7,277	2,243
Ensino primário	1,837	4,523	7,861	13,838	36,785	9,294	3,836
Secundário - 1º ciclo	1,794	4,614	8,024	13,944	42,436	13,612	2,307
Secundário - 2º ciclo ou mais	1,658	4,716	8,058	14,352	55,743	28,618	3,461
Não declarado	1,885	4,469	7,599	12,871	32,354	8,422	126

Quadro 4.1.2 - Quintis de receitas (%)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo os quintis de receitas (%), IDREA 2018-2019

Características seleccionadas	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total	Número de agregados
Angola	2.1	5.9	10.2	18.0	63.8	100	11,974
Área de residência							
Urbana	2.1	5.9	10.2	18.0	63.8	100	7,410
Rural	2.7	6.4	11.2	19.6	60.1	100	4,564
Provincia							
Cabinda	1.6	5.8	9.6	17.4	65.5	100	667
Zaire	3.3	7.0	11.4	20.1	58.2	100	686
Uíge	3.3	6.8	11.9	20.6	57.5	100	595
Luanda	1.8	4.8	8.4	14.6	70.4	100	1,364
Cuanza Norte	3.3	7.0	11.7	22.3	55.6	100	634
Cuanza Sul	3.0	6.7	11.5	20.8	58.0	100	605
Malanje	2.8	6.7	11.2	19.9	59.4	100	624
Lunda Norte	2.0	5.4	9.6	16.3	66.6	100	624
Benguela	2.3	5.6	10.0	16.8	65.3	100	654
Huambo	3.1	7.4	13.4	22.9	53.3	100	630
Bié	2.8	6.0	10.6	18.6	62.1	100	597
Moxico	3.2	7.1	11.8	21.0	56.9	100	589
Cuando Cubango	2.4	6.0	10.5	18.5	62.5	100	628
Namibe	2.4	6.2	11.2	19.8	60.3	100	653
Huíla	1.9	5.2	9.5	16.7	66.7	100	600
Cunene	2.8	6.0	10.6	19.3	61.4	100	544
Lunda Sul	1.8	6.9	11.7	20.6	59.1	100	659
Bengo	2.8	6.1	10.7	18.7	61.8	100	621
Sexo							
Homens	2.3	5.9	10.3	18.2	63.3	100	8,326
Mulheres	2.3	5.9	10.2	18.1	63.4	100	3,645
Idade							
Menos de 24 anos	2.6	6.8	11.5	20.2	58.9	100	1,001
25-34 anos	2.4	6.2	11.0	19.5	60.9	100	3,385
35-44 anos	2.3	5.9	10.2	18.1	63.5	100	2,903
45-54 anos	2.3	5.7	10.1	17.8	64.0	100	2,187
55-64 anos	2.3	5.8	10.0	17.5	64.5	100	1,405
65 ou mais anos	2.2	5.4	9.4	16.6	66.4	100	1,092
Escolaridade							
Nenhum	2.9	7.5	13.2	23.4	52.9	100	2,243
Primário	2.8	7.0	12.1	21.3	56.7	100	3,836
Secundário - 1º ciclo	2.5	6.5	11.3	19.7	59.9	100	2,307
Secundário - 2º ciclo ou mais	2.0	5.6	9.5	17.0	65.9	100	3,461
Não declarado	3.2	7.6	12.8	21.7	54.7	100	126

Quadro 4.1.3 - Fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Características seleccionadas	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em espécie		
Angola	12,485	9,735	6,526	3,209	2,751	2,096	164	491	2,968	1,552	998	419	15,454	11,974
Área de residência														
Urbana	16,371	12,680	9,217	3,463	3,691	2,811	239	641	2,719	720	1,407	593	19,090	7 410
Rural	5,749	4,629	1,860	2,769	1,120	854	33	233	3,400	2,994	289	118	9,149	4 564
Província														
Cabinda	23,150	19,656	13,347	6,309	3,494	2,235	378	881	3,640	589	2,048	1,002	26,790	667
Zaire	15,849	11,894	8,522	3,373	3,955	2,509	233	1,214	2,137	1,035	842	260	17,986	686
Uíge	5,850	4,769	3,004	1,765	1,081	709	38	334	3,334	2,741	310	284	9,184	595
Luanda	22,386	18,107	13,192	4,915	4,279	3,564	398	317	2,826	107	2,094	625	25,212	1 364
Cuanza Norte	10,864	8,227	6,220	2,007	2,637	2,153	92	391	3,422	2,440	480	502	14,286	634
Cuanza Sul	8,134	5,792	2,329	3,463	2,342	1,755	50	537	2,728	2,030	341	357	10,862	605
Malange	8,908	7,221	4,184	3,037	1,687	1,421	91	175	3,444	2,594	407	444	12,352	624
Lunda Norte	14,215	9,538	5,531	4,006	4,677	3,074	291	1,312	2,471	1,452	685	335	16,686	624
Benguela	9,478	6,696	4,841	1,855	2,782	2,208	248	326	4,108	951	2,856	301	13,586	654
Huambo	6,386	4,680	2,894	1,786	1,706	1,437	43	226	2,490	1,959	365	166	8,876	630
Bié	10,614	8,365	4,094	4,271	2,249	1,062	100	1,086	4,078	2,900	386	791	14,691	597
Moxico	12,413	9,939	5,786	4,153	2,475	2,312	69	93	2,622	1,751	530	341	15,035	589
Cuando Cubango	11,218	8,442	5,840	2,602	2,776	2,269	113	394	2,971	1,957	764	250	14,188	628
Namibe	14,128	11,367	7,288	4,079	2,761	2,132	107	523	2,057	572	1,343	143	16,186	653
Huíla	7,226	5,895	4,813	1,082	1,331	1,118	25	189	2,918	2,019	832	67	10,144	600
Cunene	7,345	5,491	3,803	1,687	1,854	1,226	38	591	3,747	2,713	795	240	11,093	544
Lunda Sul	7,704	6,368	4,796	1,572	1,336	987	83	266	1,661	1,050	424	187	9,365	659
Bengo	17,608	12,910	8,379	4,530	4,699	4,206	275	217	3,265	1,230	804	1,230	20,873	621
Sexo														
Homens	13,344	10,877	7,477	3,400	2,467	1,838	163	467	3,052	1,569	996	487	16,396	8 326
Mulheres	10,099	6,558	3,883	2,674	3,541	2,814	167	560	2,733	1,506	1,000	227	12,832	3 645

Continua

Quadro 4.1.3 - Fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Características seleccionadas	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em espécie		
Idade														
Menos de 24 anos	8,963	5,969	2,533	3,437	2,994	2,194	30	770	2,527	1,821	513	192	11,490	1 001
25-34 anos	11,391	9,192	5,845	3,347	2,199	1,604	76	519	2,295	1,211	634	450	13,686	3 385
35-44 anos	12,165	10,390	7,040	3,349	1,775	1,259	135	381	2,484	1,314	776	394	14,649	2 903
45-54 anos	14,473	11,952	8,790	3,162	2,521	1,737	225	560	3,705	1,459	1,601	645	18,178	2 187
55-64 anos	14,160	9,536	6,315	3,221	4,624	3,933	175	516	3,671	2,139	1,280	253	17,831	1 405
65 ou mais anos	11,265	5,467	3,287	2,180	5,798	4,952	463	384	4,063	2,748	1,165	149	15,328	1 092
Escolaridade														
Nenhum	4,357	2,914	888	2,026	1,443	1,169	57	216	2,920	2,427	424	69	7,277	2 243
Primário	6,641	4,921	2,114	2,807	1,720	1,401	84	235	2,653	1,925	564	164	9,294	3 836
Secundário - 1º ciclo	10,648	8,154	4,769	3,385	2,495	1,729	128	638	2,964	1,329	1,280	355	13,612	2 307
Secundário - 2º ciclo ou mais	25,294	20,410	16,124	4,286	4,884	3,693	343	847	3,324	743	1,638	944	28,618	3 461
Não declarado	4,523	2,950	1,680	1,270	1,573	1,247	48	277	3,898	2,727	606	565	8,422	126
Quintil de receitas														
Primeiro	635	445	120	325	190	115	12	63	1,148	839	299	9	1,783	2 105
Segundo	2,496	1,873	677	1,196	623	467	30	126	2,056	1,605	417	34	4,552	2 144
Terceiro	5,525	4,185	1,922	2,263	1,340	1,048	46	245	2,421	1,779	584	58	7,946	2 332
Quarto	11,169	8,596	5,015	3,582	2,573	2,059	133	381	2,882	1,779	893	211	14,051	2 507
Quinto	42,611	33,582	24,900	8,682	9,029	6,790	597	1,642	6,336	1,758	2,796	1,782	48,946	2 886

Quadro 4.1.4 - Fontes de rendimento do agregado (%)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)														
Características do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	80.8	63.0	42.2	20.8	17.8	13.6	1.1	3.2	19.2	10.0	6.5	2.7	100	11,974
Urbana	85.8	66.4	48.3	18.1	19.3	14.7	1.3	3.4	14.2	3.8	7.4	3.1	100	7 410
Rural	62.8	50.6	20.3	30.3	12.2	9.3	0.4	2.5	37.2	32.7	3.2	1.3	100	4 564
Província														
Cabinda	86.4	73.4	49.8	23.5	13.0	8.3	1.4	3.3	13.6	2.2	7.6	3.7	100	667
Zaire	88.1	66.1	47.4	18.8	22.0	13.9	1.3	6.7	11.9	5.8	4.7	1.4	100	686
Uíge	63.7	51.9	32.7	19.2	11.8	7.7	0.4	3.6	36.3	29.8	3.4	3.1	100	595
Luanda	88.8	71.8	52.3	19.5	17.0	14.1	1.6	1.3	11.2	0.4	8.3	2.5	100	1 364
Cuanza Norte	76.0	57.6	43.5	14.0	18.5	15.1	0.6	2.7	24.0	17.1	3.4	3.5	100	634
Cuanza Sul	74.9	53.3	21.4	31.9	21.6	16.2	0.5	4.9	25.1	18.7	3.1	3.3	100	605
Malange	72.1	58.5	33.9	24.6	13.7	11.5	0.7	1.4	27.9	21.0	3.3	3.6	100	624
Lunda Norte	85.2	57.2	33.1	24.0	28.0	18.4	1.7	7.9	14.8	8.7	4.1	2.0	100	624
Benguela	69.8	49.3	35.6	13.7	20.5	16.3	1.8	2.4	30.2	7.0	21.0	2.2	100	654
Huambo	71.9	52.7	32.6	20.1	19.2	16.2	0.5	2.5	28.1	22.1	4.1	1.9	100	630
Bié	72.2	56.9	27.9	29.1	15.3	7.2	0.7	7.4	27.8	19.7	2.6	5.4	100	597
Moxico	82.6	66.1	38.5	27.6	16.5	15.4	0.5	0.6	17.4	11.6	3.5	2.3	100	589
Cuando Kubango	79.1	59.5	41.2	18.3	19.6	16.0	0.8	2.8	20.9	13.8	5.4	1.8	100	628
Namibe	87.3	70.2	45.0	25.2	17.1	13.2	0.7	3.2	12.7	3.5	8.3	0.9	100	653
Huila	71.2	58.1	47.4	10.7	13.1	11.0	0.2	1.9	28.8	19.9	8.2	0.7	100	600
Cunene	66.2	49.5	34.3	15.2	16.7	11.0	0.3	5.3	33.8	24.5	7.2	2.2	100	544
Lunda Sul	82.3	68.0	51.2	16.8	14.3	10.5	0.9	2.8	17.7	11.2	4.5	2.0	100	659
Bengo	84.4	61.8	40.1	21.7	22.5	20.2	1.3	1.0	15.6	5.9	3.9	5.9	100	621
Sexo													100	
Homens	81.4	66.3	45.6	20.7	15.0	11.2	1.0	2.8	18.6	9.6	6.1	3.0	100	8,326
Mulheres	78.7	51.1	30.3	20.8	27.6	21.9	1.3	4.4	21.3	11.7	7.8	1.8	100	3,645
Idade														
Menos de 24 anos	78.0	52.0	22.0	29.9	26.1	19.1	0.3	6.7	22.0	15.9	4.5	1.7	100	1,001
25-34 anos	83.2	67.2	42.7	24.5	16.1	11.7	0.6	3.8	16.8	8.8	4.6	3.3	100	3,385
35-44 anos	83.0	70.9	48.1	22.9	12.1	8.6	0.9	2.6	17.0	9.0	5.3	2.7	100	2,903
45-54 anos	79.6	65.8	48.4	17.4	13.9	9.6	1.2	3.1	20.4	8.0	8.8	3.5	100	2,187
55-64 anos	79.4	53.5	35.4	18.1	25.9	22.1	1.0	2.9	20.6	12.0	7.2	1.4	100	1,405
65 ou mais anos	73.5	35.7	21.4	14.2	37.8	32.3	3.0	2.5	26.5	17.9	7.6	1.0	100	1,092

Continua

Quadro 4.1.4 - Fontes de rendimento do agregado (%)

Receita média mensal por pessoa por características seleccionadas, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)														
Características do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Escolaridade														
Nenhum	59.9	40.0	12.2	27.8	19.8	16.1	0.8	3.0	40.1	33.3	5.8	0.9	100	2,243
Primário	71.5	52.9	22.7	30.2	18.5	15.1	0.9	2.5	28.5	20.7	6.1	1.8	100	3,836
Secundário - 1º ciclo	78.2	59.9	35.0	24.9	18.3	12.7	0.9	4.7	21.8	9.8	9.4	2.6	100	2,307
Secundário - 2º ciclo ou mais	88.4	71.3	56.3	15.0	17.1	12.9	1.2	3.0	11.6	2.6	5.7	3.3	100	3,461
Não declarado	53.7	35.0	20.0	15.1	18.7	14.8	0.6	3.3	46.3	32.4	7.2	6.7	100	126
Quintil de receitas														
Primeiro	35.6	25.0	6.7	18.2	10.7	6.5	0.7	3.5	64.4	47.1	16.8	0.5	100	2 105
Segundo	54.8	41.2	14.9	26.3	13.7	10.3	0.7	2.8	45.2	35.3	9.2	0.7	100	2 144
Terceiro	69.5	52.7	24.2	28.5	16.9	13.2	0.6	3.1	30.5	22.4	7.4	0.7	100	2 332
Quarto	79.5	61.2	35.7	25.5	18.3	14.7	0.9	2.7	20.5	12.7	6.4	1.5	100	2 507
Quinto	87.1	68.6	50.9	17.7	18.4	13.9	1.2	3.4	12.9	3.6	5.7	3.6	100	2 886

Quadro 4.1.5 - Fontes de rendimento do agregado por área de residencia (Kwanzas)

Receita medias mensal por pessoa por província e área de residencia, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Receitas médias mensais por pessoa por província e área de residência, segundo os tipos de rendimento do agregado (Kwanza)														
Província e área de residência	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	12 485	9 735	6 526	3 209	2 751	2 096	164	491	2 968	1 552	998	419	15 454	11 974
Cabinda														
Urbana	22 806	19 447	13 795	5 652	3 359	2 213	401	745	3 578	391	2 180	1 006	26 383	539
Rural	24 665	20 576	11 377	9 198	4 089	2 331	279	1 479	3 913	1 460	1 469	984	28 577	128
Zaire														
Urbana	17 927	13 491	10 235	3 256	4 436	2 808	285	1 344	1 840	614	963	263	19 767	532
Rural	8 240	6 047	2 249	3 798	2 193	1 415	42	736	3 225	2 576	398	251	11 465	154
Uíge														
Urbana	8 859	6 994	5 169	1 825	1 865	1 293	63	508	2 543	1 568	414	561	11 402	240
Rural	3 793	3 248	1 524	1 724	545	309	20	216	3 875	3 542	239	94	7 668	355
Luanda														
Urbana	23 091	18 693	13 618	5 075	4 398	3 661	415	322	2 912	106	2 170	636	26 003	1 300
Rural	8 397	6 473	4 734	1 739	1 924	1 652	72	200	1 117	133	582	402	9 514	64
Cuanza Norte														
Urbana	13 790	10 507	8 389	2 118	3 283	2 703	117	464	3 158	1 810	607	740	16 948	397
Rural	4 854	3 545	1 766	1 779	1 309	1 026	41	243	3 966	3 735	219	12	8 820	237
Cuanza Sul														
Urbana	11 570	7 933	4 597	3 336	3 637	2 818	99	720	2 499	1 188	577	734	14 069	237
Rural	5 675	4 260	706	3 554	1 415	995	14	406	2 892	2 633	172	87	8 567	368
Malanje														
Urbana	12 058	9 503	6 296	3 206	2 555	2 152	149	254	2 489	1 120	581	788	14 547	308
Rural	5 285	4 596	1 754	2 842	689	581	23	85	4 544	4 289	207	48	9 829	316
Lunda Norte														
Urbana	16 472	11 093	6 554	4 540	5 379	3 415	376	1 587	1 948	739	821	387	18 419	428
Rural	8 599	5 667	2 987	2 680	2 932	2 227	77	628	3 774	3 226	344	204	12 372	196
Benguela														
Urbana	12 811	8 939	6 691	2 248	3 871	3 102	346	424	4 892	461	4 026	405	17 703	438
Rural	1 899	1 595	635	961	304	175	24	105	2 324	2 066	194	64	4 223	216
Huambo														
Urbana	8 653	6 166	4 285	1 881	2 487	2 070	75	342	1 999	1 255	500	244	10 652	331
Rural	3 427	2 740	1 078	1 663	687	611	1	74	3 130	2 876	190	64	6 557	299

Continua

Quadro 4.1.5 - Fontes de rendimento do agregado por área de residencia (Kwanzas)

Receita médias mensal por pessoa por província e área de residencia, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por província e área de residência, segundo as fontes de rendimento do agregado (Rwanda)														
Província e área de residência	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Bié														
Urbana	14 445	10 397	6 963	3 434	4 048	1 974	190	1 885	3 930	1 827	595	1 508	18 376	266
Rural	7 020	6 459	1 403	5 056	560	207	17	337	4 216	3 907	190	118	11 235	331
Moxico														
Urbana	17 203	13 576	9 350	4 226	3 627	3 371	105	151	2 034	744	746	544	19 237	320
Rural	5 273	4 516	472	4 044	757	733	16	7	3 497	3 250	209	38	8 770	269
Cuando Cubango														
Urbana	15 087	11 166	7 903	3 264	3 921	3 172	169	579	2 598	1 187	1 026	386	17 685	397
Rural	4 089	3 424	2 039	1 384	666	606	9	51	3 658	3 375	283		7 746	231
Huíla														
Urbana	14 410	12 055	10 564	1 490	2 356	1 871	54	430	2 899	955	1 824	121	17 309	241
Rural	2 665	1 984	1 162	822	681	639	6	35	2 931	2 695	203	33	5 595	359
Cunene														
Urbana	18 244	13 877	10 340	3 536	4 367	2 659	122	1 586	3 082	572	1 821	690	21 326	205
Rural	2 415	1 697	846	851	718	577		140	4 048	3 681	331	36	6 463	339
Lunda Sul														
Urbana	8 895	7 340	5 769	1 571	1 555	1 149	102	304	1 272	563	480	229	10 167	511
Rural	2 436	2 066	493	1 574	369	268	3	98	3 382	3 207	173	2	5 818	148
Bengo														
Urbana	25 446	18 185	14 578	3 607	7 262	6 337	507	418	4 058	451	1 344	2 263	29 505	280
Rural	10 694	8 256	2 911	5 345	2 438	2 326	71	41	2 564	1 918	328	319	13 258	341

Quadro 4.1.6 - Fontes de rendimento do agregado por área de residência (%)

Receita média mensal por pessoa por província e área de residência, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)

Província e área de residência	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	80.8	63.0	42.2	20.8	17.8	13.6	1.1	3.2	19.2	10.0	6.5	2.7	100	11 974
Cabinda														
Urbana	86.2	61.6	49.4	12.2	24.6	21.5	1.7	1.4	13.8	1.5	4.6	7.7	100	539
Rural	80.7	62.3	22.0	40.3	18.4	17.5	0.5	0.3	19.3	14.5	2.5	2.4	100	128
Zaire														
Urbana	72.4	50.5	37.8	12.7	21.9	17.5	2.0	2.4	27.6	2.6	22.7	2.3	100	532
Rural	45.0	37.8	15.0	22.7	7.2	4.1	0.6	2.5	55.0	48.9	4.6	1.5	100	154
Uíge														
Urbana	78.6	56.6	37.9	18.7	22.0	10.7	1.0	10.3	21.4	9.9	3.2	8.2	100	240
Rural	62.5	57.5	12.5	45.0	5.0	1.8	0.1	3.0	37.5	34.8	1.7	1.1	100	355
Luanda														
Urbana	86.4	73.7	52.3	21.4	12.7	8.4	1.5	2.8	13.6	1.5	8.3	3.8	100	1 300
Rural	86.3	72.0	39.8	32.2	14.3	8.2	1.0	5.2	13.7	5.1	5.1	3.4	100	64
Cuanza Norte														
Urbana	85.5	65.1	48.5	16.6	20.5	12.5	0.6	7.4	14.5	2.7	8.5	3.2	100	397
Rural	37.4	26.3	13.1	13.2	11.1	8.9	0.0	2.2	62.6	57.0	5.1	0.6	100	237
Cuanza Sul														
Urbana	81.2	57.9	40.2	17.7	23.3	19.4	0.7	3.2	18.8	11.8	4.7	2.3	100	237
Rural	52.3	41.8	16.4	25.4	10.5	9.3	0.0	1.1	47.7	43.9	2.9	1.0	100	368
Malanje														
Urbana	83.3	69.6	61.0	8.6	13.6	10.8	0.3	2.5	16.7	5.5	10.5	0.7	100	308
Rural	47.6	35.5	20.8	14.7	12.2	11.4	0.1	0.6	52.4	48.2	3.6	0.6	100	316
Lunda Norte														
Urbana	85.3	63.1	44.7	18.5	22.2	17.9	1.0	3.3	14.7	6.7	5.8	2.2	100	428
Rural	52.8	44.2	26.3	17.9	8.6	7.8	0.1	0.7	47.2	43.6	3.6	0.0	100	196
Benguela														
Urbana	81.4	62.0	49.5	12.5	19.4	15.9	0.7	2.7	18.6	10.7	3.6	4.4	100	438
Rural	55.0	40.2	20.0	20.2	14.8	11.6	0.5	2.8	45.0	42.3	2.5	0.1	100	216
Huambo														
Urbana	82.2	56.4	32.7	23.7	25.9	20.0	0.7	5.1	17.8	8.4	4.1	5.2	100	331
Rural	66.2	49.7	8.2	41.5	16.5	11.6	0.2	4.7	33.8	30.7	2.0	1.0	100	299
Bié														
Urbana	88.8	71.9	52.4	19.5	16.9	14.1	1.6	1.2	11.2	0.4	8.3	2.4	100	266
Rural	88.3	68.0	49.8	18.3	20.2	17.4	0.8	2.1	11.7	1.4	6.1	4.2	100	331

Continua

Quadro 4.1.6 - Fontes de rendimento do agregado por área de residência (%)

Receita média mensal por pessoa por província e área de residência, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)

Província e área de residência	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados	
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento						
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género			
Moxico															
Urbana	89.4	60.2	35.6	24.6	29.2	18.5	2.0	8.6	10.6	4.0	4.5	2.1	100	320	
Rural	69.5	45.8	24.1	21.7	23.7	18.0	0.6	5.1	30.5	26.1	2.8	1.6	100	269	
Cuando Cubango															
Urbana	87.5	72.2	56.7	15.5	15.3	11.3	1.0	3.0	12.5	5.5	4.7	2.3	100	397	
Rural	41.9	35.5	8.5	27.1	6.3	4.6	0.0	1.7	58.1	55.1	3.0	0.0	100	231	
Namibe															
Urbana	82.9	65.3	43.3	22.0	17.6	14.8	1.0	1.7	17.1	7.7	4.0	5.4	100	440	
Rural	53.8	46.8	17.8	28.9	7.0	5.9	0.2	0.9	46.2	43.6	2.1	0.5	100	213	
Huíla															
Urbana	89.4	70.6	48.6	22.0	18.9	17.5	0.5	0.8	10.6	3.9	3.9	2.8	100	241	
Rural	60.1	51.5	5.4	46.1	8.6	8.4	0.2	0.1	39.9	37.1	2.4	0.4	100	359	
Cunene															
Urbana	88.3	69.0	49.7	19.3	19.2	15.3	0.6	3.3	11.7	0.9	10.0	0.8	100	205	
Rural	84.3	73.8	30.9	42.9	10.5	6.7	0.7	3.1	15.7	11.6	3.1	1.0	100	339	
Lunda Sul															
Urbana	77.7	61.3	45.3	16.0	16.4	11.3	0.6	4.5	22.3	13.8	3.6	4.9	100	511	
Rural	49.5	42.4	19.9	22.5	7.1	4.0	0.3	2.8	50.5	46.2	3.1	1.2	100	148	
Bengo															
Urbana	90.7	68.2	51.8	16.5	22.4	14.2	1.4	6.8	9.3	3.1	4.9	1.3	100	280	
Rural	71.9	52.7	19.6	33.1	19.1	12.3	0.4	6.4	28.1	22.5	3.5	2.2	100	341	

Quadro 4.1.7 - Fontes de rendimento do agregado por sexo e idade (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por sexo e grupos etários do chefe do agregado, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)														
Sexo e grupos etários do chefe do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	12 485	9 735	6 526	3 209	2 751	2 096	164	491	2 968	1 552	998	419	15 454	11 974
Até 29 anos	10 686	8 073	4 524	3 550	2 612	1 882	56	674	2 250	1 400	563	286	12 935	2 637
30 - 44 anos	11 876	10 017	6 735	3 282	1 859	1 343	117	399	2 467	1 282	740	446	14 343	4 653
45 - 64 anos	14 363	11 101	7 919	3 183	3 261	2 510	207	544	3 693	1 698	1 488	507	18 055	3 592
65 ou mais anos	11 265	5 467	3 287	2 180	5 798	4 952	463	384	4 063	2 748	1 165	149	15 328	1 092
Mulheres														
Até 29 anos	8 650	4 889	2 486	2 403	3 761	2 892	54	815	1 904	1 252	555	96	10 553	810
30 - 44 anos	9 834	7 019	4 244	2 775	2 814	2 286	151	376	2 285	1 222	815	248	12 119	1 278
45 - 64 anos	11 753	7 646	4 592	3 054	4 108	3 235	200	673	3 550	1 783	1 441	327	15 304	1 138
65 ou mais anos	8 250	3 895	2 513	1 381	4 355	3 538	355	462	3 513	2 321	1 157	36	11 764	419
Homens														
Até 29 anos	11 562	9 444	5 400	4 043	2 118	1 447	57	614	2 398	1 464	567	368	13 960	1 827
30 - 44 anos	12 566	11 030	7 579	3 451	1 536	1 024	105	407	2 525	1 302	713	510	15 091	3 373
45 - 64 anos	15 241	12 263	9 038	3 225	2 978	2 267	210	501	3 742	1 670	1 504	568	18 983	2 453
65 ou mais anos	12 634	6 181	3 637	2 543	6 454	5 594	512	348	4 312	2 943	1 168	201	16 946	673

Quadro 4.1.8 - Fontes de rendimento do agregado por sexo e idade (%)

Receita média mensal por pessoa por sexo e grupos etários do chefe do agregado, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)

Sexo e grupos etários do chefe do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	81	63	42	21	18	14	1	3	19	10	6	3	100	11 974
Até 29 anos	82.6	62.4	35.0	27.4	20.2	14.5	0.4	5.2	17.4	10.8	4.4	2.2	100	2 637
30 - 44 anos	82.8	69.8	47.0	22.9	13.0	9.4	0.8	2.8	17.2	8.9	5.2	3.1	100	4 653
45 - 64 anos	79.5	61.5	43.9	17.6	18.1	13.9	1.1	3.0	20.5	9.4	8.2	2.8	100	3 592
65 ou mais anos	73.5	35.7	21.4	14.2	37.8	32.3	3.0	2.5	26.5	17.9	7.6	1.0	100	1 092
Mulheres														
Até 29 anos	82.0	46.3	23.6	22.8	35.6	27.4	0.5	7.7	18.0	11.9	5.3	0.9	100	810
30 - 44 anos	81.1	57.9	35.0	22.9	23.2	18.9	1.2	3.1	18.9	10.1	6.7	2.0	100	1 278
45 - 64 anos	76.8	50.0	30.0	20.0	26.8	21.1	1.3	4.4	23.2	11.7	9.4	2.1	100	1 138
65 ou mais anos	53.8	25.4	16.4	9.0	28.4	23.1	2.3	3.0	22.9	15.1	7.5	0.2	100	419
Homens														
Até 29 anos	82.8	67.6	38.7	29.0	15.2	10.4	0.4	4.4	17.2	10.5	4.1	2.6	100	1 827
30 - 44 anos	83.3	73.1	50.2	22.9	10.2	6.8	0.7	2.7	16.7	8.6	4.7	3.4	100	3 373
45 - 64 anos	80.3	64.6	47.6	17.0	15.7	11.9	1.1	2.6	19.7	8.8	7.9	3.0	100	2 453
65 ou mais anos	74.6	36.5	21.5	15.0	38.1	33.0	3.0	2.1	25.4	17.4	6.9	1.2	100	673

Quadro 4.1.9 - Receita média mensal por características do agregado (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por características do agregado, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)

Características do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	12 485	9 735	6 526	3 209	2 751	2 096	164	491	2 968	1 552	998	419	15 454	11 974
Composição do agregado														
Agregados sem crianças dependentes	33 599	24 660	16 509	8 150	8 939	7 175	441	1 323	5 756	2 984	2 017	756	39 355	2 075
Agregados com crianças dependentes														
Com 1 criança	18 874	14 250	9 180	5 070	4 624	3 437	361	826	4 039	2 146	1 354	540	22 913	1 651
Com 2 crianças	14 203	10 925	7 215	3 710	3 278	2 488	161	628	3 281	1 607	1 057	617	17 485	2 067
Com 3 ou + crianças	9 615	7 711	5 238	2 473	1 904	1 433	117	354	2 544	1 350	858	336	12 159	6 181
Número de membros no agregado														
1-2 pessoas	29 582	22 029	14 312	7 717	7 553	5 985	419	1 148	5 483	3 197	1 646	640	35 065	2 243
3-4 pessoas	14 940	11 495	7 076	4 419	3 445	2 589	208	648	3 313	1 847	965	501	18 253	3 302
5-6 pessoas	12 036	9 589	6 559	3 030	2 447	1 800	126	521	2 703	1 438	820	446	14 739	3 346
7 pessoas ou mais	9 479	7 451	5 244	2 207	2 027	1 575	137	315	2 672	1 286	1 052	334	12 151	3 083
Nº de pessoas com 15+ anos a trabalhar														
Nenhum	7 112	1 509	1 162	347	5 603	4 856	222	525	2 605	1 515	954	136	9 717	1 384
1 pessoa	13 652	10 543	7 541	3 002	3 109	2 371	177	561	2 640	1 187	1 003	450	16 292	4 981
2 pessoas	13 203	11 284	7 282	4 003	1 919	1 363	142	414	3 017	1 772	799	447	16 220	4 458
3 pessoas ou mais	11 133	8 795	5 431	3 364	2 338	1 668	154	517	3 875	1 855	1 571	449	15 008	1 151
Regime de ocupação														
Vivenda/ casa convencional	21 020	15 489	11 659	3 830	5 531	3 999	406	1 127	5 943	1 088	1 922	2 932	26 963	968
Apartamento	16 489	12 992	9 401	3 591	3 497	2 637	241	620	2 571	829	1 502	240	19 060	5 035
Habitação improvisada no prédio	6 201	4 768	2 318	2 450	1 433	1 173	37	223	2 756	2 409	293	54	8 957	5 107
Outro	13 885	11 516	7 023	4 493	2 370	1 774	128	468	2 874	1 552	863	460	16 760	864

Quadro 4.1.10 - Receita média mensal por características do agregado (%)

Receita média mensal por pessoa por características do agregado, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)

Características do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	80.8	63.0	42.2	20.8	17.8	13.6	1.1	3.2	19.2	10.0	6.5	2.7	100	11 974
Composição do agregado														
Agregados sem crianças dependentes	85.4	62.7	41.9	20.7	22.7	18.2	1.1	3.4	14.6	7.6	5.1	1.9	100	2 075
Agregados com crianças dependentes														
Com 1 criança	82.4	62.2	40.1	22.1	20.2	15.0	1.6	3.6	17.6	9.4	5.9	2.4	100	1 651
Com 2 crianças	81.2	62.5	41.3	21.2	18.7	14.2	0.9	3.6	18.8	9.2	6.0	3.5	100	2 067
Com 3 ou + crianças	79.1	63.4	43.1	20.3	15.7	11.8	1.0	2.9	20.9	11.1	7.1	2.8	100	6 181
Número de membros no agregado														
1-2 pessoas	84.4	62.8	40.8	22.0	21.5	17.1	1.2	3.3	15.6	9.1	4.7	1.8	100	2 243
3-4 pessoas	81.8	63.0	38.8	24.2	18.9	14.2	1.1	3.5	18.2	10.1	5.3	2.7	100	3 302
5-6 pessoas	81.7	65.1	44.5	20.6	16.6	12.2	0.9	3.5	18.3	9.8	5.6	3.0	100	3 346
7 pessoas ou mais	78.0	61.3	43.2	18.2	16.7	13.0	1.1	2.6	22.0	10.6	8.7	2.8	100	3 083
Nº de pessoas com 15+ anos a trabalhar														
Nenhum	73.2	15.5	12.0	3.6	57.7	50.0	2.3	5.4	26.8	15.6	9.8	1.4	100	1 384
1 pessoas	83.8	64.7	46.3	18.4	19.1	14.6	1.1	3.4	16.2	7.3	6.2	2.8	100	4 981
2 pessoas	81.4	69.6	44.9	24.7	11.8	8.4	0.9	2.6	18.6	10.9	4.9	2.8	100	4 458
3 pessoas ou mais	74.2	58.6	36.2	22.4	15.6	11.1	1.0	3.4	25.8	12.4	10.5	3.0	100	1 151
Regime de ocupação														
Vivenda/ casa convencional	75.8	56.4	38.9	17.5	19.4	14.4	1.2	3.8	24.2	9.7	6.2	8.3	100	968
Apartamento	86.5	68.2	49.3	18.8	18.3	13.8	1.3	3.3	13.5	4.3	7.9	1.3	100	5 035
Outro	82.8	68.7	41.9	26.8	14.1	10.6	0.8	2.8	17.2	9.3	5.1	2.7	100	864

Quadro 4.1.11 - Receita média mensal por características económicas (Kwanzas)

Receita média mensal por pessoa por características económicas, segundo as fontes de rendimento do agregado (Kwanzas)														
Características económicas do chefe do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Receitas não monetárias				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais				Autoconsumo ou autoabastecimento					
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	12 485	9 735	6 526	3 209	2 751	2 096	164	491	2 968	1 552	998	419	15 454	11 974
Condição perante o trabalho														
Empregado	13 258	11 124	7 450	3 674	2 134	1 534	148	452	3 036	1 609	980	447	16 294	9 661
Desempregado	4 148	1 471	784	687	2 677	1 711	208	757	1 924	1 384	506	34	6 071	422
Inactivo	10 263	4 329	2 981	1 348	5 934	5 061	234	639	2 839	1 293	1 192	353	13 101	1 891
Situação perante a actividade														
Sector público	25 220	22 200	20 557	1 643	3 020	2 174	281	565	3 580	1 031	1 428	1 121	28 800	1 864
Sector privado	17 243	14 966	13 587	1 379	2 277	1 469	131	677	2 768	616	1 175	978	20 011	1 579
Trabalhador por conta própria	7 816	6 012	813	5 200	1 803	1 330	105	369	2 972	2 116	792	63	10 787	6 120
Família / outro	7 484	5 653	4 807	846	1 832	1 423	91	318	2 119	1 221	512	387	9 604	650
Actividade principal														
Agricultura, silvicultura e pesca	4 671	3 474	741	2 734	1 197	914	34	248	3 393	2 933	341	119	8 064	4 083
Indústria extractiva e minas	28 684	25 549	22 745	2 804	3 135	2 147	95	893	2 277	363	1 049	864	30 961	226
Indústria transformadora	13 852	12 289	7 445	4 844	1 563	1 149	116	298	2 737	904	1 161	672	16 589	349
Construção	14 314	12 206	6 570	5 636	2 109	1 411	115	582	1 887	636	924	326	16 201	575
Comércio e finanças	12 631	9 463	3 351	6 112	3 169	2 396	167	606	1 867	612	1 020	234	14 498	1 730
Transporte e comunicação	14 424	12 913	6 835	6 078	1 511	1 028	216	267	4 149	555	2 981	613	18 574	571
Outros serviços	22 492	19 560	17 332	2 228	2 932	1 995	287	649	3 246	893	1 383	970	25 737	2 557
Escalões de receitas														
Menos de 50.000 Kz	3 082	2 191	776	1 415	891	698	35	158	2 006	1 527	441	38	5 089	7 163
50.000,00-100.000,00	10 515	8 217	4 620	3 597	2 299	1 832	102	365	2 621	1 681	779	162	13 137	2 517
10000,00-200.000,00	22 863	17 947	13 496	4 452	4 916	3 859	311	746	3 686	1 480	1 467	739	26 549	1 822
300.000,00-500.000,00	53 985	43 276	34 746	8 530	10 709	8 247	473	1 988	6 734	1 624	3 138	1 972	60 719	304
500.000,00-1000.000,00	100 406	76 476	60 988	15 487	23 930	14 686	1 964	7 280	15 079	1 074	5 717	8 288	115 485	118
Mais de 1.000000 Kz	279 135	233 011	157 206	75 805	46 124	32 371	5 661	8 092	47 324	1 738	31 245	14 342	326 459	50

Quadro 4.1.12 - Receita média por características económicas (%)

Receita média mensal por pessoa por características económicas, segundo as fontes de rendimento do agregado (%)

Características económicas do chefe do agregado	Receitas monetárias	Receitas monetárias							Autoconsumo ou autoabastecimento				Total	Número de agregados
		Receitas laborais			Receitas não laborais									
		Total	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Total	Transferências	Propriedade e capital	Receitas extraordinárias	Total	Alimentar	Aluguer da habitação	Salário em género		
Angola	80.8	63.0	42.2	20.8	17.8	13.6	1.1	3.2	19.2	10.0	6.5	2.7	100	11974
Condição perante o trabalho														
Empregado	81.4	68.3	45.7	22.5	13.1	9.4	0.9	2.8	18.6	9.9	6.0	2.7	100	9661
Desempregado	68.3	24.2	12.9	11.3	44.1	28.2	3.4	12.5	31.7	22.8	8.3	0.6	100	422
Inactivo	78.3	33.0	22.8	10.3	45.3	38.6	1.8	4.9	21.7	9.9	9.1	2.7	100	1891
Situação perante a actividade														
Sector público	87.6	77.1	71.4	5.7	10.5	7.5	1.0	2.0	12.4	3.6	5.0	3.9	100	1864
Sector privado	86.2	74.8	67.9	6.9	11.4	7.3	0.7	3.4	13.8	3.1	5.9	4.9	100	1579
Trabalhador por conta própria	72.5	55.7	7.5	48.2	16.7	12.3	1.0	3.4	27.5	19.6	7.3	0.6	100	6120
Família / outro	77.9	58.9	50.1	8.8	19.1	14.8	0.9	3.3	22.1	12.7	5.3	4.0	100	650
Actividade principal														
Agricultura, silvicultura e pesca	57.9	43.1	9.2	33.9	14.8	11.3	0.4	3.1	42.1	36.4	4.2	1.5	100	4083
Indústria extractiva e minas	92.6	82.5	73.5	9.1	10.1	6.9	0.3	2.9	7.4	1.2	3.4	2.8	100	226
Indústria transformadora	83.5	74.1	44.9	29.2	9.4	6.9	0.7	1.8	16.5	5.5	7.0	4.0	100	349
Construção	88.4	75.3	40.6	34.8	13.0	8.7	0.7	3.6	11.6	3.9	5.7	2.0	100	575
Comércio e finanças	87.1	65.3	23.1	42.2	21.9	16.5	1.2	4.2	12.9	4.2	7.0	1.6	100	1730
Transporte e comunicação	77.7	69.5	36.8	32.7	8.1	5.5	1.2	1.4	22.3	3.0	16.1	3.3	100	571
Outros serviços	87.4	76.0	67.3	8.7	11.4	7.8	1.1	2.5	12.6	3.5	5.4	3.8	100	2557
Escalões de receitas														
Menos de 50.000 Kz	60.6	43.1	15.3	27.8	17.5	13.7	0.7	3.1	39.4	30.0	8.7	0.7	100	7163
50.000,00-100.000,00	80.0	62.5	35.2	27.4	17.5	13.9	0.8	2.8	20.0	12.8	5.9	1.2	100	2517
10000,00-200.000,00	86.1	67.6	50.8	16.8	18.5	14.5	1.2	2.8	13.9	5.6	5.5	2.8	100	1822
300.000,00-500.000,00	88.9	71.3	57.2	14.0	17.6	13.6	0.8	3.3	11.1	2.7	5.2	3.2	100	304
500.000,00-1000.000,00	86.9	66.2	52.8	13.4	20.7	12.7	1.7	6.3	13.1	0.9	5.0	7.2	100	118
Mais de 1.000000 Kz	85.5	71.4	48.2	23.2	14.1	9.9	1.7	2.5	14.5	0.5	9.6	4.4	100	50

Quadro 4.1.13 - Desigualdade da receita (%)

Desigualdade na distribuição da receita (%)

Características seleccionadas	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil	Total	Coefficiente de Gini	Número de agregados
Angola	2.3	5.9	10.3	18.2	63.3	100	0.5965	11 974
Área de residência								
Urbana	2.1	5.9	10.2	18.0	63.8	100	0.5877	7 410
Rural	2.7	6.4	11.2	19.6	60.1	100	0.5441	4 564
Província								
Cabinda	1.6	5.8	9.6	17.4	65.5	100	0.5683	667
Zaire	3.3	7.0	11.4	20.1	58.2	100	0.4848	686
Uige	3.3	6.8	11.9	20.6	57.5	100	0.5209	595
Luanda	1.8	4.8	8.4	14.6	70.4	100	0.6422	1 364
Cuanza Norte	3.3	7.0	11.7	22.3	55.6	100	0.4880	634
Cuanza Sul	3.0	6.7	11.5	20.8	58.0	100	0.5316	605
Malanje	2.8	6.7	11.2	19.9	59.4	100	0.5413	624
Lunda Norte	2.0	5.4	9.6	16.3	66.6	100	0.6255	624
Benguela	2.3	5.6	10.0	16.8	65.3	100	0.6357	654
Huambo	3.1	7.4	13.4	22.9	53.3	100	0.4972	630
Bié	2.8	6.0	10.6	18.6	62.1	100	0.5534	597
Moxico	3.2	7.1	11.8	21.0	56.9	100	0.4758	589
Cuando Kubango	2.4	6.0	10.5	18.5	62.5	100	0.6016	628
Namibe	2.4	6.2	11.2	19.8	60.3	100	0.5593	653
Huíla	1.9	5.2	9.5	16.7	66.7	100	0.6783	600
Cunene	2.8	6.0	10.6	19.3	61.4	100	0.5575	544
Lunda Sul	1.8	6.9	11.7	20.6	59.1	100	0.6420	659
Bengo	2.8	6.1	10.7	18.7	61.8	100	0.5395	621
Sexo								
Homens	2.3	5.9	10.3	18.2	63.3	100	0.5955	8 326
Mulheres	2.3	5.9	10.2	18.1	63.4	100	0.5898	3 645
Idade								
Menos de 24 anos	2.6	6.8	11.5	20.2	58.9	100	0.5226	1 001
25-34 anos	2.4	6.2	11.0	19.5	60.9	100	0.5651	3 385
35-44 anos	2.3	5.9	10.2	18.1	63.5	100	0.6076	2 903
45-54 anos	2.3	5.7	10.1	17.8	64.0	100	0.6060	2 187
55-64 anos	2.3	5.8	10.0	17.5	64.5	100	0.6041	1 405
65 ou mais anos	2.2	5.4	9.4	16.6	66.4	100	0.6102	1 092
Escolaridade								
Nenhum	2.9	7.5	13.2	23.4	52.9	100	0.4922	2 243
Primário	2.8	7.0	12.1	21.3	56.7	100	0.5188	3 836
Secundário - 1º ciclo	2.5	6.5	11.3	19.7	59.9	100	0.5293	2 307
Secundário - 2º ciclo ou mais	2.0	5.6	9.5	17.0	65.9	100	0.5741	3 461
Não declarado	3.2	7.6	12.8	21.7	54.7	100	0.5251	126

5.2 DESPESAS

Quadro 4.2.1 - Despesa média mensal per capita de água para beber (kwanzas)

Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a despesa média per capita com a água para beber, IDREA 2018-2019

Características seleccionadas	Despesa média mensal com consumo de água	Número de agregados familiares
Angola	1,079	11 974
Área de residência		
Urbana	1,737	7 410
Rural	57	4 564
Província		
Cabinda	284	667
Zaire	442	686
Uíge	66	595
Luanda	3,572	1 364
Cuanza Norte	106	634
Cuanza Sul	86	605
Malanje	45	624
Lunda Norte	723	624
Benguela	262	654
Huambo	19	630
Bié	28	597
Moxico	121	589
Cuando Cubango	26	628
Namibe	238	653
Huíla	47	600
Cunene	37	544
Lunda Sul	323	659
Bengo	174	621
Sexo		
Homens	1,351	8 326
Mulheres	299	3 645
Grupo etário		
Até 24 anos	245	1 001
25 - 34 anos	411	3 385
35 - 44 anos	2,960	2 903
45 - 54 anos	353	2 187
55 - 64 anos	300	1 405
65 ou mais	260	1 092
Composição do agregado		
Agregados sem crianças dependentes	996	2 075
Agregados com crianças dependentes	1,084	9 899
Escolaridade		
Nenhum	96	2 243
Primário	187	3 836
Secundário -1º nível	326	2 307
Secundário - 2º nível ou mais	3,222	3 461
Não declarado	66	126
Tamanho do agregado		
1-2	915	2 243
3-4	415	3 302
5-6	2,725	3 346
7 ou mais	265	3 083
Condição perante o trabalho		
Empregado	1,231	9 661
Desempregado	209	422
Inactivo	454	1 890
Quintil de despesas		
Primeiro	135	2 105
Segundo	168	2 144
Terceiro	264	2 332
Quarto	4,132	2 507
Quinto	820	2 886

Quadro 4.2.2 - Despesa média mensal per capita com renda da habitação (kwanzas)

Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a despesa média mensal per capita com renda da habitação, IDREA 2018-2019

Características seleccionadas	Despesa média mensal com renda da habitação	Número de agregados familiares
Angola	1,462	11 974
Área de residência		
Urbana	2,225	7 410
Rural	278	4 564
Província		
Cabinda	2,519	667
Zaire	1,030	686
Uíge	397	595
Luanda	2,847	1 364
Cuanza Norte	572	634
Cuanza Sul	353	605
Malanje	403	624
Lunda Norte	1,019	624
Benguela	3,065	654
Huambo	420	630
Bié	422	597
Moxico	488	589
Cuando Cubango	704	628
Namibe	1,364	653
Huíla	699	600
Cunene	638	544
Lunda Sul	456	659
Bengo	863	621
Sexo		
Homens	1,514	8 326
Mulheres	1,314	3 645
Grupo etário		
Até 24 anos	775	1 001
25 - 34 anos	1,089	3 385
35 - 44 anos	1,232	2 903
45 - 54 anos	2,131	2 187
55 - 64 anos	1,706	1 405
65 ou mais	1,605	1 092
Estado civil		
Solteiro(a)	2,173	877
Casado(a)/União de facto	1,408	7 916
Viúvo(a)/Divorciado(a)	1,517	3 181
Escolaridade		
Nenhum	477	2 243
Primário	648	3 836
Secundário -1º nível	1,837	2 307
Secundário - 2º nível ou mais	2,751	3 461
Não declarado	575	126
Quintil de despesas		
Primeiro	410	2 105
Segundo	541	2 144
Terceiro	850	2 332
Quarto	1,233	2 507
Quinto	4,499	2 886

Quadro 4.2.3- Despesa média mensal per capita com a saúde (kwanzas)

Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a despesa média mensal per capita com a saúde, IDREA 2018-2019

Características seleccionadas	Despesa média mensal com á saúde	Número de agregados familiares
Angola	1,818	11 974
Área de residência		
Urbana	2,191	7 410
Rural	1,238	4 564
Província		
Cabinda	2,075	667
Zaire	1,973	686
Uíge	2,165	595
Luanda	2,795	1 364
Cuanza Norte	1,125	634
Cuanza Sul	1,392	605
Malanje	928	624
Lunda Norte	1,992	624
Benguela	1,441	654
Huambo	1,270	630
Bié	1,598	597
Moxico	533	589
Quando Cubango	1,315	628
Namibe	1,369	653
Huíla	1,752	600
Cunene	459	544
Lunda Sul	914	659
Bengo	1,390	621
Sexo		
Homens	1,835	8 326
Mulheres	1,766	3 645
Grupo etário		
Até 24 anos	1,397	1 001
25 - 34 anos	1,735	3 385
35 - 44 anos	1,582	2 903
45 - 54 anos	1,708	2 187
55 - 64 anos	2,245	1 405
65 ou mais	2,888	1 092
Composição do agregado		
Agregados sem crianças dependentes	3,710	2 075
Agregados com crianças dependentes	1,696	9 899
Escolaridade		
Nenhum	1,149	2 243
Primário	1,407	3 836
Secundário -1º nível	1,838	2 307
Secundário - 2º nível ou mais	2,684	3 461
Não declarado	945	126
Tamanho do agregado		
1-2	2,741	2 243
3-4	2,186	3 302
5-6	1,782	3 346
7 ou mais	1,570	3 083
Condição perante o trabalho		
Empregado	1,731	9 661
Desempregado	1,188	422
Inactivo	2,382	1 890
Quintil de despesas		
Primeiro	1,084	2 105
Segundo	1,256	2 144
Terceiro	1,578	2 332
Quarto	1,693	2 507
Quinto	3,595	2 886

5.3 POBREZA

Quadro 4.3.1- Características dos agregados familiares

Distribuição percentual dos agregados familiares por características seleccionadas, segundo a área de residência, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Urbana		Rural		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	6 694	100	3 878	100	10 572	100
Província						
Cabinda	508	3.6	128	1.4	653	2.7
Zaire	491	2.7	146	1.7	648	2.3
Uíge	231	2.8	342	10.1	575	5.7
Luanda	1 085	43.2	46	2.9	1 217	27.3
Cuanza Norte	365	1.9	200	1.5	588	1.7
Cuanza Sul	230	4.3	334	11.7	586	7.2
Malanje	308	3	296	5	612	3.8
Lunda Norte	406	3.4	202	3.3	637	3.3
Benguela	377	10.5	190	5.4	629	8.5
Huambo	290	5.3	207	11.9	569	7.9
Bié	238	3.5	278	8.9	571	5.7
Moxico	258	2.4	206	3.8	604	2.9
Cuando Cubango	365	1.9	195	2.3	592	2.1
Namibe	424	2.2	188	1.6	637	2
Huíla	204	4.9	252	16.9	590	9.6
Cunene	162	1.2	250	7.9	561	3.8
Lunda Sul	489	2.6	123	1.4	641	2.1
Bengo	263	0.8	295	2.5	576	1.5
Sexo do chefe do agregado						
Homens	4 589	74.5	2 683	75.2	7 272	74.8
Mulheres	2 079	25.5	1 185	24.8	3 264	25.2
Grupo etário do chefe do agregado						
<25 anos	453	3.7	372	6.6	825	4.9
25-34 anos	2 027	25.6	882	21.9	2 909	24.1
35-44 anos	1 868	31.9	821	26.5	2 689	29.7
45-54 anos	1 250	23.7	720	21.1	1 970	22.7
55-64 anos	701	10.8	573	14.4	1 274	12.2
>64 anos	369	4.3	499	9.5	868	6.4
Estado civil do chefe do agregado						
Solteiro(a)	842	5.7	266	4.3	1 108	5.1
Casado(a)/União de facto	4 146	73.3	2 606	77.2	6 752	74.8
Viúvo(a)/Divorciado(a)/Separado(a)	1 673	21	994	18.6	2 667	20
Escolaridade do chefe do agregado						
Nenhum	888	10	1 386	33	2 274	19.1
Primário	1 552	21.6	1 546	44.2	3 098	30.5
Secundário - 1º ciclo	1 471	25.2	546	13.9	2 017	20.7
Secundário - 2º ciclo ou mais	2 697	41.5	373	8.3	3 070	28.4
Não declarado	60	1.8	17	0.6	77	1.3
Quintil socioeconómico						
Primeiro	886	14.2	747	28.9	1 633	20
Segundo	926	14.8	893	28	1 819	20
Terceiro	1 188	18.8	902	21.8	2 090	20
Quarto	1 460	23.4	802	14.7	2 262	20
Quinto	2 234	28.8	534	6.6	2 768	20

Quadro 4.3.2 - Determinantes da pobreza

Distribuição percentual da população por características seleccionadas, segundo a condição de pobreza, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Pobre		Não pobre		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	11 947 270	100	17 444 117	100	29 391 387	100
Area de residência						
Urbana	5 303 459	44.4	12 476 564	71.5	17 780 023	60.5
Rural	6 643 811	55.6	4 967 553	28.5	11 611 364	39.5
Província						
Cabinda	195 947	1.6	608 910	3.5	804 857	2.7
Zaire	261 347	2.2	418 642	2.4	679 989	2.3
Uíge	929 471	7.8	740 032	4.2	1 669 503	5.7
Luanda	1 615 037	13.5	6 403 197	36.7	8 018 233	27.3
Cuanza Norte	217 907	1.8	280 069	1.6	497 976	1.7
Cuanza Sul	1 061 098	8.9	1 058 409	6.1	2 119 507	7.2
Malanje	482 754	4.0	630 588	3.6	1 113 342	3.8
Lunda Norte	215 983	1.8	760 620	4.4	976 602	3.3
Benguela	1 050 272	8.8	1 437 411	8.2	2 487 683	8.5
Huambo	1 240 209	10.4	1 081 736	6.2	2 321 945	7.9
Bié	962 736	8.1	700 313	4.0	1 663 049	5.7
Moxico	538 933	4.5	319 332	1.8	858 265	2.9
Quando Cubango	229 049	1.9	375 203	2.2	604 251	2.1
Namibe	237 275	2.0	334 446	1.9	571 721	1.9
Huíla	1 489 142	12.5	1 343 487	7.7	2 832 629	9.6
Cunene	696 692	5.8	430 516	2.5	1 127 208	3.8
Lunda Sul	316 147	2.6	296 662	1.7	612 809	2.1
Bengo	207 272	1.7	224 544	1.3	431 816	1.5
Sexo do chefe do agregado						
Homens	8 942 046	74.8	12 986 312	74.4	21 928 358	74.6
Mulheres	2 971 613	24.9	4 412 009	25.3	7 383 622	25.1
Grupo etário do chefe do agregado						
Menos 25 anos	421 289	3.5	998 856	5.7	1 420 145	4.8
25-34 anos	2 467 087	20.6	4 599 104	26.4	7 066 192	24.0
35-44 anos	3 731 117	31.2	4 987 491	28.6	8 718 608	29.7
45-54 anos	3 010 448	25.2	3 638 268	20.9	6 648 716	22.6
55-64 anos	1 466 529	12.3	2 122 239	12.2	3 588 768	12.2
64 ou mais anos	817 188	6.8	1 051 624	6.0	1 868 812	6.4
Estado civil do chefe do agregado						
Solteiro(a)	532 935	4.5	973 206	5.6	1 506 141	5.1
Casado(a)/União de facto	9 114 779	76.3	12 800 732	73.4	21 915 511	74.6
Viúvo(a)/Divorciado(a)/Separado(a)	2 265 944	19.0	3 596 016	20.6	5 861 961	19.9
Escolaridade do chefe do agregado						
Nenhum	3 160 279	26.5	2 436 116	14.0	5 596 396	19.0
Primário	4 909 529	41.1	4 040 953	23.2	8 950 482	30.5
Secundário - 1º ciclo	2 242 171	18.8	3 821 575	21.9	6 063 746	20.6
Secundário - 2º ciclo ou mais	1 441 900	12.1	6 872 845	39.4	8 314 744	28.3
Não declarado	159 780	1.3	226 833	1.3	386 612	1.3

Quadro 4.3.3 - Índices de pobreza

Distribuição percentual da população pobre por características seleccionadas, segundo os índices de pobreza, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Índices de pobreza			População pobre	População total
	Incidência	Profundidade	Intensidade		
Total	40.6	10.1	4.4	11 947 270	29 391 387
Área de residência					
Urbana	29.8	7.3	3.3	5 303 459	17 780 023
Rural	57.2	14.3	6.2	6 643 811	11 611 364
Província					
Cabinda	24.3	4.3	1.5	195 947	804 857
Zaire	38.4	9.6	4.0	261 347	679 989
Uíge	55.7	15.0	7.1	929 471	1 669 503
Luanda	20.1	3.9	1.4	1 615 037	8 018 233
Cuanza Norte	43.8	10.8	4.8	217 907	497 976
Cuanza Sul	50.1	12.4	5.7	1 061 098	2 119 507
Malange	43.4	9.9	4.0	482 754	1 113 342
Lunda Norte	22.1	3.7	1.3	215 983	976 602
Benguela	42.2	10.0	4.5	1 050 272	2 487 683
Huambo	53.4	13.9	6.1	1 240 209	2 321 945
Bié	57.9	15.5	6.9	962 736	1 663 049
Moxico	62.8	17.8	8.6	538 933	858 265
Cuando Kubango	37.9	8.4	3.5	229 049	604 251
Namibe	41.5	9.8	4.2	237 275	571 721
Huíla	52.6	15.3	7.3	1 489 142	2 832 629
Cunene	61.8	15.5	6.5	696 692	1 127 208
Lunda Sul	51.6	14.8	7.2	316 147	612 809
Bengo	48.0	12.3	5.3	207 272	431 816
Sexo					
Homens	40.8	10.1	4.5	8 942 046	21 928 358
Mulheres	40.2	9.9	4.3	2 971 613	7 383 622
Idade					
Menos de 24 anos	29.7	5.0	1.7	421 289	1 420 145
25-34 anos	34.9	7.1	2.8	2 467 087	7 066 192
35-44 anos	42.8	10.6	4.7	3 731 117	8 718 608
45-54 anos	45.3	12.4	5.6	3 010 448	6 648 716
55-64 anos	40.9	11.2	5.0	1 466 529	3 588 768
65 ou mais anos	43.7	12.7	5.8	817 188	1 868 812
Escolaridade					
Nenhum nível	56.5	15.9	7.5	3 160 279	5 596 396
Ensino primário	54.9	13.9	6.1	4 909 529	8 950 482
Secundário - 1º ciclo	37.0	8.5	3.5	2 242 171	6 063 746
Secundário - 2º ciclo ou mais	17.3	3.4	1.3	1 441 900	8 314 744
Outro ou não declarado	41.3	7.7	2.7	159 780	386 612

Quadro 4.3.4 - Taxa de incidência da pobreza

Distribuição percentual da população pobre por características seleccionadas, segundo a taxa de incidência de pobreza, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Total	Urbana	Rural
Angola	40.6	29.8	57.2
Cabinda	24.3	20.6	39.0
Zaire	38.4	30.5	57.5
Uíge	55.7	45.0	60.2
Luanda	20.1	18.2	64.8
Cuanza Sul	43.8	40.6	50.0
Cuanza Norte	50.1	44.2	53.4
Malanje	43.4	27.9	57.5
Lunda Norte	22.1	15.9	31.8
Benguela	42.2	39.4	50.7
Huambo	53.4	52.3	54.2
Bié	57.9	53.0	60.8
Moxico	62.8	43.2	81.3
Quando Cubango	37.9	33.2	43.7
Namibe	41.5	39.5	45.9
Huíla	52.6	40.5	58.0
Cunene	61.8	35.1	68.0
Lunda Sul	51.6	48.8	59.7
Bengo	48.0	24.6	60.0

Quadro 4.3.5 - Índices de pobreza por características do agregado

Distribuição percentual da população pobre por características seleccionadas, segundo os índices de pobreza, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Índices de pobreza			População pobre	População total
	Incidência	Profundidade	Intensidade		
Angola	40.6	10.1	4.4	11 947 270	29 391 387
Composição do agregado					
Agregados sem crianças dependentes	17.2	3.7	1.4	328 167	1 910 245
Agregados com crianças dependentes					
Com 1 criança	20.4	4.5	1.7	535 424	2 626 768
Com 2 crianças	28.1	6.1	2.4	1 227 286	4 374 601
Com 3 ou + crianças	48.1	12.3	5.5	9 856 393	20 479 773
Número de membros no agregado					
1-2	9.0	1.7	0.7	146 087	1 619 625
3-4	26.7	5.1	1.8	1 559 143	5 830 177
5-6	40.9	9.4	3.9	3 731 205	9 120 031
7 ou mais	50.8	13.9	6.5	6 510 835	12 821 554
Nº de pessoas com 15+ anos a trabalhar					
Nenhum	34.7	8.7	3.8	1 902 773	5 477 441
1	34.7	8.4	3.7	3 190 991	9 188 817
2	43.9	10.4	4.4	4 811 032	10 950 850
3 ou mais	54.1	15.5	7.1	2 042 473	3 774 279
Condição perante o trabalho					
Empregado	42.1	10.3	4.5	9 062 751	21 549 188
Desempregado	43.7	11.3	5.3	1 298 580	2 972 136
Inactivo	32.4	8.1	3.5	1 552 328	4 790 655
Regime de ocupação					
Vivenda/ casa convencional	45.7	11.5	5.1	11 123 316	27 548 427
Apartamento	5.1	1.2	0.6	23 186	457 520
Cubata, Barraca, Tenda, etc.	57.8	17.2	8.4	800 768	1 384 730

Quadro 4.3.6 - Índices de pobreza por condição no emprego

Distribuição percentual da população pobre por características seleccionadas, segundo a condição no emprego, IDR 2018-2019

Características seleccionadas	Índices de pobreza			População pobre	População total
	Incidência	Profundidade	Intensidade		
Angola	40.6	10.1	4.4	9 140 138	21 722 458
Receitas laborais					
Trabalhador por conta de outrem	27.4	6.1	2.5	2 543 737	9 274 079
Trabalhador por conta própria	51.3	13.4	6.1	5 483 386	10 693 074
Outro emprego	63.4	14.3	5.7	1 113 015	1 755 306
Situação perante a actividade					
Sector público	24.3	5.6	2.3	1 035 829	4 261 546
Sector privado	29.4	6.5	2.7	1 287 656	4 381 242
Trabalhador por conta própria	51.3	13.4	6.1	5 483 386	10 693 074
Família/ outro	55.9	12.4	5.0	1 333 267	2 386 596

Quadro 4.3.7 - Índices de pobreza por características da habitação

Distribuição percentual da população pobre por características seleccionadas, segundo as condições da habitação, IDR 2018-2019

Características da habitação	Índices de pobreza		
	Incidência	Profundidade	Intensidade
Angola	40.6	10.1	4.4
Regime de ocupação			
Aluguer	23.4	4.9	2.0
Proprietário	31.8	7.9	3.4
Auto - Construída	51.2	13.1	5.8
Cedida	34.6	7.4	3.0
Fonte de abastecimento de água			
Fontes não apropriadas	32.2	7.4	3.1
Fontes apropriadas	60.0	16.2	7.5
Distância da principal fonte de abastecimento de água			
Menos de 15 minutos	55.4	14.0	6.2
Mais de 15 minutos e menos de 30 minutos	58.9	16.4	7.7
Mais de 30 minutos	60.1	15.8	7.3
Tratamento dado a água para beber			
Ferve	23.7	4.9	1.9
Desinfecta com lixívia	23.0	4.9	1.9
Filtra com filtro de água	1.5	0.4	0.2
Fontes não apropriadas	35.9	9.1	3.7
Nenhuma	50.8	13.1	5.9
Material do chão, tecto e parede			
Apropriado	57.5	15.2	7.0
Não apropriado	23.8	5.0	1.9
Instalações sanitárias			
Apropriado	31.9	7.3	3.1
Não apropriado	61.9	16.8	7.8
Sobrelotação			
Menos de 3 pessoas por quarto só para dormir	28.3	6.2	2.4
3 ou mais pessoas por quarto só para dormir	48.6	12.6	5.7
Tipo de iluminação			
Electricidade da rede	18.4	3.4	1.2
Gerador/placa solar	26.8	4.7	1.6
Candeeiro a pilha/gás/petróleo	58.8	16.0	7.4
Outra situação/não tem iluminação	58.0	15.4	7.1
Combustível para cozinhar			
Electricidade/Gas/Petróleo/ parafina/ querosene	24.1	4.8	1.8
Carvão	50.3	13.4	6.2
Lenha/ arbustos/Outro	60.8	16.5	7.6

BIBLIOGRAFIA

American University (2001). Crescimento, Pobreza e Distribuição da Receita em Angola, 2000-2001.

Deaton, A. (1997). The Analysis of Household Surveys: A microeconomic approach to development policy. Baltimore and London: The World Bank, The John Hopkins University Press.

Deaton, A. (2003). Adjusted Indian poverty estimates for 1999-2000. *Economic and political Weekly*, 322-326.

Deaton, A. and A. Tarozzi (2000). Prices and poverty in India. Research Program in Development Studies, Princeton University.

Deaton, A. and J. Muellbauer (1986). On measuring child costs: with applications to poor countries. *Journal of Political Economy* 94, 720-744.

Deaton, A. and S. Zaidi (2002). Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analysis. LSMS Working Paper 135, World Bank, Washington, DC.

Deaton, Angus, and Margaret Grosh. "Consumption,." in *Designing Household Questionnaires for Developing Countries: Lessons from Fifteen Years of the Living Standard Measurement Study*, edited by Margaret Grosh and Paul Glewwe, 91-133. Washington, DC: World Bank, 2000.

Engel, E. (1857). Die productions-und consumtionsverhältnisse des königreichs sachsen. *Zeitschrift des Statistischen Bureaus des Königlich Sächsischen Ministeriums des Innern*, 8, 1-54.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (2001). Human energy requirements. Report of a Joint FAO/WHO/ UNU Expert Consultation, Rome. Food and Agriculture Organization of the United Nations (2003). Food energy –methods of analysis and conversion factors. Food and Nutrition Paper 77, Rome.

Foster, J., J. Greer, e E. Thorbecke (1984). A class of decomposable poverty measures. *Econometrica* 52 (3), 761–766.

Haughton, J. and S. Khandker (2009). Handbook on Poverty and Inequality. The World Bank.

Hentschel, J. and P. Lanjouw (1996). Constructing an Indicator of Consumption for the Analysis of Poverty: Principles and Illustrations with Principles to Ecuador. LSMS Working Paper 124, World Bank, Washington, DC.

Instituto Nacional de Estatística (1995). Perfil da Pobreza em Angola. Luanda.

Lanjouw, P., B. Milanovic and S. Paternostro (1998). Poverty and Economic Transition: How Do Changes in Economies of Scale Affect Poverty Rates of Different Households?. Policy Research Working Paper 2009, World Bank, Washington, DC.

PNUD (2000). Poverty Alleviation Policy in Angola, Pursuing Equity and Efficiency.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2007). Perfil da Pobreza em Angola.

Ravallion, M. (1996). Issues in Measuring and Modeling Poverty. *The Economic Journal* 106, 1328-1343.

Ravallion, M. (1998). Poverty lines in theory and practice. LSMS Working Paper 133, World Bank, Washington, DC.

Sen, A. (1976). Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 219-231.

Tarozzi, A. (2002). Estimating comparable poverty counts from incomparable surveys: measuring poverty in India. Research Program in Development Studies, Woodrow School of Public and International Affairs.

ANEXO 1

1. METODOLOGIA DE ANÁLISE DA POBREZA

Este relatório concentra-se na pobreza de consumo, isto é, a pobreza será medida em termos de consumo total por adulto equivalente. Utiliza a metodologia padrão para análise da pobreza definida em Haughton, J. e S. Khandker (2009).

A análise da pobreza requer três elementos principais:

- 1º Um indicador de bem-estar mensurável e aceitável para classificar toda a população.
- 2º Uma linha de pobreza adequada para comparação com o indicador de bem-estar escolhido para classificar os indivíduos como pobres e não-pobres.
- 3º Um conjunto de medidas que combinam indicadores individuais de bem-estar e a linha de pobreza em uma figura de pobreza agregada.

1.1 A ESCOLHA DO INDICADOR MONETÁRIO

A principal decisão na estimativa da pobreza é escolher entre receitas e consumo como indicador de bem-estar para determinar a pobreza. Em Angola, o consumo é a medida preferida, porque é provável que seja uma medida mais útil e precisa dos padrões de vida do que a receita, devido a questões de sazonalidade e informalidade da economia. Esta preferência de consumo sobre a receita é baseada em questões teóricas e práticas¹.

1.1.1 ASPECTOS TEÓRICOS

- Tanto o consumo quanto a receita podem ser aproximações da utilidade, embora sejam conceitos diferentes. O consumo mede o que os indivíduos realmente adquiriram, enquanto as receitas, juntamente com os activos, medem as possíveis reivindicações de uma pessoa.
- O período de tempo em que os padrões de vida devem ser medidos é importante: se alguém está usando uma perspectiva de longo prazo como em um período de vida, ambos devem ser iguais e a escolha não importa. No curto prazo, digamos, um ano, o consumo provavelmente será mais estável do que a receita. As famílias geralmente conseguem amenizar seu consumo, o que pode reflectir o acesso ao crédito ou a poupança, bem como informações sobre fluxos futuros de receitas.
- O consumo também é menos afectado pelos padrões sazonais do que as receitas: por exemplo, nas economias agrícolas, a renda é mais volátil e afetada pelas estações agrícolas, portanto, depender desse indicador pode superestimar ou subestimar significativamente os padrões de vida.

¹ Veja Deaton e Zaidi (2002), Haughton e Khandker (2009) e Hentschel e Lanjouw (1996).

1.1.2 ASPECTOS PRÁTICOS

Há também considerações práticas a serem levadas em conta.

- O consumo é geralmente um conceito mais fácil do que a receita para os entrevistados entenderem, especialmente se a receita é derivada de negócios autônomos ou de propriedade familiar. Por exemplo, os trabalhadores em sectores formais da economia podem não ter nenhum problema em informar com precisão sua principal fonte de rendimento, ou o seu salário. Mas os trabalhadores autônomos em sectores informais, ou engajados na agricultura, podem ter mais dificuldade em obter uma medida precisa do seu rendimento. Muitas vezes, nesses casos, as transações domésticas e comerciais estão interligadas.
- As famílias são menos relutantes em compartilhar informações sobre o consumo do que sobre as receitas. Eles podem ter desconfiança de que as informações de receitas sejam usadas para finalidades diferentes, digamos, impostos, ou podem apenas considerar as questões de receitas como muito intrusivas. Também é provável que os membros do agregado sejam mais capazes de relatar o consumo das famílias do que o nível e as fontes de rendimento do agregado.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO AGREGADO DE CONSUMO

A construção do agregado de consumo também é guiada por considerações teóricas e práticas. Primeiro, deve ser o mais abrangente possível, dadas as informações disponíveis. Omitir alguns componentes pressupõe que eles não contribuem para o bem-estar das pessoas ou que eles não afectam o ranking de indivíduos. Em segundo lugar, as transações mercantis e não mercantis devem ser incluídas, o que significa que as compras não são o único componente do indicador. Em terceiro lugar, a despesa não é consumo. Para os bens perecíveis, principalmente alimentos, é comum supor que todas as compras são consumidas. Mas para outros bens e serviços, como habitação ou bens duráveis, correções devem ser feitas. Por fim, o agregado de consumo compreende quatro componentes principais: alimentos, não alimentos, bens duráveis e habitação. Os itens específicos incluídos em cada componente e a metodologia usada para atribuir um valor de consumo a cada um desses itens são descritos abaixo.

1.2.1 COMPONENTE ALIMENTAR

O componente alimentar pode ser construído simplesmente somando-se o consumo de todos os itens alimentares do agregado familiar, previamente normalizados para um período de referência uniforme. Alguns princípios gerais são aplicados na construção deste componente. Primeiro, todas as fontes possíveis de consumo estão incluídas, o que significa que o componente alimentar inclui não só o consumo de compras, ou de refeições feitas fora de casa, mas também alimentos provenientes de estoques anteriores, produzidos dentro do agregado familiar ou recebidos como presente. Em segundo lugar, apenas o alimento que foi realmente consumido, ao contrário do total de compras de alimentos ou de alimentos produzidos em casa, entram no agregado de consumo. Terceiro, itens alimentares não adquiridos precisam ser valorizados e incluídos na medida de bem-estar. O questionário recolheu informações sobre a quantidade comprada (ou consumida) e seu valor, assim, é

possível estimar um valor unitário para cada item alimentício dividindo-se o valor pago pela quantidade adquirida. Idealmente, os itens alimentares serão desagregados o suficiente para serem considerados relativamente homogêneos dentro de cada categoria, no entanto, esses valores unitários também refletirão diferenças na qualidade dos bens.

Para minimizar este efeito e considerar as diferenças espaciais, os valores unitários médios foram calculados em dois níveis: por áreas urbanas e rurais, e por todo o país. Assim, se um agregado familiar consumisse um item alimentar, mas não desse valor a esse consumo, o valor unitário médio da respectiva área urbana ou rural seria usado para avaliar esse consumo. Se nenhum outro agregado familiar consumisse o mesmo item nessa área ou se não houvesse observações suficientes para obter um valor unitário fiável, o valor unitário mediano nacional foi utilizado para estimar o valor desse consumo.

Para comparar os preços unitários, foi necessário padronizar as quantidades em uma medida comum. Para as unidades não padronizadas, a conversão foi feita por meio do IDR modelo D, que avalia o peso médio da unidade, dependendo do item e local específicos. Os fatores de conversão foram autorizados a variar por província e item, usando o valor mediano em cada um desses subgrupos.

Devido a problemas de recolha de dados, o módulo de consumo de alimentos no IDR não pôde ser usado. Consequentemente, os valores de consumo alimentar prescritos neste relatório foram imputados de acordo com o método descrito no anexo 2 abaixo.

1.2.2 COMPONENTE NÃO ALIMENTAR

Esta subsecção cobre o consumo da maioria dos itens não alimentares, enquanto bens duráveis e habitação serão tratados mais tarde. As dificuldades práticas surgem frequentemente por duas razões: (1) a escolha de itens para incluir e (2) a selecção do período de recordação. Em relação à primeira questão, a regra básica é que apenas itens que contribuem para o consumo da família devem ser incluídos. Por exemplo, roupas, calçados, artigos de beleza e recreação estão incluídos. Outros, como os impostos, são comumente excluídos porque não estão ligados a níveis mais altos de consumo, ou seja, os agregados familiares que pagam mais impostos provavelmente não receberão melhores serviços públicos do que, os agregados familiares que pagaram impostos mais baixos na mesma comunidade.

Transações de capitais, como compras de activos financeiros, dívidas e pagamentos de juros também devem ser excluídos. Finalmente, o caso de despesas irregulares ou pouco frequentes, como casamentos, dotes, nascimentos e funerais, é mais difícil. Dada a sua natureza esporádica, a abordagem ideal seria distribuir essas despesas ao longo dos anos e, assim, suavizá-las, caso contrário, o verdadeiro nível de bem-estar da família provavelmente seria superestimado. A falta de informação nos impede de estimar um valor de fluxo para esses itens e, portanto, eles são excluídos da estimativa.

Duas categorias não alimentares merecem atenção especial: educação e saúde. No caso da educação, há três questões a serem consideradas. Primeiro, alguns argumentam que, se a educação é um investimento, ela deveria ser tratada como poupança e não como consumo. Os benefícios da escola são distribuídos não apenas durante o período escolar, mas durante todos os anos seguintes. Em segundo lugar, há considerações sobre o ciclo de vida, uma vez que as despesas educacionais estão concentradas em um determinado momento da vida de uma pessoa. Digamos que comparemos dois indivíduos que pagarão o mesmo pela educação, mas um ainda está estudando enquanto o outro terminou há vários anos. O estudante actual pode

parecer estar em melhor situação, devido ao maior gasto relatado em educação, mas esse resultado está relacionado apenas à idade e não a diferenças reais nos níveis de bem-estar.

As despesas de saúde compartilham algumas das características da educação. Despesas com cuidados preventivos de saúde podem ser consideradas como investimentos. Diferenças no acesso a serviços públicos podem distorcer as comparações entre as famílias. Se alguns sectores da população têm acesso a serviços de saúde gratuitos ou significativamente subsidiados, enquanto outros precisam depender de serviços privados, as diferenças nos gastos não correspondem a diferenças no bem-estar. Mas há outros factores a serem levados em conta. Em primeiro lugar, os gastos de saúde são habitualmente pouco frequentes e grandes ao longo do período de referência. Em segundo lugar, a saúde pode ser vista como uma “necessidade lamentável”, ou seja, a inclusão de despesas de saúde devido à doença de um membro do agregado familiar no indicador de bem-estar implica que o bem-estar desse agregado familiar aumentou quando ocorreu o contrário. Terceiro, o seguro de saúde também pode distorcer as comparações. As famílias seguradas podem registrar pequenos gastos quando algum membro ficou doente, enquanto os não segurados pagam quantias maiores.

Decidiu-se incluir as despesas de saúde porque, como no caso da educação, sua exclusão implicaria não fazer distinção entre dois agregados, ambos com os mesmos problemas de saúde, mas apenas um pagando pelo tratamento. A segunda dificuldade em relação ao consumo não alimentar está relacionada com a selecção do período de recordação (recall period). O aspecto principal a considerar é a relação entre os períodos de recall e a frequência de compras. O IDR leva isso em consideração e recolhe informações com quatro períodos de referência diferentes: na semana passada, nos últimos 30 dias, no último trimestre e nos últimos 365 dias. Por exemplo, o transporte diário, os jornais e os cartões de telefone celular serão normalmente relatados durante a última semana, enquanto roupas, calçados e livros serão relatados entre as despesas trimestrais. No agregado de consumo final, todos os valores de consumo foram padronizados para um consumo mensal, em que a duração média de um mês é definida como 365/12.

Apenas os gastos de saúde foram recolhidos em dois módulos diferentes com o mesmo período de recordação do último mês. No entanto, um reúne informações a nível individual, enquanto o outro a nível do agregado familiar. A fim de evitar a dupla contagem, as despesas individuais foram preferidas e as despesas do questionário do agregado familiar foram consideradas apenas se nada foi relatado no questionário individual.

1.2.2.1 BENS DURÁVEIS

A propriedade de bens duráveis pode ser um componente importante do bem-estar das famílias. Como esses bens duram normalmente por muitos anos, o gasto com compras não é o indicador adequado a ser considerado. A medida certa para estimar, para fins de consumo, é o valor do fluxo dos serviços que as famílias obtêm de todos os bens duráveis em sua posse durante o período de referência relevante. Este fluxo de utilidade é inobservável, mas pode ser considerado proporcional ao valor do bem.

Para garantir uma comparabilidade total com o IBEP para o cálculo da tendência de pobreza, os bens duráveis foram estimados da mesma maneira que em 2008: ou seja, as despesas anuais com móveis e pequenos eletrodomésticos / eletrônicos foram retiradas do período anual não módulo de consumo de alimentos (modelo A). Os valores das despesas foram incluídos em vez dos valores de fluxo para esses itens. Bens duráveis maiores, como carros ou eletrodomésticos grandes, foram excluídos do agregado de consumo

1.2.2.2 HABITAÇÃO

As condições de habitação são consideradas uma parte essencial dos padrões de vida das pessoas. No entanto, na maioria dos países em desenvolvimento, os mercados de arrendamento habitacional limitados ou inexistentes representam um desafio difícil para a estimativa e inclusão desse componente no agregado de consumo, especialmente nas áreas rurais. Tal como no caso dos bens duradouros, o objectivo é tentar medir o fluxo de serviços recebidos pelo agregado familiar por ocupar a sua habitação. Quando um agregado familiar arrenda a sua habitação, e assumindo que os mercados de arrendamento funcionam bem, esse valor seria o da renda real paga. Se um número suficiente de pessoas arrendam as suas habitações, essa informação poderia ser usada para imputar rendas àqueles que possuem as suas habitações. Por outro lado, se o agregado não arrenda a sua habitação, o inquérito perguntou quanto os respondentes teriam que pagar se tivessem que arrendá-los. Os dados sobre a renda imputada autoreferida também podem ser usados como uma alternativa aos dados sobre rendas reais, embora nem sempre sejam confiáveis.

Para aquelas famílias que não arrendam as suas habitações, a renda imputada prevista dessa regressão foi incluído como parte do consumo. Por outro lado, para os agregados familiares que arrendam as suas habitações, a renda real paga foi incluída no seu agregado de consumo.

1.3 AJUSTE DE PREÇOS

O consumo nominal do agregado deve ser ajustado para as diferenças de custo de vida. Um ajuste de preço temporal e espacial é necessário para ajustar o consumo a termos reais. As diferenças temporais estão associadas à duração do trabalho de campo (100 kwanzas em Março de 2018 pode não ter o mesmo valor de Fevereiro de 2019), bem como aos diferentes períodos de recordação (100 kwanzas gasto na última semana pode não ter o mesmo valor que no último trimestre ou no último ano). Também se espera que os preços diferem acentuadamente entre as áreas geográficas, por exemplo, 100 kwanzas em Luanda pode não ter o mesmo valor que no Bié ou no Cuando Cubango.

A fim de capturar as duas diferenças de preço ao longo do tempo e espaço, um índice de preços espaço-temporal foi construído. Este índice foi preferido ao índice de preços usado em 2008, porque este índice permite diferentes taxas de inflação ao longo do tempo em diferentes províncias, enquanto o índice de 2008 assumiu uma taxa única de inflação nacional calculada a partir dos dados de Luanda. A desvantagem desse índice é que ele captura apenas as variações de preço trimestrais, já que o IDR foi projetado para ser representativo por trimestre, enquanto o índice de 2008 capturou variações mensais de preços.

O IDR é representativo até o nível da província. No entanto, a fim de permitir a desagregação espacial e temporal dos preços, optou-se por manter a desagregação regional que havia sido introduzida em 2008/2009 no IBEP, que agrupou conglomerados em 11 regiões consideradas bastante homogêneas do ponto de vista da formação de preços. Estas regiões foram as seguintes:

1. Luanda
2. Centro (Urbana): Áreas urbanas de Huambo, Bié, Benguela e Cuanza Sul
3. Centro (Rural): Áreas rurais de Huambo, Bié, Benguela e Cuanza Sul
4. Leste (Urbana): Áreas Urbanas da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango
5. Leste (Rural): Áreas rurais da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango

6. Centro-norte (Urbana): Áreas urbanas de Bengo, Malanje e Cuanza Norte
7. Centro-norte (Rural): Áreas rurais de Bengo, Malanje e Cuanza Norte
8. Sul (Urbana): Áreas urbanas de Namibe, Cunene e Huíla
9. Sul (Rural): Áreas rurais de Namibe, Cunene e Huíla
10. Norte (Urbana): Áreas urbanas de Cabinda, Uíge e Zaire
11. Norte (Rural): Áreas rurais de Cabinda, Uíge e Zaire

Um índice de preços de Fisher foi escolhido porque foi usado em 2008 e porque permite variações nos padrões de consumo entre as regiões, ao contrário do índice de Laspeyres, sem dar excessivo peso aos padrões de consumo desviantes, como pode ser o caso no índice de Paasche.² O índice foi construído usando a seguinte fórmula:

$$F_i = \sqrt{L_i P_i}$$

Onde L_i refere-se a um índice de preços Laspeyres e P_i a um índice de preços Paasche, que são definidos como:

$$L_i = \sum_{k=1}^n w_{0k} \left(\frac{P_{ik}}{P_{0k}} \right)$$

e:

$$P_i = \left[\sum_{k=1}^n w_{ik} \left(\frac{P_{ik}}{P_{0k}} \right)^{-1} \right]^{-1}$$

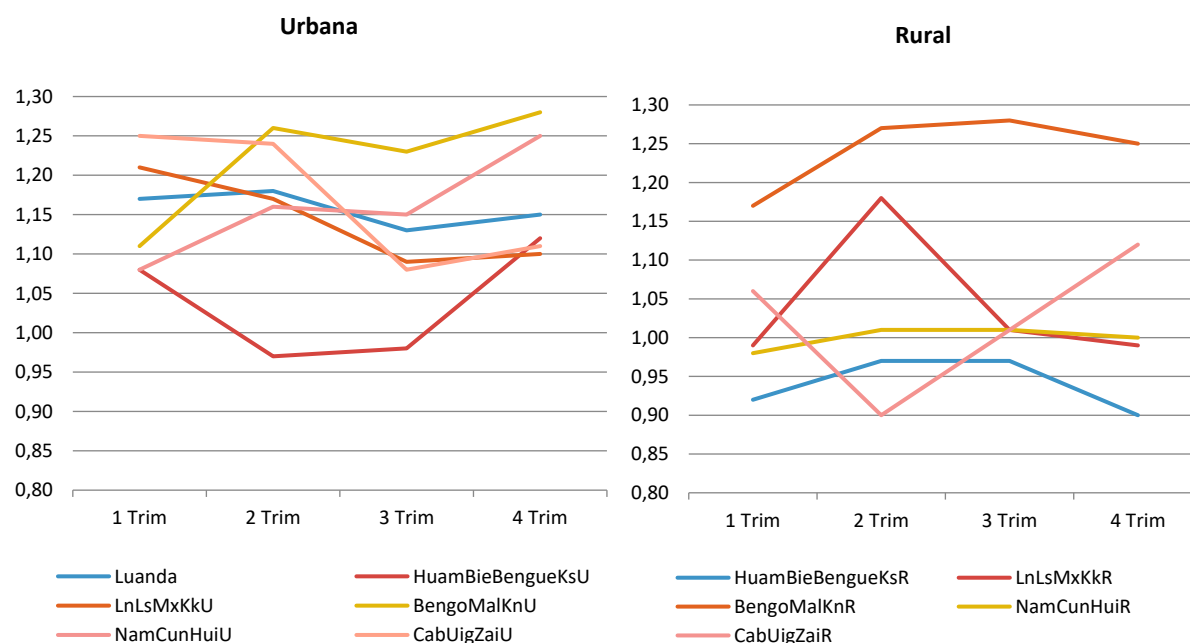
onde w_{0k} é a participação média no orçamento familiar do item k no país, w_{ik} é a participação média do orçamento familiar do item k na região i , p_{0k} é o preço médio nacional do item k e p_{ik} é o preço médio do item k na região i .

Para estimar os dados de despesas alimentares em falta, foram feitas em alguns casos imputações com as despesas do mesmo conglomerado, inquiridos no IDREA, que fornece informações sobre quotas orçamentárias para todos os itens alimentares. Neste caso, é possível estimar valores unitários para a maioria dos itens alimentares e combiná-los com suas respectivas parcelas orçamentárias. O índice de preços não-alimentares foi combinado com o índice de preços alimentar para obter um índice geral de preços, refletindo os preços de alimentos e não-alimentares. Os preços dos alimentos recebem 58% em peso no índice combinado, refletindo a parcela média do consumo de alimentos entre os dois quintis mais pobres da população.

O índice de preços de Fisher por região e trimestre é referido no Quadro 1 abaixo compara o valor do cabaz alimentar e não alimentar em cada região a preços nacionais. As constatações confirmam que os preços diferem muito entre as regiões.

² Veja Deaton e Tarozzi (2000).

Gráfico 1 - Índices espacio-temporais de Fisher (alimentar + não alimentar), por área de residência



Quadro 1 - Índices espacio-temporais de Fisher, alimentar e não alimentar

Região	Alimentar				Não alimentar			
	1 Trim	2 Trim	3 Trim	4 Trim	1 Trim	2 Trim	3 Trim	4 Trim
Luanda	1.17	1.18	1.13	1.15	1.18	0.97	0.93	1.19
HuamBieBengueKsU	1.08	0.97	0.98	1.12	1.08	0.87	0.75	0.81
HuamBieBengueKsR	0.92	0.97	0.97	0.90	0.95	0.91	0.74	0.71
LnsMxKkU	1.21	1.17	1.09	1.10	1.26	1.13	1.04	1.09
LnsMxKkR	0.99	1.18	1.01	0.99	1.13	1.25	1.19	1.00
BengoMalKnU	1.11	1.26	1.23	1.28	1.25	1.13	0.98	1.03
BengoMalKnR	1.17	1.27	1.28	1.25	1.17	1.27	1.09	1.10
NamCunHuiU	1.08	1.16	1.15	1.25	1.10	1.06	0.97	0.96
NamCunHuiR	0.98	1.01	1.01	1.00	1.20	1.00	0.78	0.83
CabUigZaiU	1.25	1.24	1.08	1.11	1.27	1.16	0.93	1.01
CabUigZaiR	1.06	0.90	1.01	1.12	1.05	1.00	0.95	0.86

1.4 AJUSTE DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

O passo final na construção do indicador de bem-estar envolve passar de uma medida do nível de vida definido ao nível do agregado familiar para outro ao nível individual. Em última análise, a preocupação é fazer comparações entre indivíduos e não entre as famílias. Os dados de consumo são recolhidos normalmente no nível do agregado familiar, portanto a computação de uma medida de bem-estar individual geralmente é feita ajustando o consumo total das famílias pelo número de pessoas no agregado e atribuindo esse valor a cada membro do agregado. A prática comum ao fazer isso é assumir que todos os membros compartilham uma fração igual do consumo doméstico. No entanto, como será explicado mais tarde, esse é um caso muito particular.

Dois tipos de ajustes devem ser feitos para corrigir diferenças de composição e tamanho. O primeiro diz respeito à composição demográfica. Os membros do agregado familiar têm necessidades diferentes baseadas principalmente na sua idade e sexo, embora outras características também possam ser consideradas. Escalas de equivalência são os factores que refletem essas diferenças e são usadas para converter todos os membros da família em “adultos equivalentes”. Por exemplo, acredita-se que as crianças precisam de uma fracção do que os adultos exigem. Portanto, se for feita uma comparação entre dois agregados familiares com o mesmo consumo total e igual número de membros, mas um deles tiver crianças enquanto o outro for composto inteiramente por adultos, seria de esperar que o primeiro tenha um bem-estar individual maior do que o último.

Infelizmente, não há acordo sobre uma metodologia consistente para calcular essas escalas. Alguns são baseados em motivos nutricionais, uma criança pode precisar de apenas 50% das necessidades alimentares de um adulto, mas não está claro por que a mesma escala deve ser transportada sobre itens não alimentares. Pode muito bem acontecer que o mesmo filho precise de mais gastos com educação ou roupas. Outros são baseados em estudos empíricos sobre o comportamento de consumo das famílias, mas têm outras desvantagens.³

O segundo ajuste foca as economias de escala no consumo dentro do agregado familiar. A motivação para isso é o facto de que alguns dos bens e serviços consumidos pelo agregado possuem características de “bens públicos”. Diz-se que um bem é “público” quando o seu consumo por um membro da família não impede necessariamente que outro membro o consuma também. Exemplos desses bens podem ser bens de habitação e bens duráveis. Por exemplo, um novo membro do agregado familiar pode juntar-se à habitação e isto não impede que os membros do agregado familiar existente também vivam lá. Famílias maiores podem gastar menos para estarem tão bem quanto as menores. Portanto, quanto maior a parcela de bens públicos no consumo total, maior é o escopo para economias de escala.

Por outro lado, bens privados não podem ser compartilhados entre os membros; uma vez que um membro tenha consumido, ninguém mais pode. A comida é o exemplo clássico de um bem privado. Muitas vezes é apontado que, nas economias pobres, a comida representa uma parcela considerável do orçamento familiar e, portanto, nesses casos, há pouco espaço para economias de escala. Ambos os ajustes foram implementados usando a mesma escala de adulto equivalente que havia sido empregada em estudos prévios de pobreza no país. (Quadro 2).⁴

O ajuste per capita é um caso especial da formulação abaixo e acontece quando todos os parâmetros são definidos como iguais a 1, de forma que todos os adultos e crianças consomem tanto como os adultos em idade activa e não há lugar para economias de escala. Por outras palavras, todos os membros do agregado familiar consomem partes iguais do consumo total e os custos aumentam em proporção do número de pessoas no agregado familiar. Em geral, as medições per capita subestimam o bem-estar dos agregados com crianças, assim como dos agregados maiores, relativamente às famílias sem crianças ou com um pequeno número de membros, respectivamente.⁵

³ Veja Deaton e Muellbauer (1986) ou Deaton (1997).

⁴ Veja INE (1995), PNUD (2000), American University (2001) e PUC-RIO (2007).

⁵ Veja Deaton e Zaidi (2002) e Haughton e Khandker (2009) para outras escalas equivalentes para adultos e para uma discussão mais detalhada.

Quadro 2 - Escala de adulto equivalente

Idade	Homens	Mulheres
Menos de 1 ano	0.27	0.27
1-3 anos	0.45	0.45
4-6 anos	0.61	0.61
7-9 anos	0.73	0.73
10-12 anos	0.86	0.78
13-15 anos	0.96	0.83
16-19 anos	1.02	0.77
20 anos ou mais	1.00	0.73

Fonte: IBEP (2008)

Assim é importante conduzir análises de sensibilidade para ver quão robustas são as medições da pobreza e os rankings da pobreza para diferentes hipóteses, relativamente aos custos com as crianças e as economias de escala.⁶

1.5 A LINHA DA POBREZA

A linha de pobreza pode ser definida como o custo monetário para uma determinada pessoa, num dado local e tempo, de um nível de referência de bem-estar. Se uma pessoa não atingir esse nível mínimo, ela será considerada pobre. No entanto, a implementação desta definição não é simple, porque é possível encontrar discordância considerável na determinação do nível mínimo de bem-estar e do custo estimado para atingir esse nível.

Além disso, a definição de linhas de pobreza poderia ser uma questão muito controversa, devido aos seus efeitos potenciais no monitoramento da pobreza e nas decisões de formulação de políticas. Será assumido que o nível de bem-estar implicado pela linha de pobreza deve capacitar o indivíduo a alcançar certas capacidades, que incluem uma vida saudável e ativa e uma participação plena na sociedade.

A linha de pobreza será absoluta porque fixa este dado nível de bem-estar, ou padrão de vida, sobre o domínio da análise. Isso garante que as comparações entre os indivíduos sejam consistentes. Por exemplo, duas pessoas com o mesmo nível de bem-estar serão tratadas da mesma maneira, independentemente do local onde vivem. Em segundo lugar, o nível de utilidade de referência foi ancorado a certas realizações, neste caso particular, à obtenção das calorias necessárias para ter uma vida saudável e ativa. Finalmente, a linha de pobreza será definida como o custo mínimo para atingir esse requisito.

O método do Custo das Necessidades Básicas foi utilizado para estimar a linha de pobreza baseada na nutrição. Essa abordagem calcula o custo de obtenção de um pacote de consumo considerado adequado para as necessidades básicas de consumo. Se uma pessoa não puder arcar com o custo da cesta, essa pessoa será considerada pobre.

Primeiro, deve-se ter em mente que o estado de pobreza se concentra em saber se a pessoa tem os meios para adquirir o pacote de consumo e não se o seu consumo real atende a esses requisitos. Em segundo lugar, as referências nutricionais são usadas para definir o nível de utilidade, mas o estado nutricional não é o indicador de bem-estar. Caso contrário, será suficiente calcular o consumo calórico e compará-lo com o limiar nutricional. Terceiro, a cesta de consumo pode ser definida normativamente ou refletir os padrões de consumo vigentes. Por fim, a linha de pobreza compreende dois componentes principais: alimentos e não alimentos.

⁶ Lanjouw et al (1998).

Devido aos problemas encontrados no módulo de consumo alimentar de IDR, a linha de pobreza foi calculada usando a base de dados do IDREA.

Componente Alimentar

O primeiro passo para definir esse componente é determinar os requisitos nutricionais considerados apropriados para ser saudável e capaz de participar da sociedade. É difícil chegar a um consenso sobre o que pode ser considerado como uma vida saudável e ativa e, portanto, para determinar as necessidades calóricas. Além disso, estes requisitos variam por pessoa, pelo seu nível de atividade, o clima, etc.⁷

A prática comum é estabelecer limiares de cerca de 2.100 a 2.400 kcal por pessoa ou por adulto equivalente por dia. Decidiu-se manter a mesma ingestão diária de energia empregada em estudos de pobreza anteriores, isto é, 2.100 quilocalorias por equivalente adulto por dia. Em segundo lugar, um pacote alimentar deve ser escolhido. Em teoria, há uma grande variedade de pacotes alimentares diferentes que poderiam fornecer a mesma quantidade de quilocalorias. Uma maneira de determinar qual pacote de alimentos deve ser considerado é levar em consideração os padrões de consumo de alimentos existentes em um grupo de referência no país. Como a taxa de pobreza de 2008 estava próxima de 36%, decidiu-se usar os quatro deciles inferiores da população, classificados em termos de consumo real per capita, para estimar o pacote alimentar médio consumido. É melhor tentar capturar o padrão de consumo da população localizada no extremo inferior da distribuição de bem-estar, porque ela provavelmente refletirá melhor as preferências dos pobres.

Em terceiro lugar, os fatores de conversão calórica foram usados para transformar o pacote alimentar em calorias. Uma seleção dos alimentos mais relatados foi empregada nessas estimativas: 64 itens que representam pouco mais de 90% de todos os registros de alimentos recolhidos. Em quarto lugar, os valores medianos unitários foram derivados para precificar o pacote alimentar. Os valores unitários foram calculados usando apenas transações de mercado do grupo de referência. Mais uma vez, isso irá capturar com mais precisão os preços enfrentados pelos pobres. Em quinto lugar, a ingestão calórica média do pacote alimentar foi estimada, de modo que o valor do pacote alimentar pudesse ser proporcionalmente dimensionado para atingir 2.100 quilocalorias por equivalente adulto por dia. Por exemplo, a média de ingestão calórica diária dos 40% mais pobres da população em Angola era de cerca de 1,892 quilocalorias por adulto equivalente e o valor diário deste pacote alimentar era de Kwz120.5. Assim, o valor da linha de pobreza alimentar diária é de Kwz133.8 (= Kwz120.5x2,100 / 1892) por adulto equivalente (veja Quadro 3 abaixo).

⁷ Food and Agriculture Organization of the United Nations (2001, 2003).

Quadro 3 - Cabaz alimentar por adulto-equivalente (AE) por dia

Item	Codigo	Kcal/ kg	Quant(kg)	Preço/kg	Kcals	Custo
1 Arroz	1111	3600	0.0213	250.88	76.68	5.34
2 Pão, bolachas, pastelaria e	1112	2700	0.0128	280.72	34.60	3.60
3 Massas alimentícias	1113	3500	0.0078	321.17	27.38	2.51
4 Carne fresca, refrigerada o	1121	1840	0.0015	893.78	2.69	1.30
5 Carne fresca, refrigerada o	1122	1090	0.0014	794.89	1.48	1.08
6 Carne fresca, refrigerada o	1123	1090	0.0014	829.44	1.53	1.16
7 Carne de aves, fresca, refri	1124	1950	0.0041	659.91	7.95	2.69
8 Salsicharia, carnes e miude	1125	1090	0.0002	749.53	0.26	0.18
9 Outras carnes comestíveis,	1127	1090	0.0018	688.32	1.99	1.25
10 Peixes, crustáceos e molus	1133	1150	0.0034	868.74	3.90	2.94
11 Leite gordo e meio gordo	1141	2000	0.0016	214.32	3.30	0.35
12 Leite condensado, evapora	1143	3210	0.0002	841.49	0.58	0.15
13 Ovos	1147	1480	0.0075	138.54	11.05	1.03
14 Margarinas e outras gorduri	1152	8840	0.0003	911.63	2.40	0.25
15 Óleos alimentares	1154	8840	0.0098	568.61	86.73	5.58
16 Sal, especiarias e ervas culi	1192	1	0.0097	337.41	0.01	3.26
17 Cafés, misturas e sucedâne	1211	300	0.0004	948.63	0.13	0.41
18 Chá	1212	300	0.0021	268.44	0.64	0.57
19 Refrigerantes	1222	400	0.0027	341.08	1.08	0.92
20 Sumos de fruta	1223	300	0.0006	428.63	0.17	0.25
21 Bebidas espirituosas e licoi	2110	500	0.0045	108.59	2.27	0.49
22 CERVEJA (ND)	2130	420	0.0034	363.08	1.43	1.24
23 Farinhas (Milho, massango,	11152	3600	0.2696	107.38	970.39	28.94
24 Cachuchos, frescos, refrige	113113	3000	0.0010	529.51	2.85	0.50
27	113124	2080	0.0106	420.80	22.11	4.47
28 Óleo de girassol	115410	8840	0.0007	536.99	6.28	0.38
29 Óleo de soja	115420	8840	0.0025	580.61	21.89	1.44
30 Óleo de palma	115430	8620	0.0020	533.20	17.34	1.07
34 Bananas	116200	890	0.0158	139.10	14.08	2.20
37 Manga	116713	500	0.0056	134.18	2.78	0.75
38 Goiaba	116714	500	0.0026	99.48	1.29	0.26
39 Ginguba (amendoim) torra	116850	5670	0.0084	319.92	47.76	2.69
40 Dendem seco ou secado	116860	5440	0.0015	106.64	8.37	0.16
44 Folhas de feijoeiro	117174	350	0.0025	201.27	0.89	0.51
48 Couve lombarda	117230	300	0.0019	294.33	0.58	0.57
49 Abóbora	117311	260	0.0084	105.99	2.19	0.89
50 Feijão macunde	117343	3400	0.0112	161.10	38.16	1.81
51 Quiabo	117350	310	0.0017	369.33	0.52	0.62
52 Pimento	117360	300	0.0003	497.39	0.10	0.17
53 Tomate	117370	180	0.0142	311.47	2.55	4.42
54 Alho	117410	1490	0.0008	1180.93	1.17	0.93
55 Cebola	117430	400	0.0055	451.19	2.21	2.49
56 Feijão catarino	117513	3400	0.0091	301.06	30.90	2.74
57 Feijão manteiga	117515	3400	0.0141	297.31	47.83	4.18
58 Tomate inteiro ou em boc	117650	420	0.0001	1241.67	0.06	0.17
59	117710	720	0.0030	187.01	2.14	0.56
60 Mandioca	117810	1600	0.0291	105.99	46.56	3.08
61 Batata doce	117820	860	0.0285	89.23	24.50	2.54
62 Inhame	117830	300	0.0030	124.35	0.89	0.37
63 Fuba de bombô ou de man	117850	3500	0.1233	86.92	431.69	10.72
64 Açúcar branco granulado	118110	3750	0.0110	284.31	41.30	3.13

Componente não alimentar

Definir este componente da linha da pobreza está longe de ser um procedimento simples. Existe um desacordo considerável sobre que tipo de itens devem ser incluídos na parte não alimentar da linha de pobreza. No entanto, é possível vincular esse componente ao julgamento normativo envolvido na escolha do componente alimentar. Ser saudável e capaz de participar da sociedade requer gastos com abrigo, roupas, assistência médica, recreação, etc. O subsídio para não-alimentos também pode se basear nos padrões de consumo predominantes de um grupo de referência e nenhum pacote não alimentar predeterminado é necessário.

O passo inicial é escolher um grupo de referência que represente os pobres e calcular quanto eles gastam em bens e serviços não alimentares. Este grupo de referência será a população cujo consumo alimentar é semelhante ao da linha de pobreza alimentar. A lógica por trás deste grupo de referência é que se um indivíduo gasta em comida o que foi considerado o mínimo para ser saudável e manter certos níveis de atividade, será assumido que essa pessoa também adquiriu os bens e serviços mínimos não alimentares para apoiar este estilo de vida. Diferentes maneiras são sugeridas na literatura para determinar o consumo médio não alimentar daqueles com um gasto alimentar semelhante ao da linha de pobreza alimentar.

Uma opção é contar com técnicas econométricas para estimar a curva de Engel, ou seja, a relação entre gastos alimentares e gastos totais. No entanto, um cálculo não paramétrico simples como sugerido em Ravallion (1998) foi seguido. O procedimento começa estimando o consumo médio não-alimentar da população cujos gastos alimentares estão dentro de mais e menos 1% da linha de pobreza alimentar. O mesmo exercício é então repetido para a população dentro mais e menos 2%, 3% e até 10%. Em segundo lugar, uma média é calculada usando estes dez quotas não alimentares, e essa será a linha final de pobreza não alimentar.

Finalmente, a linha de pobreza total pode ser facilmente estimada adicionando a linha de pobreza alimentar à linha de pobreza não alimentar. A vantagem deste método é que nenhuma suposição é feita sobre a forma funcional da curva de Engel e que os pesos declinam linearmente em torno da linha de pobreza alimentar; isto significa que quanto mais próximo um agregado familiar estiver da linha de pobreza alimentar, maior será o seu peso atribuído. O Quadro 4 exibe o componente alimentar e não-alimentar da linha de pobreza.

Quadro 4 - Linha de pobreza por adulto equivalente

	Valor	%
Alimentar	4,083	33.6
Não-alimentar	8,098	66.4
Total	12,181	100.0

1.6 MEDIDAS DE POBREZA

A literatura sobre a medição da pobreza é extensa, mas a atenção se concentrará na classe de medidas de pobreza proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984). Esta classe de medidas pode ser resumida pela seguinte equação:

$$P_{\alpha} = (1/n) \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha}$$

onde α é algum parâmetro não negativo, z é a linha da pobreza, y indica consumo, i representa indivíduos, n é o número total de indivíduos na população e q é o número de indivíduos com consumo abaixo da linha da pobreza.

O índice de incidência ($\alpha=0$) dá a parcela dos pobres na população total, isto é, mede a porcentagem da população cujo consumo está abaixo da linha de pobreza. Esta é a medida de pobreza mais usada principalmente porque é muito simples de entender e fácil de interpretar. No entanto, tem algumas limitações. Não leva em conta nem em que medida o nível médio de consumo dos pobres se relaciona com a linha de pobreza, nem a distribuição do consumo entre os pobres. A profundidade da pobreza ($\alpha=1$) é o déficit médio de consumo da população em relação à linha de pobreza. Como quanto maior o déficit, quanto maior o hiato, essa medida supera a primeira limitação do indicador da incidência de pobreza. Finalmente, a severidade da pobreza ($\alpha=2$) é sensível à distribuição do consumo entre os pobres, a transferência de uma pessoa pobre para alguém com mais consumo pode deixar inalterada a incidência e a profundidade da pobreza, mas aumentará essa medida. Quanto maior a diferença de pobreza, maior o peso que ela carrega.

Essas medidas satisfazem algumas propriedades convenientes. Primeiro, eles são capazes de combinar indicadores individuais de bem-estar em medidas agregadas de pobreza. Em

segundo lugar, eles são aditivos no sentido de que o nível de pobreza agregado é igual à soma ponderada pela população dos níveis de pobreza de todos os subgrupos da população. Terceiro, a profundidade da pobreza e a severidade da pobreza satisfazem o axioma da monotonicidade, que afirma que, mesmo que o número de pobres seja o mesmo, mas haja uma redução do bem-estar num agregado familiar pobre, a medida da pobreza deve aumentar. E quarto, a severidade da pobreza também obedecerá ao axioma da transferência: não é apenas o bem-estar médio dos pobres que influencia o nível de pobreza, mas também sua distribuição.

Em particular, se houver uma transferência de um agregado familiar pobre para um agregado familiar mais rico, o grau de pobreza deverá aumentar.⁸ As medidas de pobreza com seus respectivos erros-padrão e intervalos de confiança. Como essas estimativas são baseadas em inquéritos e não em dados de censos, os erros padrão levarão em conta os elementos do desenho da amostra, isto é, estratificação, conglomerados e pesos de amostragem.⁹

⁸ Sen (1976) formulou a monotonicidade e os axiomas de transferência.

⁹ Veja Howes e Lanjouw (1997) para uma explicação detalhada.

ANEXO 2

MODELOS DE ESTIMAÇÃO DA POBREZA

Foram estimados vários modos diferentes para estimar uma tendência de pobreza confiável, controlando os problemas encontrados no módulo de consumo alimentar de IDR. O modelo principal é um modelo de variável binária paramétrica que estima a probabilidade condicional de um agregado familiar ser classificado como pobre nos diferentes inquéritos. Como recomendado por Tarozzi (2002), um modelo logit foi preferido para o modelo alternativo de probit, porque é menos provável gerar valores extremos.

Deaton (2003), por outro lado, optou por um modelo não paramétrico, utilizando uma regressão ponderada localmente (*locally weighted regression*), quando confrontado com um problema semelhante na Índia. Deaton preferiu o modelo não-paramétrico porque não exigia que ele fizesse quaisquer suposições prévias sobre a forma funcional da função de probabilidade para o resultado da pobreza. A desvantagem desse método é que ele não permite relações multivariáveis complexas entre a variável dependente (pobreza) e as condições determinantes.

O modelo não paramétrico (modelo 3) gera estimativas de pobreza inferiores aos modelos 1 e 2. O facto de este modelo gerar estimativas tão distantes da taxa de pobreza oficial do IBEP (32,7% vs. 36,6% para a taxa oficial de pobreza) sugere que ele não fornece previsões confiáveis da pobreza real, particularmente nas áreas rurais (51,5 % vs. 58,3 taxa de pobreza rural oficial em 2008) (ver anexo).

Outra opção (modelo 4) teria sido imputar os dados de consumo alimentar faltantes a partir das informações disponíveis sobre o consumo não alimentar e as características dos agregados familiares em IBEP. Isso é feito usando uma regressão quantílica (*quantile regression*), centrada no 20º percentil, de modo a refletir os padrões de consumo de uma pessoa pobre média .

Esta informação imputada pode então ser combinada com o consumo real não alimentar para gerar uma estimativa sintética do consumo total das famílias, que pode ser comparada com a linha de pobreza oficial de IBEP (atualizados pela inflação 2008-2018), como no cálculo da pobreza convencional.

O Modelo 5 usa uma abordagem similar de 2 estágios, mas desconsidera completamente o componente alimentar, estimando efetivamente uma taxa de pobreza não alimentar, usando apenas o agregado de consumo não-alimentar e o componente não-alimentar da linha de pobreza.

Os modelos 4 e 5 não são recomendados porque envolvem fazer suposições muito fortes sobre a relação entre consumo de alimentos e consumo não alimentar. Em particular, eles ignoram as variações pessoais nos padrões de gastos e o fato de que algumas pessoas podem ter baixos gastos não alimentares por sua própria escolha, apesar de não serem pobres em geral (ver Deaton 2003).

Tanto o modelo 4 como o modelo 5 geram estimativas de pobreza mais elevadas do que as estimativas oficiais de pobreza em 2008 (39,9% e 49,2%, respectivamente, em comparação com 36,6% para a estimativa oficial da pobreza) (ver anexo). E ambos os modelos geram estimativas de pobreza muito baixas em 2018 (entre 26,3% e 29,4%).

É provável que esses modelos superestimam o consumo de alimentos em 2018, já que eles não levam em conta o fato de que a participação do consumo de alimentos deve ter caído desde 2008, como resultado do crescimento econômico e das melhorias nas condições de vida para grande parte da população. Consequentemente, eles provavelmente exageram a diminuição da pobreza entre 2008 e 2018.

O modelo 6 imputa o consumo para cada um dos grupos alimentares incompletos em IDR a partir do consumo não alimentar e as características dos agregados familiares observados em IDREA. Para as famílias dos 2 quintis inferiores, a imputação prevê com precisão o consumo total de alimentos em IDREA dentro de 25% do valor real do consumo de alimentos em cerca de 40% dos casos. O modelo replica com precisão a taxa de pobreza do IDREA. Quando aplicado aos dados de IDR, este modelo produziu uma taxa de pobreza de 40.6%, quando comparado com a linha de pobreza do IDREA (12,181 kwz/adulto/mês). Como no caso do modelo 4, esse modelo requer um grande número de imputações (mais de 50% do valor total do consumo de alimentos). Os resultados do modelo 6 são os apresentados no corpo principal deste relatório.

Quadro 5 - Incidência de pobreza, por área de residência e modelo

Área	Estimativa	Erro padrão	Limite inferior	Limite superior
MODELO 1: REGRESSÃO DE LOGIT				
Urbana	20.9	1.2	18.6	23.2
Rural	59.9	1.4	57.1	62.7
Nacional	36.3	1.2	34.0	38.8
MODELO 3: NÃO PARAMÉTRICO (REGRESSÃO LOCALMENTE PONDERADA)				
Urbana	19.5	0.9	17.6	21.3
Rural	54.0	1.3	51.5	56.5
Nacional	33.1	1.0	31.1	35.1
MODELO 4: CONSUMO IMPUTADO DE ALIMENTOS (BASDO EM IBEP)				
Urbana	9.7	0.8	8.1	11.4
Rural	51.4	1.7	48.0	54.8
Nacional	26.3	1.2	23.9	28.6
MODELO 5: POBREZA NÃO ALIMENTAR				
Urbana	12.8	1.1	10.6	15.1
Rural	54.6	1.9	51.0	58.3
Nacional	29.4	1.3	26.8	32.0
MODELO 6: CONSUMO IMPUTADO DE ALIMENTOS (BASDO EM IDREA)				
Urbana	29.8	1.5	26.9	32.8
Rural	57.2	1.8	53.7	60.7
Nacional	40.6	1.2	38.2	43.1

ANEXO 3

ERROS PADRÃO E INTERVALOS DE CONFIANÇA

Quadro 1 - Modelo 1 (IBEP)

Survey: Logistic regression

Number of strata	=	18	Number of obs	=	8,756
Number of PSUs	=	1,103	Population size	=	15,992,909
			Design df	=	1,085
			F(3, 1083)	=	233.79
			Prob > F	=	0.0000

pooru	Linearized		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
urban#c.lnpcnonfood						
Urbana	-4.054986	.2428199	-16.70	0.000	-4.531435	-3.578536
Rural	-2.709806	.1381031	-19.62	0.000	-2.980785	-2.438826
urban						
Rural	-10.15734	2.137683	-4.75	0.000	-14.3518	-5.962884
_cons	30.02826	1.870273	16.06	0.000	26.3585	33.69802

Quadro 2 - Modelo 2 (IBEP), urbana

Survey: Logistic regression

Number of strata	=	18	Number of obs	=	4,424
Number of PSUs	=	500	Population size	=	8,674,115
			Design df	=	482
			F(10, 473)	=	37.84
			Prob > F	=	0.0000

pooru	Linearized		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnpcnonfood2	-.3516624	.0733512	-4.79	0.000	-.49579	-.2075348
lnpcnonfood4	-.2427686	.058317	-4.16	0.000	-.3573556	-.1281816
lnpcnonfood6	-.2438981	.0388562	-6.28	0.000	-.3202466	-.1675495
lnpcnonfood7	-.1057068	.0300402	-3.52	0.000	-.1647327	-.0466808
lnpcnonfood8	-.0730153	.0590338	-1.24	0.217	-.1890107	.0429801
lnpcnonfood9	-.3431182	.0426856	-8.04	0.000	-.4269911	-.2592453
lnpcnonfood10	-1.082975	.1479895	-7.32	0.000	-1.37376	-.792191
hhsz	.2378335	.0373387	6.37	0.000	.1644667	.3112003
females	-.9171514	.5035591	-1.82	0.069	-1.906594	.0722908
depratio	.604924	.4011417	1.51	0.132	-.1832785	1.393127
urban	0 (omitted)					
_cons	8.708394	1.115601	7.81	0.000	6.516353	10.90044

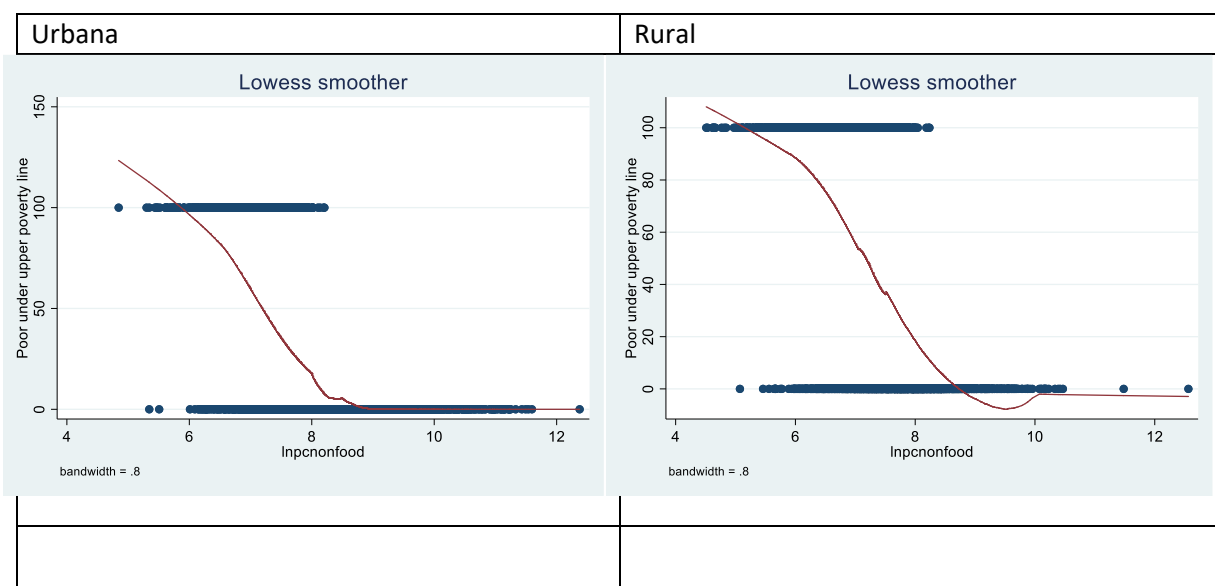
Quadro 3 - Modelo 2 (IBEP), rural

Survey: Logistic regression

Number of strata	=	18	Number of obs	=	4,332
Number of PSUs	=	603	Population size	=	7,318,794
			Design df	=	585
			F(10, 576)	=	25.64
			Prob > F	=	0.0000

pooru	Linearized		t	P> t	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
lnpcnonfood2	-.1941118	.0487246	-3.98	0.000	-.2898082	-.0984154
lnpcnonfood4	-.2008543	.0260416	-7.71	0.000	-.2520007	-.149708
lnpcnonfood6	-.2304253	.0565671	-4.07	0.000	-.3415247	-.1193259
lnpcnonfood7	-.1566347	.0375198	-4.17	0.000	-.2303246	-.0829448
lnpcnonfood8	-.1464547	.0607956	-2.41	0.016	-.2658589	-.0270504
lnpcnonfood9	-.2635179	.0313817	-8.40	0.000	-.3251523	-.2018834
lnpcnonfood10	-1.004194	.1409097	-7.13	0.000	-1.280944	-.7274434
hhsz	.2421295	.0438556	5.52	0.000	.1559959	.3282632
females	-.184797	.3162394	-0.58	0.559	-.8058998	.4363058
depratio	.7071253	.3312577	2.13	0.033	.0565262	1.357724
_cons	6.720871	.895964	7.50	0.000	4.961173	8.480569

Gráfico 1 - Modelo 3 (IBEP)



Quadro 4 - Modelo 4 (IBEP), Urbana

.2 Quantile regression
 Raw sum of deviations 774.1677 (about 7.9349165)
 Min sum of deviations 602.0961

Number of obs = 4,424
 Pseudo R2 = 0.2223

lnpcfood	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnpcnfood2	-.0155674	.0121498	-1.28	0.200	-.0393871	.0082523
lnpcnfood4	-.0051524	.0050695	-1.02	0.310	-.0150912	.0047863
lnpcnfood6	.0192853	.0054993	3.51	0.000	.0085038	.0300667
lnpcnfood7	.0280676	.0066851	4.20	0.000	.0149614	.0411738
lnpcnfood8	-.0167396	.0078609	-2.13	0.033	-.032151	-.0013282
lnpcnfood9	.0158798	.0085291	1.86	0.063	-.0008415	.0326011
lnpcnfood10	-.0737086	.0241442	-3.05	0.002	-.1210433	-.0263739
lnpcnfood	.6594611	.2261714	2.92	0.004	.2160515	1.102871
lnpcnfoodsq	-.0204935	.0132457	-1.55	0.122	-.0464618	.0054748
hhsz	-.0739398	.0055771	-13.26	0.000	-.0848737	-.0630058
females	.1291617	.0624964	2.07	0.039	.0066374	.2516859
depratio	-.0599041	.0759236	-0.79	0.430	-.2087524	.0889443
_cons	4.771949	.9762197	4.89	0.000	2.858068	6.685829

Quadro 5 - Modelo 4 (IBEP), Rural

.2 Quantile regression
 Raw sum of deviations 860.2065 (about 7.5427833)
 Min sum of deviations 703.9052

Number of obs = 4,332
 Pseudo R2 = 0.1817

lnpcfood	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnpcnfood2	.0135047	.0110829	1.22	0.223	-.0082236	.0352329
lnpcnfood4	-.0111297	.0081184	-1.37	0.170	-.0270459	.0047865
lnpcnfood6	.0368553	.0108833	3.39	0.001	.0155185	.058192
lnpcnfood7	.0381467	.0095574	3.99	0.000	.0194093	.0568842
lnpcnfood8	.0113033	.0162717	0.69	0.487	-.0205976	.0432043
lnpcnfood9	.0262995	.0091404	2.88	0.004	.0083796	.0442195
lnpcnfood10	.0801967	.0341854	2.35	0.019	.0131758	.1472176
lnpcnfood	.1782124	.2261567	0.79	0.431	-.2651709	.6215956
lnpcnfoodsq	.0042813	.0143873	0.30	0.766	-.0239253	.0324879
hhsz	-.0687659	.0093039	-7.39	0.000	-.0870064	-.0505254
females	.0551261	.077008	0.72	0.474	-.0958492	.2061014
depratio	-.1278511	.0778415	-1.64	0.101	-.2804604	.0247583
_cons	5.838547	.8675841	6.73	0.000	4.137637	7.539457

Quadro 6 - Estimativas nacionais de pobreza do IDR, por modelo

Survey: Mean estimation

Number of strata = 18 Number of obs = 10,539
 Number of PSUs = 870 Population size = 29,295,571
 Design df = 852

	Linearized			
	Mean	Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
Modelo1totnfd	36.34588	1.195458	33.99949	38.69226
Modelo2log	.3588987	.0117107	.3359135	.3818839
Modelo3nonpar	33.12945	1.027655	31.11242	35.14648
Modelo4reg	.2626912	.0120778	.2389854	.286397
Modelo5nfd	.2941353	.0131252	.2683737	.3198968

Quadro 7 - Estimativas de pobreza do IDR, por área de residência e modelo

Survey: Mean estimation

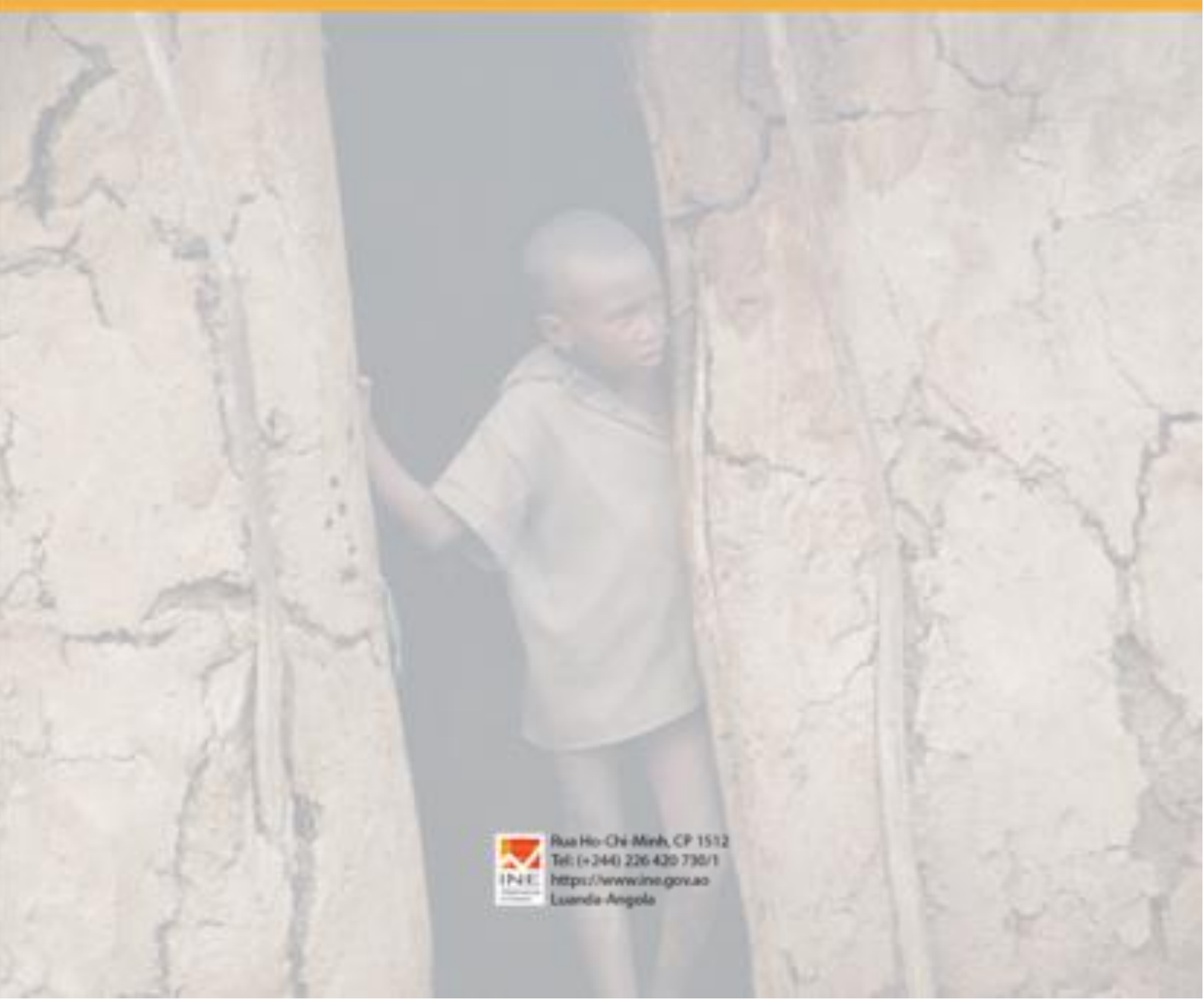
Number of strata = 18 Number of obs = 10,539
 Number of PSUs = 870 Population size = 29,295,571
 Design df = 852

Urbana: urban = Urbana
 Rural: urban = Rural

Over	Linearized			
	Mean	Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
Modelo1totnfd				
Urbana	20.8698	1.17412	18.56529	23.17431
Rural	59.91607	1.427297	57.11464	62.7175
Modelo2log				
Urbana	.2022335	.0108725	.1808935	.2235735
Rural	.5975011	.0128402	.5722991	.6227032
Modelo3nonpar				
Urbana	19.45365	.9367676	17.61501	21.29229
Rural	53.95781	1.275844	51.45365	56.46198
Modelo4reg				
Urbana	.0974178	.0083447	.0810393	.1137963
Rural	.5144039	.0173224	.4804043	.5484035
Modelo5nfd				
Urbana	.1284854	.0113977	.1061146	.1508561
Rural	.5464215	.0186161	.5098827	.5829603

Quadro 8 - Estimativas de pobreza do IDR, por região e modelo

	Over	Mean	Linearized Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
Modelo1totnfd					
	Luanda	12.77611	1.447747	9.934545	15.61768
	HuamBieBengueKsU	33.57356	3.141869	27.40685	39.74027
	HuamBieBengueKsR	61.59307	2.541738	56.60427	66.58188
	LnLsMxKkU	28.92834	2.267312	24.47816	33.37851
	LnLsMxKkR	64.25399	3.193933	57.98509	70.52289
	BengoMalKnU	21.12426	2.810309	15.60832	26.6402
	BengoMalKnR	57.48214	2.74058	52.10306	62.86122
	NamCunHuiU	25.09165	3.2444	18.7237	31.4596
	NamCunHuiR	62.72171	2.553181	57.71045	67.73297
	CabUigZaiU	21.44899	2.128389	17.27149	25.62649
	CabUigZaiR	50.01752	4.215704	41.74314	58.2919
Modelo2log					
	Luanda	.1308485	.0160912	.0992653	.1624316
	HuamBieBengueKsU	.302047	.0227157	.2574616	.3466324
	HuamBieBengueKsR	.6324776	.0194297	.5943418	.6706133
	LnLsMxKkU	.2893319	.0198152	.2504395	.3282243
	LnLsMxKkR	.6026352	.0248102	.5539389	.6513315
	BengoMalKnU	.2596358	.0327631	.1953299	.3239416
	BengoMalKnR	.5045867	.0207431	.4638731	.5453004
	NamCunHuiU	.2800879	.0403495	.2008918	.359284
	NamCunHuiR	.6495551	.0261783	.5981736	.7009366
	CabUigZaiU	.1567835	.0184376	.120595	.1929719
	CabUigZaiR	.4773351	.0358857	.4069004	.5477699
Modelo3nonpar					
	Luanda	12.98442	1.180463	10.66746	15.30138
	HuamBieBengueKsU	29.67742	2.540815	24.69042	34.66441
	HuamBieBengueKsR	55.79577	2.25148	51.37667	60.21487
	LnLsMxKkU	26.22216	1.935329	22.42359	30.02074
	LnLsMxKkR	58.86372	3.069703	52.83865	64.88878
	BengoMalKnU	19.3609	2.323149	14.80114	23.92067
	BengoMalKnR	50.76627	2.389681	46.07592	55.45662
	NamCunHuiU	22.94073	2.798219	17.44852	28.43294
	NamCunHuiR	56.23601	2.294176	51.73311	60.73891
	CabUigZaiU	19.99595	1.6496	16.7582	23.23371
	CabUigZaiR	44.3808	3.733754	37.05236	51.70923
Modelo4reg					
	Luanda	.0454995	.0108822	.0241404	.0668587
	HuamBieBengueKsU	.1850658	.0260248	.1339855	.2361461
	HuamBieBengueKsR	.5531467	.02931	.4956184	.610675
	LnLsMxKkU	.1668883	.0212073	.1252636	.208513
	LnLsMxKkR	.5612178	.0404213	.4818808	.6405548
	BengoMalKnU	.0907238	.0192041	.053031	.1284167
	BengoMalKnR	.4334633	.0326109	.3694563	.4974704
	NamCunHuiU	.1392071	.0246226	.0908791	.1875352
	NamCunHuiR	.5432512	.0339716	.4765734	.609929
	CabUigZaiU	.0746555	.0142299	.0467257	.1025854
	CabUigZaiR	.3965136	.048861	.3006115	.4924157
Modelo5nfd					
	Luanda	.0544403	.0121073	.0306768	.0782038
	HuamBieBengueKsU	.2548415	.0344386	.187247	.322436
	HuamBieBengueKsR	.5819802	.0298991	.5232957	.6406646
	LnLsMxKkU	.2055011	.0219929	.1623344	.2486678
	LnLsMxKkR	.5955243	.0409954	.5150605	.675988
	BengoMalKnU	.1267383	.023782	.0800601	.1734166
	BengoMalKnR	.5010248	.0390006	.4244762	.5775734
	NamCunHuiU	.154619	.0273974	.1008447	.2083933
	NamCunHuiR	.5699161	.0393366	.4927081	.647124
	CabUigZaiU	.1176863	.0198088	.0788064	.1565661
	CabUigZaiR	.4239853	.0506049	.3246604	.5233102



Rua Ho Chi Minh, CP 1512
Tel: (+244) 226 420 730/1
<https://www.ine.gov.ao>
Luanda-Angola